

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG PASCHOAL MAURO BRAGA MELLO FILHO

OS 40 ANOS DO PROANTAR E SUAS PERSPECTIVAS PARA A
GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA

Rio de Janeiro

2022

CMG PASCHOAL MAURO BRAGA MELLO FILHO

OS 40 ANOS DO PROANTAR E SUAS PERSPECTIVAS PARA
GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de
Mattos.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2022

AGRADECIMENTO

Inicio agradecendo à Marinha do Brasil por, mais uma vez, me presentear com a oportunidade de crescimento profissional e pessoal, por meio da realização do Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia Marítimas, no ano das comemorações pelo 200º Aniversário da Independência do Brasil, a bordo da Escola de Guerra Naval.

Ao meu orientador, o Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, Oficial de escol da Marinha do Brasil, com sólido e vasto conhecimento sobre a Antártica e o Ártico, bem como da relevância geopolítica desses temas para o Brasil, agradeço pela orientação segura e objetiva em todas as fases deste trabalho científico, contribuindo decisivamente para sua elaboração. Mesmo em seus momentos de descanso, não se furtou em orientar-me, com paciência e constante preocupação com o andamento das pesquisas. Além disso, sempre me indicou o melhor caminho a seguir, construindo uma respeitosa relação de amizade, confiança e admiração.

À Turma do Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2022, Turma Duzentos Anos da Independência do Brasil, agradeço pela amizade, cordialidade e excelentes momentos vividos, seja em sala de aula ou no ambiente de lazer.

Aos Almirantes, Chefes de Projeto de Pesquisa, Pesquisador do IPEA e gestores envolvidos no PROANTAR entrevistados, agradeço a paciência, os esclarecimentos, o rico compartilhamento de informações e experiências vivenciadas, que foram essenciais para o desenvolvimento e conclusões alcançadas nesta pesquisa.

Ao meu querido pai, Mauro, *in memoriam*, e minha querida mãe, Sonia, minha primeira professora de línguas, pelos exemplos de vida, valores morais, dedicação em minha educação, fundamentais para minha formação humana, acadêmica e profissional e sem os quais não chegaria até este momento.

Finalmente, à Sra. Dayse Dias Alves, *in memoriam*, minha querida tia, revisora de diversos trabalhos acadêmicos, ao longo de minha vida, e eterna professora de línguas, meu muitíssimo obrigado por mais que tudo.

Concluo, agradecendo a Deus por estar vivo e com saúde, dando-me todo o suporte em todos os momentos.

“Tenho esperança de que a Antártica, em seu simbólico manto branco, brilhará para sempre como um continente de paz entre as nações, trabalhando juntas na causa da Ciência, estabelecida como um exemplo de Cooperação Internacional”.

Almirante Richard Evelyn Bird.

RESUMO

Ao completar 40 anos, neste ano de 2022, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) passa por um momento de repensar o seu futuro e orientar suas prioridades, de acordo com as necessidades da comunidade científica, da sociedade brasileira e dos interesses da nação. Nesse sentido, o objetivo desta lavra científica é identificar as perspectivas para o Programa, subsidiando, caso viável, possíveis alterações no Plano Estratégico da Marinha 2020-2040. Para a realização desta tese, foram utilizadas ferramentas metodológicas que consistiram em pesquisas bibliográficas e documentais, seja em acervos de bibliotecas ou fontes eletrônicas. O Continente Antártico é um ambiente de superlativos, uma vez que é inóspito e de extremos climatológicos. Além disso, trata-se de uma fonte recursos naturais, cada vez mais escassos no planeta, podendo se transformar em motivação de disputas e conflitos em potencial. A sua proximidade com a América do Sul, também o torna de grande relevância para o País, fruto da dimensão estratégica do Estreito de *Drake* para a Navegação de Longo Curso. A nova Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) trouxe atualizações e pequenas inovações como a inclusão do tema do fomento da Mentalidade Antártica no seio da sociedade, porém poderia ter sido mais clara e objetiva no sentido de apontar o que o País realmente deseja de sua presença no Continente Gelado. A Geopolítica Brasileira na Antártica ainda permanece com viés ultrapassado, bem como não pensando de forma pragmática em relação as pesquisas a serem desenvolvidas e seu peso político em um futuro próximo. Foi constatado que, em substituição à construção de outra Estação Científica, melhor seria incrementar o volume de pesquisas na recém inaugurada Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), uma vez que, na atualidade, a “diplomacia científica” possui um peso maior ou igual que a simples ocupação espacial. Após a construção e incorporação do Navio de Apoio Antártico (NAPAnt) à Marinha do Brasil (MB), existem novas embarcações logísticas e de pesquisa a serem adquiridas para a EACF. Com o NAPAnt, há uma perspectiva de ampliação das atividades de pesquisa brasileiras na região austral, bem como espera-se um novo momento para logística do Programa com a utilização das novas aeronaves cargueiro KC-390 da FAB em apoio às operações antárticas. O Acordo de Cooperação Antártica firmado entre Brasil e Chile também contribuirá para solução das questões de logística do Programa. Constatou-se que, para o PROANTAR continuar a cumprir o seu papel, há que se enfrentar alguns desafios, que vinham sendo adiados, ou seja, estabelecer o debate e o estudo sobre qual o objetivo a ser alcançado pelo Brasil, até 2048, bem como o que, na atualidade faz com que o País se mantenha presente, na Antártica, diante do novo cenário geopolítico. Por fim, notou-se ser natural a expansão da atuação brasileira na Região Ártica, ainda que em ritmo menor do que fora o avanço na direção sul, fruto das semelhanças do ambiente operacional, conectividade sistêmica, projeção geopolítica do Brasil, oportunidades de novas atividades de pesquisa e ampliação do conhecimento científico.

Palavras-chave: Programa Antártico Brasileiro, pesquisa científica, Poder Nacional, Mentalidade Antártica, Tratado da Antártica, geopolítica.

ABSTRACT

Upon completing 40 years, this year 2022, the Brazilian Antarctic Program (PROANTAR) is going through a moment of rethinking its future and orienting its priorities, according to the needs of the scientific community, Brazilian society, and the interests of the nation. In this sense, this scientific work aims to identify the perspectives for the Program, subsidizing, if feasible, possible changes in the Strategic Plan of the Navy 2020-2040. To carry out this thesis, methodological tools were used, consisting of bibliographic and documentary research. The Antarctic Continent is an environment of superlatives since it is inhospitable and has climatic extremes. In addition, it is a source of natural resources, increasingly scarce on the planet, and can become a motivation for disputes and potential conflicts. Its proximity to South America also makes it of great relevance to the country, as a result of the strategic dimension of the Drake Strait for Long Distance Navigation. The New National Policy for Antarctic Affairs (POLANTAR) brought updates and small innovations such as the inclusion of the theme of promoting the Antarctic Mentality within society, but it could have been clearer and more objective in order to point out what the Country really wants from its presence in the Frozen Continent. Brazilian Geopolitics in Antarctica still remains outdated, as well as not thinking pragmatically about the research to be developed and its political weight in the near future. It was found that, in place of the construction of another Scientific Station, it would be better to increase the volume of research at the recently inaugurated Comandante Ferraz Antarctic Station (EACF), since, at present, "scientific diplomacy" has an important weight. greater than or equal to the simple space occupation. After the construction and incorporation of the Antarctic Support Vessel (NAPAnt) to the Brazilian Navy (MB), there are new logistic and research vessels to be acquired for the EACF. With the NAPAnt, there is a prospect of expanding Brazilian research activities in the southern region, as well as a new moment for the Program's logistics with the use of the new FAB KC-390 freighter aircraft in support of Antarctic operations. The Antarctic Cooperation Agreement signed between Brazil and Chile will also contribute to solving the Program's logistics issues. It was found that for PROANTAR to continue to fulfill its role, it is necessary to face some challenges, which had been postponed, that is, to establish the debate and the study on what the objective to be achieved by Brazil, until 2048, as well as which, at present, makes the country remain present, in Antarctica, in the face of the new geopolitical scenario. Finally, it was noted that the expansion of Brazilian operations in the Arctic Region is natural, albeit at a slower pace than the advance towards the south, as a result of the similarities in the operational environment, systemic connectivity, geopolitical projection of Brazil, opportunities for new activities of research and expansion of scientific knowledge.

Keywords: Brazilian Antarctic Program, scientific research, National Power, Antarctic Mentality, Antarctic Treaty, geopolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	O Entorno Estratégico Brasileiro.....	96
Figura 2 –	Os sete países que reivindicam território no Continente Antártico.....	97
Figura 3 –	O Sistema do Tratado da Antártica Esquematizado.....	98
Figura 4 –	Círculos Prioritários para o Brasil.....	99
Figura 5 –	Mapa referente à Teoria da Defrontação.....	100
Figura 6 –	Mapa da Antártica brasileira.....	101
Figura 7 –	Organograma do PROANTAR.....	102
Figura 8 –	Infográfico da nova EACF.....	103
Figura 9 –	Projeto do NApAnt.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN –	Ação Estratégica Naval
AGI –	Ano Geofísico Internacional
ALALC –	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ANATEL –	Agência Nacional de Telecomunicações
ASPA –	Áreas Antárticas Especialmente Protegidas
AMRJ –	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
ATCM –	<i>Antarctic Treaty Consultative Meeting</i>
BAT –	<i>British Antarctic Territory</i>
BNCC –	Base Nacional Comum Curricular
CCAMLR –	Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica
CCAS –	Convenção para Conservação das Focas Antárticas
CEP –	Comitê de Proteção Ambiental
CIRM –	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CM –	Comandante da Marinha
CNPq –	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMNAP –	Conselho de Gestores dos Programas Nacionais Antárticos
CONAPA –	Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas
COPRAN –	Comissão Organizadora do Programa Antártida
CSN –	Conselho de Segurança Nacional
DGePM –	Diretoria de Gestão de Programas da Marinha
DHN –	Diretoria de Hidrografia e Navegação
EACF –	Estação Antártica Comandante Ferraz
EB –	Exército Brasileiro
EEB –	Entorno Estratégico Brasileiro
ECEME –	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGN –	Escola de Guerra Naval
EM –	Exposição de Motivos
EMFA –	Estado-Maior das Forças Armadas
EMGEPRON -	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END –	Estratégia Nacional de Defesa
ENEM –	Exame Nacional do Ensino Médio

ESANTAR –	Estação de Apoio Antártico
ESG –	Escola Superior de Guerra
EUA –	Estados-Unidos da América
FAB –	Força Aérea Brasileira
FEB –	Força Expedicionária Brasileira
FURG –	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
GA –	Grupo de Assessoramento do PROANTAR
GAAm –	Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR
GB –	Grupo-Base da EACF
GO –	Grupo de Operações do PROANTAR
IBEA –	Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSU –	<i>International Council of Scientific Unions</i>
IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
MAE –	Módulo Antártico Emergencial
MB –	Marinha do Brasil
MCTI –	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD –	Ministério da Defesa
MMA –	Ministério do Meio Ambiente
NABL –	<i>National Advisor Bureau Limited</i>
NApAnt –	Navio de Apoio Antártico
NApOc –	Navio de Apoio Oceanográfico
NP –	Navio de Pesquisa
NPo –	Navio Polar
OBNAV –	Objetivo Naval (Previsto no PEM-2040)
ONG –	Organização Não Governamental
OPEP –	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PEM-2040 –	Planejamento Estratégico da Marinha
PND –	Política Nacional de Defesa
POLANTAR –	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR –	Programa Antártico Brasileiro
RI –	Relações Internacionais

SECIRM –	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SCAR –	<i>Special Committee on Antarctic Research</i>
STA –	Sistema do Tratado da Antártica
TA –	Tratado da Antártica
UFRGS –	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ –	Universidade Federal do Rio de Janeiro
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UnB –	Universidade de Brasília
USP –	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A IMPORTÂNCIA DO CONTINENTE ANTÁRTICO PARA O MUNDO	18
2.1	Considerações e Geopolíticas.....	18
2.2	Características ambientais e geofísicas do Continente.....	22
2.3	A Antártica no Contexto Mundial.....	24
2.4	O Sistema do Tratado da Antártica (STA).....	29
2.5	Considerações Parciais.....	32
3	A IMPORTÂNCIA DO CONTINENTE ANTÁRTICO PARA O BRASIL	34
3.1	Construindo uma Escola Geopolítica Brasileira.....	34
3.1.1	Golbery do Couto e Silva (1911-1987).....	35
3.1.2	Carlos de Meira Mattos (1913-2007).....	37
3.2	O Pensamento Geopolítico Brasileiro e a Antártica.....	39
3.2.1	Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980).....	39
3.2.2	Therezinha de Castro (1930-2000).....	40
3.3	Os fatos que permearam e influenciaram o Processo Decisório até a Ade são...	43
3.3.1	A influência das relações com a Argentina.....	43
3.3.2	A Crise do Petróleo de 1973.....	46
3.3.3	A participação do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes.....	49
3.3.4	O Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA).....	51
3.4	Considerações Parciais.....	53
4	O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO (PROANTAR)	56
4.1	Da Primeira Expedição aos 40 Anos do Brasil, na Antártica (1982-2022).....	56
4.1.1	Uma nova EACF para o PROANTAR.....	64
4.1.2	A aquisição de um novo meio operativo para o PROANTAR.....	64
4.2	O PROANTAR e suas Atribuições.....	65
4.3	A Estrutura do PROANTAR.....	67
4.4	Considerações Parciais.....	70
5	PERSPECTIVAS PARA O PROANTAR	71
5.1	Análise da nova POLANTAR.....	71
5.2	Novos Horizontes para o PROANTAR.....	74
5.3	Considerações Parciais.....	81
6	CONCLUSÃO	85
	REFERÊNCIAS	91

ANEXO – ILUSTRAÇÕES.....	96
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com Chefe de Projeto de Pesquisa.....	105
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com Representante do IPEA.....	106
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com SECIRM.....	108
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com o EX-SECIRM.....	110

1 INTRODUÇÃO

Ao completar 40 anos, no corrente ano, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)¹ passa por um momento de repensar o seu futuro e orientar suas prioridades, de acordo com as necessidades da comunidade científica, da sociedade brasileira e dos interesses da nação. Nesse instante, tem-se a oportunidade de avaliar e depurar as experiências vivenciadas, as dificuldades enfrentadas, bem como os conhecimentos adquiridos nas diversas frentes de trabalho atuantes na região Antártica².

Também, faz-se mister mencionar a introdução do Continente Antártico, pelos documentos de Defesa Nacional – a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)³, ambas de 2012 e 2016; e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), ambos de 2012 e 2020 – no Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)⁴. A estratégia da política externa brasileira e da defesa nacional visa obter maior peso na própria região, a fim de aumentar a sua inserção na esfera global (TEIXEIRA JR, 2016). Corroborando, a PND e a END, de 2016, observam que a Antártica detém significativas reservas de recursos naturais e a sua escassez se torna um problema mundial, podendo gerar conflitos em potencial pela busca deles. Assim, percebe-se que, diferentemente da PND e da END de 2012, foi dada uma maior ênfase ao “Sistema do Tratado da Antártica” (STA)⁵, criado em 1959, como justificativa à importância

¹ Criado em 12 de janeiro de 1982, tem por objetivo a promoção de pesquisa científica diversificada e de alta qualidade na região antártica, com a finalidade de compreender os fenômenos que ali ocorrem, que tenham repercussão global e, em particular, sobre o território brasileiro; e garantir ao País a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, alcançada em 1983, que assegura a plena participação do Brasil nos processos decisórios relativos ao futuro do Continente Branco. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/sobre>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

² Neste trabalho, a Antártica também será denominada como Continente Antártico, Sexto Continente, Continente Gelado, Continente Branco ou Continente Austral. O nome Antártica tem como base a localização geográfica do continente, por encontrar-se no lugar oposto ao ocupado pela constelação da Ursa Maior, significando oposto ao Ártico. A palavra grega *Arktikos* significa “coincidente com a Ursa”, já que na direção do Polo Norte se avista essa constelação. Por analogia, às antípodas da região polar norte deu-se o nome de Antártica, agregando o prefixo anti ao vocábulo *Arktikos*, significando oposto ao Ártico (CASTRO, 1976, p. 110).

³ Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas/doutrina-militar/publicacoes>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

⁴ É aquele em que o país possui ação imediata, e forte influência política, econômica e militar perante os demais países da região (TEIXEIRA JR, 2016). A Política Nacional de Defesa (PND) (2020) define o EEB como a “Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. O Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040) (BRASIL, 2020), detalhando o EEB, limita-o, no Oceano Atlântico, ao Norte, pelo paralelo 16°N (FIGURA 1).

⁵ Nome dado ao arcabouço legal, que se constitui de um conjunto de acordos internacionais que se somaram ao Tratado Antártico, os quais foram criados após a entrada deste na ordem internacional, a fim de estabelecerem

adquirida pelo continente; e a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e órgãos envolvidos no PROANTAR coordenado pela Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério das Relações Exteriores, com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) (BRASIL, 2016).

O Continente Antártico é um ambiente de superlativos, uma vez que é inóspito e de extremos climatológicos, porém a sua proximidade com a América do Sul o torna de grande relevância para o Brasil. Nesse diapasão, vale destacar a dimensão estratégica do Estreito de *Drake* para a Navegação de Longo Curso. Dessa forma, observa-se, mais uma vez, que não foi à toa a inclusão da Antártica como parte do EEB, sendo este fato um passo importante, no nível político, ao formalizar o interesse daquele continente para o Brasil.

Como consequência das características mencionadas no tocante a riquezas, bem como o seu posicionamento estratégico em relação às rotas marítimas no Atlântico Sul, o Continente Austral despertou e desperta os interesses mundiais na região. Não causa estranheza o número de países e as regiões que eles, já na atualidade, reivindicam como suas (FIGURA 2).

Os crescentes interesses brasileiros na Antártica guardam motivações estratégicas e históricas, atuais e futuras, que transcendem interesses exclusivamente científicos, porém sem olvidar destes. Dessa maneira, o conhecimento científico e tecnológico desenvolvido e acumulado ao longo destes 40 anos será um fator de peso para avanços do País em direção a novos rumos exploratórios e científicos no interior do Continente e do próprio Oceano Austral, permitindo alavancar os potenciais existentes nos recursos naturais marinhos e continentais Antárticos, uma vez que, na condição de Parte Consultiva do Tratado da Antártica (TA), o País tem plenas condições de influir nas decisões sobre o futuro do Continente Austral, bem como de usufruir dos resultados obtidos por meio das pesquisas por ele desenvolvidas.

No que concerne à Marinha do Brasil (MB), a análise dos aspectos inerentes ao tema auxiliará a compreender o cenário geopolítico regional, dando maior capacidade de se vislumbrarem as oportunidades e as ameaças para o Programa que afetam diretamente a Força Naval. Além disso, a tese advogará para que a MB promova novas ações afirmativas, no Seguimento Operacional do PROANTAR, a fim de apoiar e aumentar a presença brasileira no Continente Austral.

Baseado no título escolhido, dentro do campo da Geopolítica, este trabalho estará limitado à participação brasileira, por meio do PROANTAR, na Geopolítica daquele Continente, na região compreendida por parcela do EEB, especificamente: o Continente Antártico, sua Península e as Ilhas Reis Jorge; no horizonte temporal 2022 a 2040.

O propósito do trabalho é, portanto, identificar as perspectivas para o PROANTAR, o que poderá subsidiar ou não possíveis alterações no Plano Estratégico da Marinha (PEM)⁶ 2020-2040. Para tal, identificar-se-ão os interesses mundiais no continente em lide, os quais, desde o início, só vem aumentando ao longo dos anos. Nesse caminho, identificar-se-ão as razões e os interesses que levaram o Brasil a investir no Continente Antártico.

Por fim, a lavra científica apontará, após a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), quais outras ações poderiam ser desenvolvidas para apoiar a presença brasileira no Continente Antártico; bem como, após construção e incorporação de um Navio de Apoio Antártico (NAPAnt), em substituição ao NAPoc “Ary Rongel”, quais outros meios flutuantes poderiam ser construídos ou adquiridos, a fim de permitir a execução das atividades logísticas e de pesquisa, naquele ambiente. Além disso, a pesquisa verificará a possibilidade de criação e disseminação de uma “Mentalidade Antártica Brasileira”; e analisará a possibilidade da construção de uma segunda estação científica, em área de interesse não só para nossos cientistas, mas também com um viés geopolítico de assegurar uma maior presença brasileira na Antártica, a qual deve constar de um Plano Estratégico Governamental.

Para desenvolver a tese, será preciso identificar inicialmente, os pressupostos teóricos avaliados pertinentes, que se baseiam no estudo científico pautado na Geografia Política Moderna ou Geopolítica, que tem por foco o estudo das relações entre espaço e poder. Nesse sentido, será feita uma breve apresentação sobre a origem da Geopolítica como ciência e seus fundamentos. Logo a seguir, faz-se relevante citar alguns conceitos elaborados por personalidades de grande expressão no pensamento geopolítico brasileiro, dentre eles Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Delgado de Carvalho e

⁶ Um documento de alto nível, estruturado a partir da análise do ambiente operacional e da identificação de ameaças, que estabelece os programas estratégicos com o propósito de prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do País, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/pem2040>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Therezinha de Castro⁷, a fim de proporcionar o entendimento dos fundamentos e elementos impulsionadores de o Brasil ter direcionado suas velas para o Continente Austral.

É importante mencionar que o container teórico também será suportado pelos estudos estratégicos atinentes ao PROANTAR; nas normas e documentos do campo doutrinário militar, bem como no arcabouço legal, alicerce do Direito Internacional Público, baseado na Coletânea de Acordos e Tratados Internacionais firmados ao longo do tempo sobre o Continente Austral. Posteriormente, com o aprofundamento do trabalho, outros elementos serão acrescentados como entrevistas com autoridades e personalidades de relevo dentro do PROANTAR e estudiosos sobre o tema “Antártica”.

Para se atingir o propósito deste trabalho será utilizado o método descritivo, resultado da vasta referência bibliográfica já existente sobre o tema, bem como será utilizado o método exploratório, por meio das conclusões a serem obtidas a partir das entrevistas mencionadas, as quais realizar-se-ão por meio de questionários com um roteiro customizado para cada personalidade.

Dessa forma, o texto será organizado em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão, que serão, respectivamente, o primeiro e o sexto. No segundo capítulo será realizada uma pesquisa histórica e documental, buscando evidenciar os principais interesses mundiais em crescimento contínuo no Continente Antártico. Serão apresentadas as necessárias articulações e cooperações política e científica entre os países envolvidos, a fim de possibilitar a consecução de seus objetivos na Antártica.

Em seguida, no capítulo 3 será realizada uma pesquisa histórica e documental, buscando compreender as razões pelas quais o Brasil decidiu por se fazer presente no Continente Antártico.

Já, no quarto capítulo será feita uma abordagem dissertativa sobre o PROANTAR, com o fito de descrever os fatos mais marcantes, nos seus 40 anos de existência, bem como seus principais aspectos, tais como estrutura, metas, objetivos e atribuições, a fim de posicionar a lavra científica, no contexto do aludido Programa.

⁷ Os Professores Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicaram, em abril/junho de 1956, o artigo “A Questão da Antártica” na Revista do Clube Militar. Neste, defendem a chamada “Teoria da Defrontação”, pela qual o Brasil teria direitos territoriais na Antártica e deveria fazer valer esses direitos (MATTOS, 2015) (FIGURA 5).

O quinto capítulo destina-se a uma comparação entre a primeira Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) e a atual, a fim de se verificarem as alterações efetuadas e suas consequências para o PROANTAR, bem como, por meio das entrevistas mencionadas e da experiência deste autor no continente, identificar as principais perspectivas para o Programa, bem como as capacidades, limitações, oportunidades de melhoria e desafios futuros; tudo dentro de uma abordagem qualitativa.

Por fim, no sexto capítulo, deseja-se congregiar os principais argumentos levantados ao longo do texto, para concluir sobre as respostas proativas para as questões que visam à continuidade do PROANTAR, após completar o seu quadragésimo ano de existência, e, conseqüentemente, para Geopolítica Brasileira na Antártica; bem como na atualização, caso viável, do PEM-2040 (BRASIL, 2020).

Dessa forma, a relevância do trabalho é caracterizada por sua contribuição para a maior compreensão e ajuste das ações em execução e a serem conduzidas pelo Brasil, no Continente Austral, ou seja, vislumbrando-se a manutenção ou a revisão da postura do País, diante do novo cenário geopolítico em curso, tendo em seu horizonte o marco de negociações do regime do Sistema do Tratado Antártico⁸.

⁸ Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/tratado-antartica>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

2 A IMPORTÂNCIA DO CONTINENTE ANTÁRTICO PARA O MUNDO

No capítulo em tela, será feita uma abordagem resumida das principais Teorias Geopolíticas, seguida de uma análise das características ambientais do Continente Antártico, bem como dos principais marcos de sua exploração, a fim de destacar a sua importância geopolítica e as aspirações territoriais envolvidas, além de outros interesses mundiais no Continente Gelado.

2.1 Considerações Geopolíticas

O estudo da Geopolítica iniciou-se com o geógrafo alemão *Friedrich Ratzel*⁹ (1844-1904), por meio da obra *Politische Geographie* (Geografia Política), de 1897; na qual, o autor considerava que o homem influenciaria o Estado por meio da atividade política e da cultura, enquanto o Estado permaneceria ligado ao solo, como um organismo vivo. Nesse mesmo diapasão, *Ratzel* propôs a Teoria do Espaço Vital (*Lebensraum*¹⁰), em 1901, por meio do ensaio *Der Lebensraum Eine biogeographische Studie*, que explanava a necessidade da busca de equilíbrio entre a sociedade e os recursos que o meio oferece, explanando que o progresso dependeria da maior possibilidade de uso desses recursos naturais (LEITE, 2019). Daí surgiu a justificativa imperialista para anexação de territórios, a fim de garantir o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida do seu povo.

Apesar dos conhecimentos trazidos por *Ratzel*, a Geopolítica nascerá, pelo menos de forma oficial, com este rótulo por meio da figura do jurista sueco *Rudolf Kjellén*¹¹, que, pela primeira vez, utilizou-se do termo em um ensaio publicado em uma Revista de seu país,

⁹Nascido em 1844, em Karlsruhe, *Friedrich Ratzel* viveu em um momento histórico extremamente conturbado, no qual a Alemanha estava em seu pleno curso de formação, com os esforços diretos do Chanceler *Otto von Bismarck* em combinar as distintas unidades políticas pangermânicas em um único Estado. Em tal circunstância, pesou sobre *Ratzel* que, a despeito de sua formação em Zoologia, mudou o objeto de suas pesquisas para a Geografia, bem como preocupava-se com o que avaliava como uma “unificação mal-feita” de seu país. Ex-combatente da Guerra Franco-Prussiana, *Friedrich Ratzel* era um fervoroso nacionalista, conclamando por uma Europa unificada sob a liderança da Alemanha e que para que seu país entrasse na corrida colonial europeia (FRANÇA, 2020).

¹⁰ O termo “*Lebensraum*”, Espaço Vital em alemão, deriva dos fatores espaço (“*raum*” - área ocupada por um Estado) e posição (“*lage*” - situação geográfica) (VESENTINI, 2004).

¹¹ Nascido na Suécia, em 1846, *Rudolf Kjellén* teve uma formação em direito. Foi parlamentar e lecionava Ciência Política e História nas Universidades de Uppsala e de Göteborg (VESENTINE, 2004). Ávido germanófilo, viu no incipiente país a esperança de conter as ambições imperiais da Rússia (FRANÇA, 2020).

intitulado “As Grandes Potências”, no ano de 1945 (VESENTINI, 2004). Passados 11 anos, *Rudolf Kjellén* ratificou as bases da nova área de conhecimento, no seu livro “O Estado como Forma de Vida”, editado em 2016, na Suécia. Nas aludidas obras, sua preocupação era com o poderio mundial, tendo definido a Geopolítica como “a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”. *Kjellén* também buscou enfatizar o lugar da Geopolítica como a interseção entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado. Ressalta-se que tal interdisciplinaridade era incomum para *Kjellén*, bem como para aquele momento histórico; razão pela qual considerava a Geopolítica como “uma ciência” (VESENTINI, 2004).

A partir do declínio relativo da Inglaterra, grande potência mundial na ordem monopolar da segunda metade do século XVIII e, durante todo o século XIX, repetidos embates pela hegemonia mundial se multiplicavam. Nesse viés, vários pensadores aderiram aos recentes conceitos da Geopolítica de *Kjellén*, a fim de compreender o equilíbrio de forças, no mundo, bem como as condições pelas quais um Estado pode se tornar uma grande potência. Para tais pensadores, naquele momento histórico, o fundamental era a quantidade de recursos, mercados, povos, solos agriculturáveis, minérios e espaço geográfico. Verifica-se, portanto, que as Teorias Geopolíticas Clássicas, de forma genérica, serviram como explicações e justificativas a respeito da importância estratégica de determinados territórios, ou seja, da necessidade da expansão territorial ou controle de espaços como forma de fortalecimento do Estado, para adquirir hegemonia (VESENTINI, 2004).

Esse período de grande crescimento da ciência geopolítica durou até a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), quando, no pós-guerra, foi estigmatizada como a “geografia do nazismo” e tornou-se restrita a um fechado círculo de intelectuais. Já nos anos 1970, a geopolítica volta a ter importância no cenário mundial, ganhando uma abordagem multidisciplinar e congregando intelectuais de diversas áreas, tais como: cientistas políticos, geógrafos, historiadores, militares, sociólogos e economistas (LEITE, 2019).

Embora não seja o foco desta lavra científica detalhar os diferentes entendimentos sobre geopolítica, faz-se mister fazê-lo à guisa de introdução, uma vez que levaram à formação de três correntes ou escolas: alemã, francesa e anglo-saxônica (FRANÇA, 2020).

A primeira delas, a escola alemã ou determinista é centrada em espaços continentais, ou seja, o ambiente físico tem influência decisiva na atividade humana (FRANÇA, 2020). Para a escola, o Estado é um “organismo vivo” que possui as mesmas necessidades de um ser humano. Considera a geopolítica como origem das políticas de poder e visa a grandeza do Estado com base em sua projeção externa e em sua expansão (FRANÇA, 2020). A escola em tela também ficou conhecida pelo Fatalismo Geográfico, tendo sido alicerçada nas ideias de *Ratzel* e *Kjellén*, tendo outras referências, como: *Karl Haushofer* (1869-1946), *Alfred Mahan* (1840-1914) e *Halford Mackinder* (1861-1947) (LEITE, 2019).

A segunda escola, conhecida como francesa ou possibilista, concentra-se nos efeitos políticos da liberdade humana. Seu precursor foi *Paul Vidal de La Blache* (1845-1918), que não admitia a visão de que o Estado é um “ser vivo político”, mas unidade nacional e cultural que desenvolve atividades econômicas ao serviço da consciência coletiva dos cidadãos. Esta escola se opõe ao pensamento alemão, que insiste na liberdade e na autonomia das sociedades políticas de uma determinada área geográfica, definida como fonte de possibilidades, com ênfase na liberdade e no patriotismo (FRANÇA, 2020).

A terceira escola, chamada de anglo-saxônica, está na encruzilhada das duas anteriores, tendo se desenvolvido após 1945. A escola é marcada pela relação entre o mar e a terra e a projeção de poder. Comparativamente, temos a escola alemã que se concentra no poder continental e na ideia de unidade eurásiana, enquanto os ingleses e os americanos se focam no caráter determinante do poder, nas vertentes terrestre e marítima (FRANÇA, 2020). Ademais, também considerava que a ciência e a tecnologia possuíam relevante influência. Os seus principais pensadores foram o professor *Nicholas John Spykman* (1893-1943) e o engenheiro aeronáutico *Alexander Seversky* (1894-1974) (LEITE, 2019).

No mesmo diapasão, vale destacar as repercussões geradas no ambiente interno brasileiro, resultado da influência das escolas ou correntes mencionadas, que iriam contribuir para formação do pensamento geopolítico brasileiro.

A Escola Geopolítica Brasileira tem como seus dois autores fundadores, que introduziram esta área do conhecimento humano, nas Universidades do Rio de Janeiro, de

forma metódica, Everardo *Backheuser*¹² (1879-1951) e Mario Travassos¹³ (1891-1973). Ambos analisaram a situação interna e externa do país, em uma época de grandes e intensas mudanças políticas. As ideias e reflexões desses autores iam influenciar o planejamento estratégico do Estado não somente em seu período histórico, mas também estariam presentes nas futuras gerações. Em suas obras, *Backheuser* demonstra ter sofrido influência direta da escola alemã, uma vez que as ideias de *Ratzel* e *Kjellén* são constantemente mencionadas. Em particular, vale mencionar a comparação entre Estado-nação e o corpo humano, conhecida como “teoria organicista”, a qual serviu como base para soluções inovadoras. Mesmo diante de tais influências, *Backheuser* fez propostas autóctones, preocupando-se com as questões territoriais internas do Brasil. Foi ele o primeiro a estabelecer uma teoria dinâmica de fortalecimento das fronteiras em referência à teoria organicista do estado (FRANÇA, 2020).

Já Mario Travassos, nas décadas de 1930-1940, foi um dos primeiros autores a sistematizar os estudos geopolíticos no Brasil. Seu primeiro livro, “Aspectos geográficos da América do Sul”, publicado em 1931; e republicado em 1935, sob o título de “Projeção Continental do Brasil”, é considerado, por muitos autores da área de conhecimento, como uma referência (FRANÇA, 2020).

Depois dos fundadores supramencionados, deu-se continuidade a construção da verdadeira escola geopolítica brasileira. Nesse sentido, vale lembrar que de todos os geopolíticos brasileiros que concentraram seus pensamentos em um Brasil do futuro, foi a professora Therezinha de Castro quem vislumbrou na Antártica um espaço para o Brasil também exercer sua influência. Destaca-se a sua proposta, elaborada em conjunto com o professor Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980), por meio da qual Estados sul-americanos teriam direito à territórios, no Sexto Continente (LEITE, 2019).

¹² Nascido em 1879, no Rio de Janeiro, o intelectual e político formou-se geólogo na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde lecionou o assunto. Com o passar do tempo, seu interesse mudou para a antro pogeografia, depois para a geografia política/geopolítica. Uma de suas principais preocupações em relação ordenamento territorial do Brasil era a reorganização das unidades da federação, a fim de enfraquecer o poder oligárquico de vários estados que se opunham ao governo central. Ademais, defendia a transferência da capital do país para o interior (FRANÇA, 2020).

¹³ Nascido no Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1891, o Capitão do Exército Brasileiro Mario Travassos foi um proeminente militar do século XX, tendo tomado parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália; além de ter sido o primeiro Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); e membro da Comissão de Delimitação de Brasília (FRANÇA, 2020).

Os estudos da professora Therezinha de Castro e de outros geopolíticos brasileiros de relevo que, mesmo de forma incipiente, apontaram para necessidade do Brasil se fazer presente no Continente Austral, serão mais bem explorados e detalhados, no próximo capítulo, que vai demonstrar as razões pelas quais o Brasil decidiu se estabelecer no continente em comento.

2.2 Características ambientais e geofísicas do Continente

A Antártica, o Continente Gelado, a maior área selvagem natural que resta no planeta, caracteriza-se por seu espaço e fundos oceânicos serem as últimas fronteiras a serem exploradas e conquistadas pela humanidade. Trata-se de um ambiente de superlativos, sendo o mais frio, mais seco, mais alto, mais ventoso, mais remoto, mais desconhecido e o mais preservado de todos os continentes (BRASIL, 2006).

É o quinto continente em extensão, sendo o único, ainda, sem divisão geopolítica. A Antártica e as ilhas ao seu redor totalizam uma área aproximada de 14 milhões km², 1,6 vezes a área do Brasil – cerca de 10% da superfície da Terra (BRASIL, 2006). Está centrada no Polo Sul Geográfico, sendo inteiramente circundado pelo Oceano Austral, cuja área, ocupa cerca de 36 milhões de km², representando aproximadamente 10% de todos os oceanos do planeta (BRASIL, 2006).

A Antártica é tão seca quanto o deserto do Saara, possuindo ventos intensos que chegam a 327 km/h. Além disso, é três vezes mais alta que qualquer outro continente, com uma altitude média de 2,3 mil metros. Embora seja coberto por gelo, o Continente Austral é formado por rochas e tem uma margem continental constituída de sedimentos (BRASIL, 2006). As rochas e sedimentos em tela são detentores de incalculáveis recursos minerais e energéticos, incluindo petróleo e gás, especialmente, nos mares de *Weddell e Ross* (MATTOS, 2015).

A Antártica possui uma temperatura média de -60°C e a mais baixa temperatura já registrada, de -89,2°C, sendo o mais frio dos continentes, o refrigerador do mundo. Noventa e oito por cento de sua superfície estão permanentemente recobertos por um manto de gelo, que atinge quase 5 quilômetros de espessura e um volume de 25 milhões de km³. Está rodeada por uma camada de mar congelado, cuja superfície varia de 2,7 milhões de km², no verão, a

22 milhões de km², no inverno. Cerca de 90% do gelo e de 70% a 80% da água doce do planeta estão armazenados na calota de gelo da Antártica. Contextualizando, para o caso concreto da Corrente das Malvinas, em relação ao Oceano Austral e seus efeitos na costa sul e sudeste do Brasil, a qual carrega as águas frias subantárticas para o norte, ao longo da costa leste da América do Sul, até o norte do Rio de Janeiro. No sentido oposto, ocorre a Corrente do Brasil, de origem equatorial e quente. A existência e a interação dessas massas de água afetam o clima da região costeira sul e sudeste, tanto em temperatura como em umidade e cobertura de nuvens. Dessa forma, as características físicas e geográficas do Continente Austral são peculiares e distintas e, junto com seu manto de gelo, têm papel fundamental na determinação do clima do Planeta (BRASIL, 2006).

As formas de vida existentes na localidade evoluíram sob as condições extremas de frio, vento, gelo e neve. O isolamento desse continente pelas massas de água e as condições especiais condicionaram o estabelecimento de espécies que só ocorrem naquela localidade (BRASIL, 2006).

A vida na terra está restrita a uma estreita faixa, próxima ao mar, que permanece livre de gelo durante o verão, e se restringe a pequenos invertebrados, microrganismos, e uma flora abundante de líquens e musgos, além de fungos, algas e poucas gramíneas. Frequentemente, observa-se a presença em terra de focas e aves marinhas, a fim de reproduzir e descansar (BRASIL, 2006). Diferentemente das áreas emersas do continente, as comunidades marinhas são ricas e diversas. É no mar que, verdadeiramente, se encontra a vida na Antártica. Por seus valores naturais e agrestes, a Antártica foi designada como reserva natural, consagrada à paz e à ciência (BRASIL, 2006).

Quando se navega pelo Continente Antártico, observa-se com frequência o desprendimento de grandes blocos de gelo, sob a forma de *icebergs*, os quais navegam livremente por aquele ambiente com dimensões comparadas a verdadeiros estádios de futebol ou shopping centers, sendo que, alguns desses, são levados para o norte, por meio das correntes marítimas, podendo atingir até 40° de latitude sul (LEITE, 2019). A partir deste fato, vislumbrou-se a possibilidade de utilização dos *icebergs* como fontes de água doce, por meio do reboque dos mesmos para áreas carentes deste recurso, tais como Oriente Médio,

Índia e África. A *National Advisor Bureau Limited* (NABL)¹⁴, uma empresa de engenharia privada, planeja levar um *iceberg* da Antártica – com aproximadamente cem milhões de toneladas – para Dubai, realizando uma parada intermediária em *Perth*, na Austrália, ou na Cidade do Cabo, na África do Sul. Nesse trânsito, se estima uma perda de aproximadamente 8% da massa. No entanto, mover um *iceberg* de dimensões colossais pode ser caro e perigoso, especialmente, se este virar de forma inesperada, ou mesmo colapsar durante o seu deslocamento, conforme relato de glaciologistas à revista *Live Science*¹⁵ (LEITE, 2019).

O Continente Gelado caracteriza-se por uma exploração ainda incipiente, contudo as riquezas acima elencadas, com destaque para aquelas de origem mineral, podem motivar pleitos de reivindicações territoriais, disfarçados de interesses exploratórios. Porém, a escassez de água em muitas regiões do planeta poderá se tornar o mais forte argumento para pressionar uma revisão do Tratado da Antártica, por conta da abundância desse recurso na Antártica (LEITE, 2019).

2.3 A Antártica no Contexto Mundial

Na época do Pangeia, o território em tela encontrava-se geologicamente conectado com o que, hoje, são os territórios do hemisfério sul, possuindo algumas características semelhantes às destes, tendo se deslocado para a posição atual, por meio do movimento da deriva continental (VIEIRA, 2006). Durante um longo período, a Antártica foi considerada um espaço com influência marginal no tocante à interação global de elementos políticos, econômicos e estratégicos do Sistema Internacional (VILLA, 2004). Ainda, segundo o autor, de forma oposta, aguçava-se o imaginário coletivo, convidando-se a humanidade a uma aventura romântica do desconhecido, porém, já em uma visão científica, incentivava-se a explorar a localidade, respaldada nos supostos recursos econômicos existentes. Tais visões demonstravam a falta de conhecimentos sólidos e objetivos, por meio dos quais poder-se-ia

¹⁴ A NABL planeja rebocar icebergs para saciar as áreas mais secas do mundo. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/engineering-firm-tow-icebergs-antarctica-for-water>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

¹⁵ É possível rebocar um iceberg gigante para resolver carência de água na Cidade do Cabo? Disponível em: <<https://www.livescience.com/65656-kidnapping-antarctic-icebergs.html>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

identificar e categorizar as potencialidades e os problemas do Continente Gelado (VILLA, 2004).

O primeiro feito de relevância foi a circunavegação, realizada entre 1772 e 1775, por *James Cook*, britânico, o qual foi o primeiro líder das diversas expedições da Grã-Bretanha (VIERA, 2006). *James Cook* chegou comprovadamente próximo da Antártica, tendo atingido a latitude de 71°10'S, em 17 fevereiro de 1774, sem ter avistado o continente (LEITE, 2019).

Após algumas tentativas de se alcançar o Continente Gelado, uma expedição russa (1819-1821), enviada pelo Czar Alexandre I, cujo comandante foi o Oficial da Marinha Russa *Fabian Bellingshausen*, chegou primeiro no continente, em 28 de janeiro de 1820 (LEITE, 2019). No mesmo ano, *Edward Bransfield*, britânico (1778-1852) e *Nathaniel Palmer*, estadunidense (1799-1877) também concluíram suas missões, chegando ao Continente Austral (SIMÕES, 2017)¹⁶.

É importante destacar que, nesse momento da história, a atividade econômica da caça de focas e baleias já era comum no mar antártico, mesmo sem que se soubesse ou tivesse conhecimento da ocupação do continente (SIMÕES, 2017). A população de focas no Ártico estava em declínio, fazendo com que os valores das peles deste animal se tornassem ainda mais elevados e seu comércio atraente. A caça de baleias também era lucrativa, uma vez que o óleo de baleia era largamente utilizado para iluminação, lubrificação e para fabricação de glicerina, componente importante para produção de explosivos (LEITE, 2019).

Em 1908, ocorreu a primeira reivindicação formal de território pelo Reino Unido. A fundamentação da reivindicação britânica baseava-se nas explorações ocorridas desde *James Cook*, porém a documentação apresentava um erro, ao incluir a Patagônia chilena e argentina em suas pretensões, bem como por ter utilizado as Ilhas Malvinas (*Falklands*) como referência. No ano seguinte, o Reino Unido reapresentou sua reivindicação, corrigindo o erro anterior, bem como alterando o pleito para o que os britânicos chamam de *British Antarctic Territory* (BAT) (LEITE, 2019).

Após as missões mencionadas, o desafio se tornou a chegada ao polo sul, ponto central do Continente Austral, o que foi concretizado por *Roald Amundsen*, norueguês, no dia 14 de dezembro de 1911. A partir dos conhecimentos adquiridos sobre o território do

¹⁶ Dentre outros personagens, o espanhol *Gabriel de Castilla* também é apontado como um dos primeiros exploradores a chegar na Antártica (ANDRADE et al., 2018).

continente, bases científicas foram estabelecidas, principalmente em sua península, parte mais próxima da América (SIMÕES, 2017).

Posteriormente, outros países fizeram reivindicações territoriais em relação a Antártica: Nova Zelândia, em 1923; França, em 1924; Austrália, em 1933; Noruega, em 1939; e, por último, Argentina e Chile, ambos em 1940. Os Estados Unidos da América (EUA) nunca fizeram uma reivindicação formal de territórios na Antártica, porém existiam duas correntes opostas, no país. A primeira defendida pelo Almirante *Richard Byrd*, primeiro explorador a sobrevoar o Polo Sul Geográfico, claramente territorialista e expansionista, atribuindo à região um viés estratégico, bem como que tal pretensão seria uma forma de resolver pendências, no continente (LEITE, 2019). Já a segunda corrente, mais cautelosa e internacionalista, não vislumbrava vitais interesses estadunidenses naquele ambiente, bem como preferia se precaver de disputas territoriais com outros Estados aliados, desnecessariamente. Além disso, tal corrente sustentava que a Antártica não deveria estar na posse de um número pequeno e finito de países, mas servir de patrimônio da humanidade.

A Antártica começou a mudar de panorama no contexto internacional, ganhando destaque, na Segunda Guerra Mundial (SIMÕES, 2017). Houve acontecimentos decorrentes do conflito, como ataques de submarinos alemães aos navios mercantes, que utilizavam rotas marítimas antárticas. Em 1939, com o fito de ampliar o espaço vital da Alemanha, bandeiras nazistas foram fincadas no continente e tal ato foi materializado por meio de fotografias (VIEIRA, 2006). O foco alemão era estabelecer uma base para navios baleeiros, na região da Nova Suábia¹⁷ (AGUIAR, 2013). Tal pretensão não logrou êxito, mas foi um importante instrumento para dissuasão, uma vez que representou uma ameaça para os países próximos

¹⁷ Entre 17 de dezembro de 1938 e 12 de abril de 1939, uma expedição alemã pouco conhecida, a bordo do Navio MS *Schwabenland*, rumou para à Antártida, com o objetivo de reivindicar uma área conhecida como *Dronning Maud Land*, principalmente, para proteger a indústria baleeira alemã. Esta área, no entanto, já havia sido explorada pela Noruega e foi formalmente reivindicada pelo país, em janeiro de 1939. O *Schwabenland* foi equipado com uma catapulta a vapor e dois hidroaviões *Dornier Wal* que foram usados para realizar levantamento aerofotogramétrico em 600.000 km² do Continente Gelado. Cerca de uma dúzia de bandeiras de alumínio foram lançadas por aeronave em pontos de virada de polígonos de voo; e outras foram deixadas por expedições a pé, porém nenhuma delas jamais foi recuperada. A localidade em tela foi reivindicada pela Alemanha, em agosto de 1939, como "Neuschwabenland" (nome dado pela expedição a bordo do MS *Schwabenland*) ou Nova Suábia. A eclosão da Segunda Guerra impediu a realização de mais duas expedições planejadas, bem como da possível construção de uma base, tendo a reivindicação sido abandonada em 1945. (Tradução própria. Original em inglês) Disponível em: <<https://www.coolantarctica.com/Community/antarctic-mysteries-hitlers-secret-base.php>>. Acesso em: 26 jul.2022.

ao continente, pois facilitava o rápido acesso aos países sul-americanos e africanos (SIMÕES, 2017).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, observou-se profundas alterações na geopolítica, bem como mudanças no sistema internacional, o qual passou a ser bipolar, demonstrando a oposição entre norte-americanos e soviéticos. Naquele momento, ambos os países enviaram expedições à Antártica, dedicando maior atenção à situação jurisdicional do Continente Austral (ANDRADE et al., 2018).

Em 1956, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados-Unidos construíram suas primeiras bases científicas na região: as Estações de *Mirny* e *MacMurdo*¹⁸, respectivamente, mantendo-se esta última, ainda, como a maior estação no continente (ANDRADE et al., 2018).

No final da década de 1940 e ao longo de toda a década de 1950, surgiram diversas propostas para solução dos conflitos em relação a posse de fatia do território antártico. Já, em 1948, os Estados Unidos elaboram e enviam para os países que reivindicavam parcela do território da Antártica, um Memorando, que sugeria a internacionalização daquele continente, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU); ou de alguma outra organização internacional; ou, ainda, uma gestão compartilhada pelos países, no caso mais específico pelos ocidentais (MATTOS, 2014). Tal proposta foi recusada, uma vez que contrariava o interesse das nações territorialistas¹⁹, porém gerou uma contraproposta chilena, chamada por Declaração de Escudero, que viria a ser considerada como primeiro passo daquele que viria a ser o Tratado da Antártica. A Declaração, dentro de alguns de seus dispositivos, sugeria uma “moratória” das reivindicações territoriais; um acordo para troca de informações científicas, bem como a garantia de que estações e expedições à Antártica não poderiam ser utilizadas como fundamento para futuras reivindicações (ANDRADE et al., 2018).

A forma romântica de pensamento anteriormente mencionada começa a ser alterada no final da década de 1950, no contexto internacional da Guerra Fria, em que a Antártica, por meio do consenso mínimo das superpotências envolvidas, foi poupada (VILLA,

¹⁸ Em 1956, os Estados Unidos construíram a sua segunda estação científica na Antártica, *Amundsen Scott*, localizada no Polo Sul geográfico. Já, em 1957, os soviéticos construíram a estação *Vostok*, próxima ao Polo sul magnético da Terra (ANDRADE et al., 2018).

¹⁹ Na atualidade, 7 países mantêm reivindicações territoriais na Antártica, conforme bem ilustra a FIGURA 2: Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido (ANDRADE et al., 2018).

2004). Nesse sentido, os Estados Unidos da América tomam a iniciativa e, em 1959, é assinado o Tratado Antártico, após o término do Ano Geofísico Internacional (AGI)²⁰. O principal dispositivo do mencionado arcabouço legal mencionava “congelamento” das pretensões de reivindicações de soberania sobre a Antártica, o que se reveste de grande importância, uma vez que a localidade é a única porção geográfica do planeta em que é possível, ainda, ser exercido o direito de reivindicação territorial (VILLA, 2004).

Porém, o Tratado não estabeleceu o *status quo* da região, ou seja, não a definiu como território submetido à soberania, nem como herança comum a humanidade, tampouco como *terra nullis* (VILLA, 2004). A partir daquele momento, traçaram-se dois posicionamentos em torno da temática, sendo o primeiro aquele atinente aos países membros do tratado com pretensões de soberania. Faz-se mister destacar que Argentina, Austrália, Chile, França, Inglaterra, Noruega e Nova Zelândia já haviam apresentado suas reivindicações, antes da assinatura do Tratado; e, por outro lado, existia o bloco liderado pela Malásia, Antígua e Barbuda que advogavam pela internacionalização da Antártica como um patrimônio comum da humanidade (VILLA, 2004).

Além do aspecto da soberania, a Antártica possui uma posição estratégica. À guisa de exemplo, dentro da história recente, tem-se o conflito anglo-argentino ou “Guerra das Malvinas”, de 1982. Analisando o pós-conflito, foi reconhecido, pelos países envolvidos e até mesmo pelos Estados Unidos, ator não direto, que passou despercebida a importância do controle do espaço aéreo antártico, visto que quem o detém controla acessos estratégicos como o cabo da Boa Esperança, o estreito de Magalhães e a Passagem do Drake, locais por onde circula parte substancial do petróleo consumido mundialmente (VILLA, 2004). Ainda segundo o mesmo autor, a Inglaterra, durante a “Guerra das Malvinas”, chegou a cogitar a possibilidade de estender as hostilidades até o Continente Gelado.

Além das questões de soberania e internacionalização, a Antártica, na atualidade, articula-se com outro aspecto que tem grande interesse e autonomia, no cenário internacional, que é a questão ecológica. Tal aspecto relaciona-se, também, com a

²⁰ O evento em tela teve a participação de dezenas de milhares de cientistas de 67 países, distribuídos ao longo do globo. As pesquisas do AGI não se restringiram à Antártica. 50 estações de pesquisa foram estabelecidas no Continente Gelado por 12 países: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e URSS; tendo os EUA e a URSS estabelecido 7 estações cada (ANDRADE et al., 2018).

consolidação da política dos setores ambientalistas (VILLA, 2004). Os desequilíbrios ambientais globais fizeram com que atores não-estatais e intergovernamentais ambientalistas consolidassem identidade internacional, bem como que suas propostas ganhassem credibilidade na definição de políticas atinentes ao meio ambiente (VILLA, 2004).

Nesse viés, a Antártica se revelou um teatro frutífero para atuação dos atores supramencionados preocupados com os desequilíbrios ecológicos mundiais que podem surgir a partir de uma exploração não racional do continente. A Antártica possui forte componente empírico nos desequilíbrios biofísicos, das duas últimas décadas, relacionados à deflagração de fenômenos como o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio (VILLA, 2004). O tratamento ecológico da Antártica, em termos temporais, ainda é recente, tendo sido redigido, em 1988, pelos países membros do Tratado Antártico, a “Convenção para Regulamentação das Atividades sobre Recursos Minerais” ou “Convenção de Wellington”. Vale destacar que a assinatura da aludida convenção gerou grandes controvérsias sobre os efeitos globais de uma Antártica poluída. Outro ponto importante a destacar é a discordância das Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas, tais como o *Greenpeace*, em relação ao contido na “Convenção de Wellington”. França e Austrália, partes do Tratado reivindicantes de soberania, negaram-se a ratificar a “Convenção de Wellington” (VILLA, 2004).

Os aspectos supramencionados demonstram que a Antártica envolve questões de soberania, internacionalização e, recentemente, sua influência em potenciais desequilíbrios ecológicos globais, que uma exploração mineral poderia causar (VILLA, 2004).

2.4 O Sistema do Tratado da Antártica (STA)

O Tratado da Antártica foi assinado em dezembro de 1959, durante a Conferência de *Washington*, tendo poucos atritos entre os países participantes, uma vez que os seus dispositivos haviam sido discutidos e negociados em reuniões prévias. Na mencionada conferência, a maioria dos países envolvidos tinha por vontade fazer concessões, a fim de evitar a presença de ordem militar soviética, no continente. Apesar dessa vontade que irmanava os países, na ocasião, Argentina e Chile ameaçaram abandonar o evento, caso qualquer sugestão de internacionalização fosse levada adiante, enquanto a União Soviética insistia na não inclusão de qualquer referência às reivindicações territoriais (MATTOS, 2018).

O TA entrou em vigor e, conseqüentemente, repercutiu no Direito Internacional Público, somente em junho de 1961, após a ratificação pelos doze países signatários. A partir daquele momento, constituía-se um regime internacional²¹ administrado por um sistema de convenções e documentos (ANDRADE et al., 2018).

O TA é composto de 14 artigos, os quais versam primordialmente sobre os seguintes aspectos: a convivência entre países no continente; a promoção de pesquisa científica; a realização de inspeções; o uso pacífico do continente; e as questões institucionais relativas ao tratado e seu processo de tomada de decisão. Para convencer os países que buscavam vantagens territoriais a aderirem ao TA, as reivindicações foram mencionadas no documento e mantidas, mas não reconhecidas. Nesse viés, é importante mencionar que nada que advenha do tratado pode ser considerado como renúncia, ampliação ou redução dessas reivindicações, tampouco como fundamento para requisições futuras (ANDRADE et al., 2018).

Ao longo do TA, seus dispositivos legais estabelecem o uso do continente para fins exclusivamente pacíficos, proibindo quaisquer atividades de caráter militar, porém não define quais seriam esses fins. Vale destacar a preocupação do texto em ressaltar a importância da não militarização do continente e reforçar seu caráter de território livre de armas nucleares. Mesmo proibindo atividades de caráter militar, não proíbe o uso de pessoal e de equipamentos militares para o apoio à pesquisa científica ou para qualquer outra atividade pacífica, o que torna comum a presença de militares em diversas bases que operam no continente, garantindo as condições logísticas para as pesquisas (ANDRADE et al., 2018).

No mesmo diapasão, vale enfatizar que, mesmo diante da existência de diversas bases e/ou estações pertencentes às Forças Armadas dos países, os programas em desenvolvimento são de caráter civil. A pesquisa científica é a principal atividade realizada na Antártica, conforme estabelece o próprio TA. Nesse viés, existem dispositivos que versam sobre o intercâmbio de informações e de pesquisadores, à publicidade dos dados e à cooperação com outras organizações e organismos internacionais. Em 1958, foi criado o Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (SCAR – *Special Committee on Antarctic Research*) pelo Conselho Internacional de Uniões Científicas (ICSU – *International Council of Scientific*

²¹ *Stephen Krasner*, em sua definição clássica, estabelece que regimes internacionais são “conjuntos de princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão implícitos ou explícitos em torno dos quais convergem expectativas dos atores em uma determinada área das relações internacionais” (ANDRADE et al., 2018).

Unions) com a atribuição de coordenar, em nível internacional, os programas científicos desenvolvidos no Continente Austral e que possui papel importante no STA (ANDRADE et al., 2018).

O TA possui como principal fórum para solução de controvérsias, as Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM – *Antarctic Treaty Consultative Meeting*), que ocorre anualmente e conta com a participação dos países-membros, além de observadores técnico-científicos (como o SCAR) e especialistas no tema. Além dos doze países originalmente signatários, existe uma segunda categoria composta por Estados que, tendo demonstrado substancial pesquisa científica na região, ganharam direito à participação plena nas supramencionadas reuniões, com poder de voto e de veto. Fora essas duas categorias, denominados partes consultivas, existem membros que, apesar de terem ratificado o tratado, apenas participam das discussões, sem fazer parte do processo decisório, denominadas partes não consultivas. Vale destacar a importância do artigo XII do TA, o qual previa a possibilidade de revisão de seu funcionamento no prazo de 30 anos, após sua entrada em vigor, cuja marca foi alcançada em 1991. Porém, nenhum país jamais solicitou a sua revisão de nenhuma sorte (ANDRADE et al., 2018).

O Tratado da Antártica, a partir de princípios fundamentais, se transformou em um complexo conjunto de normas e instrumentos que buscam lidar com diferentes temas relacionados ao Continente Gelado, originando o que hoje é conhecido como o Sistema do Tratado da Antártica (FIGURA 3). Além do próprio Tratado, esse sistema compreende as ATCM, as Reuniões Consultivas Especiais, as Reuniões de Especialistas, a Convenção para Conservação das Focas Antárticas (CCAS), de 1972; a Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica (CCAMLR), de 1980; e o Protocolo sobre Proteção Ambiental do Tratado da Antártica, também conhecido como Protocolo de Madri, de 1991 (ANDRADE et al., 2018).

Importante lembrar que existem, também, outros órgãos que influenciam o Processo de Tomada de Decisão em relação aos assuntos atinentes ao Continente austral, bem como fazem parte do Secretariado do TA. A guisa de exemplo desses órgãos, tem-se o SCAR, o Comitê de Proteção Ambiental (CEP) e o Conselho de Gestores dos Programas Nacionais Antárticos (COMNAP) (SECIRM, 2022a).

O Protocolo de Madri, dentre outros instrumentos legais que compõem o STA, banuiu por 50 anos a exploração mineral no Continente Antártico, consolidando o caráter ambientalista do tratado. O protocolo, que entrou em vigor em 1998, declarou o Continente Austral como reserva natural, bem como se aplica a atividades governamentais e não governamentais. Ademais, seu documento constitutivo proíbe qualquer atividade relacionada aos recursos minerais, exceto aquelas relativas a pesquisas científicas. Após 50 anos da entrada em vigor do protocolo, ou seja, em 2048, qualquer parte consultiva poderá solicitar sua revisão (ANDRADE et al., 2018).

O Secretariado Permanente do Tratado da Antártica foi criado no ano de 2003, bem como passou a funcionar em Buenos Aires, a partir do ano seguinte, com funções exclusivamente administrativas. O aludido secretariado atua como depositário das normas constituídas nas ATCM e busca apresentar, de forma congregada, informações referentes aos diferentes órgãos que participam do STA. Contando com instalações físicas, um corpo de funcionários e privilégios diplomáticos, o órgão passou a ter as características formais de uma organização internacional, adquirindo, inclusive, personalidade jurídica própria (ANDRADE et al., 2018).

2.5 Considerações Parciais

A Escola Geopolítica Brasileira teve como seus dois autores fundadores que introduziram esta área do conhecimento humano, nas Universidades, de forma metódica, Everardo *Backheuser* (1879-1951) e Mario Travassos (1891-1973). Ambos analisaram a situação interna e externa do país. As ideias e reflexões destes autores influenciaram o planejamento estratégico do Estado não somente em seu período histórico, mas também estariam presentes nas futuras gerações. Em suas obras, *Backheuser* demonstra ter sofrido influência direta da escola alemã, uma vez que as ideias de Friedrich *Ratzel* e *Rudolf Kjellén* são constantemente mencionadas. Já Mario Travassos foi um dos primeiros autores a sistematizar os estudos geopolíticos no Brasil. Depois dos mencionados fundadores, deu-se continuidade a construção da verdadeira Escola Geopolítica Brasileira. Nesse sentido, vale lembrar que de todos os geopolíticos brasileiros que concentraram seus pensamentos em um

Brasil do futuro, foi a professora Therezinha de Castro quem vislumbrou na Antártica um espaço para o Brasil, também, exercersua influência.

A Antártica, conforme visto, é um ambiente de superlativos; repositório de riquezas de interesse mundial ainda não exploradas; alvo de vários países com vieses territorialistas e expansionistas; envolve questões de soberania e internacionalização; possui uma posição estratégica em relação ao cabo da Boa Esperança, o estreito de Magalhães e a Passagem do Drake, locais por onde circula parte substancial do petróleo consumido mundialmente; e, recentemente, possui influência em potenciais desequilíbrios ecológicos globais, o que trouxe para região atores não estatais e intergovernamentais ambientalistas como as ONGS, capazes de influenciar o STA, principalmente, no que concerne ao seu arcabouço legal.

Diante dos fatos mencionados, faz-se mister entender quais foram os motivos por meio dos quais o Brasil resolveu se fazer presente no Continente Austral, mesmo que de forma tardia, o que será abordado detalhadamente, no próximo capítulo desta lavra científica.

3 A IMPORTÂNCIA DO CONTINENTE ANTÁRTICO PARA O BRASIL

Neste capítulo, será feita uma abordagem com o fito de, mesmo diante das dificuldades apontadas no capítulo anterior, identificar as razões e os interesses que levaram o Brasil a rumar em direção ao Continente Antártico. Nesse sentido, serão apresentadas as principais ideias de alguns dos mais reconhecidos geopolíticos brasileiros do século XX, bem como de outros fatores sistêmicos (endógenos e exógenos), a fim de facilitar a compreensão da influência conjuntural que podem ter exercido no pensamento brasileiro, no momento histórico da decisão em relação à Antártica.

3.1 Construindo uma Escola Geopolítica Brasileira

Depois dos fundadores, a Geopolítica Brasileira continuou a rumar na direção da formulação de uma verdadeira Escola do País. O momento histórico daqueles tempos caracterizava-se por um mundo em plena Guerra Fria (1947-1991). Tal disputa entre os países envolvidos contribuiu para criação da Escola Superior de Guerra (ESG), na cidade do Rio de Janeiro. Nesta Instituição, o tema de um Brasil cujo poder não deveria se limitar à América do Sul ganhou força, bem como o Brasil como verdadeiro “ator global” foi exaustivamente trabalhado (FRANÇA, 2020).

No período entre 1964 e 1985, atinente aos governos militares, os projetos que foram materializados pelos presidentes eram em grande parte fundamentados nos pensamentos dos geopolíticos que serão descritos neste capítulo da lavra científica. Faz-se mister, de forma antecipada, destacar a participação do General Golbery do Couto e Silva na política brasileira, a ponto de alguns autores o considerarem o verdadeiro mentor do período acima mencionado (FRANÇA, 2020).

No mesmo caminho, vale mencionar o papel de outros dois autores a serem descortinados neste capítulo, o General Carlos de Meira Mattos e a Professora Therezinha Castro, que também focaram seus estudos e pensamentos no Brasil do futuro. Dentre alguns dos temas discutidos pelos autores, tem-se a integração internacional do país frente aos antagonismos globais, para apontar o caminho a ser seguido para construção de um país soberano (FRANÇA, 2020).

3.1.1 Golbery do Couto e Silva (1911-1987)

Golbery do Couto e Silva²² esteve na ESG, de março de 1952 a novembro de 1955. Em 1955, publicou seu primeiro livro, denominado “Planejamento Estratégico”. O livro trouxe conceitos inéditos e importantes, os quais seriam incorporados nos cursos de altos estudos da Forças Armadas e da ESG, dentre eles: o conceito estratégico nacional, hipóteses de guerra, avaliação estratégica da conjuntura nacional e internacional, objetivos nacionais permanentes, objetivos nacionais atuais, dentre outros (SILVA, 1955).

O Conceito de áreas estratégicas é particularmente interessante para o estudo desta lavra científica com foco na Antártica, uma vez que é definido da seguinte forma: “são as zonas geopolíticas de maior sensibilidade onde se irá aplicar a Política de Consecução dos Objetivos Nacionais Atuais” (SILVA, 1955, p.88). O aludido conceito se aplica à Antártica como uma “zona geopolítica de maior sensibilidade”, tanto pelas riquezas minerais existentes, quanto pelo seu posicionamento defrontando todos os três principais oceanos, bem como por, ainda, não ter a sua soberania plenamente definida, tornando-se uma área geográfica onde se deve aplicar a Política de Consecução dos Objetivos Nacionais (MATTOS, 2015).

Golbery escreveu suas principais obras, na década de 1950, as quais foram publicadas em 1967, sob o título de “Geopolítica do Brasil”; e, em 1981, intitulado “Conjuntura do poder executivo e geopolítica do Brasil” (FRANÇA, 2020). No “Geopolítica do Brasil” fez questão de deixar claro que seu livro se tratava de uma coletânea de “palestras e ensaios” escritos por ele, entre os anos de 1952 e 1960.

No seu texto “Aspectos Geopolíticos do Brasil”, escrito em 1952, o qual está contido no livro de 1967, Golbery já deixava claro a proposta por ele denominada “a grande ideia de manobra geopolítica”, cuja preocupação maior era com a integração do território brasileiro e sua segurança. No mesmo diapasão, na análise de 1952, Golbery esclarece que a maior desvantagem do Brasil, naquele momento, era a sua “quase completa dependência do

²² Golbery do Couto e Silva nasceu em 21 de agosto de 1911, na cidade de Rio Grande, no sul do estado do Rio Grande do Sul, tendo ingressado nas fileiras do Exército Brasileiro, em 1927 (FRANÇA, 2020). Entre 1941 e agosto de 1943, ainda como Capitão, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), junto com os irmãos Orlando e Ernesto Geisel (MATTOS, 2015). De 1944 a 1945, participou da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Em 1946, recentemente promovido ao posto de Major, foi transferido para o recém-criado Estado-Maior Geral, o qual, na atualidade, se trata do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), pertence a estrutura organizacional do Ministério da Defesa. Em 1951, promovido ao posto de Tenente-Coronel, foi transferido para ESG (FRANÇA, 2020).

petróleo estrangeiro” (SILVA, 1981, p.53). Tal deficiência, que será abordada mais adiante nesta lavra científica, sob o enfoque da “Crise do Petróleo de 1973”, pode ter contribuído para acelerar a decisão pela adesão ao Tratado da Antártica, em 1975, durante o Governo do General Ernesto Geisel, quando o Brasil ainda importava aproximadamente 80% do petróleo que consumia.

Seguidamente, Golbery declara que o Brasil não precisaria ansiar por outros territórios, quando afirma que “somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o patrimônio que detemos à custa de antigos conflitos a que não nos podemos furtar e de uma atuação diplomática perseverante e clarividente” (SILVA, 1981, p. 134). Também no mesmo livro, em um ensaio de 1959, Golbery insere a Antártica na sua concepção de Segurança do Ocidente²³.

Na obra, Golbery estabelece um eixo América-Antártica-Austrália que dividiria o mundo em duas partes, sendo a primeira formada pelos arquipélagos do Pacífico; e a segunda como sendo uma extensão da própria Europa, por onde o oceano Atlântico se transforma em um Mediterrâneo em grande escala. A partir de tal definição, Golbery estabelece Círculos Prioritários para o Brasil (FIGURA 4), ou seja, aqueles para um país que busca ser uma potência mundial (FRANÇA, 2020). O primeiro semicírculo seria o interno que envolve o Brasil com um raio de aproximadamente 10.000 km, incluindo a América do Norte, a África e a Antártica; o qual o Autor considera como uma área de não ameaça para o País, a curto ou médio prazos, uma vez que, à época, os Estados inseridos já eram desenvolvidos ou buscavam o seu desenvolvimento de forma pacífica. Já o segundo semicírculo foi avaliado como uma zona de conforto, visto ser constituído por países que não possuíam capacidade real de gerar ameaças ao bloco americano (FRANÇA, 2020).

Como geopolítico, Golbery foi considerado um dos três mais importantes do Brasil, junto com Therezinha de Castro e Meira Mattos, pelo professor da Universidade Técnica de

²³ “O conjunto triangular da América do Sul, da África e da Antártida de fato constitui a retaguarda vital de todo o mundo do Ocidente. Qualquer penetração importante, aí, de um inimigo comprometerá certamente todo o sistema defensivo do mundo ocidental, sobretudo porque tornará, desde logo, extremamente vulneráveis as comunicações marítimas e aéreas, de que o Atlântico Sul é o palco insubstituível e a Antártida, o ferrolho – ‘decisiva plataforma recuada das comunicações marítimas e aéreas do Ocidente’, como bem assinala o Almirante Lepotier” (SILVA, 1981, p. 191).

Lisboa, Jorge Manuel da Costa Freitas, no livro “A Escola Geopolítica Brasileira” (MATTOS, 2015).

Apesar de Golbery não declarar abertamente, em seus textos publicados, ser favorável à presença brasileira na Antártica, vários indícios permitem concluir que sua obra geopolítica gerou alguma influência, no processo decisório, principalmente, a partir do final da década de 1950, quando já era factível pensar em uma postura de maior relevância do Brasil no cenário internacional.

3.1.2 Carlos de Meira Mattos (1913-2007)

O General Meira Mattos²⁴ abordou em seus trabalhos, diversos temas relevantes para o país, dentre eles a formação histórica do Brasil e a evolução do seu pensamento geopolítico, bem como defendia a tese da necessidade de criação e desenvolvimento de uma matriz energética nuclear brasileira. Dentre as suas principais obras, destacam-se: “Interpretação geopolítica do Brasil”, de 1958; “Brasil: geopolítica e destino”, de 1975; “A geopolítica e as projeções de poder”, de 1977; “Uma geopolítica pan-amazônica”, de 1980; e “Geopolítico e trópicos”, de 1984 (FRANÇA, 2020).

Na obra “Interpretação geopolítica do Brasil”, Meira Mattos apontou a questão controversa da geopolítica. Fez reflexões acerca das escolas geopolíticas alemã (determinista) e francesa (possibilista), o que parecia antagônico, a princípio, porém para ele se tratava de uma oportunidade de criar a nossa própria identidade geopolítica. Mattos adotou a definição de *Ratzel* de “espaço é poder” e, após intensa reflexão, concluiu que “a geopolítica é o destino”. Para ele “O Brasil tem como destino o poder”, fruto de características de uma

²⁴ Carlos de Meira Mattos nasceu em 23 de julho de 1913, sendo natural do estado de São Paulo. Em 1933, iniciou sua carreira militar no Exército Brasileiro, como cadete, na Escola Militar de Realengo. Como capitão, participou da campanha brasileira na Itália, de 1944 a 1945. Ao regressar da Segunda Guerra Mundial, realizou o curso de Estado-Maior, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Exerceu várias funções durante seu período no serviço ativo, porém duas merecem destaque. A primeira como Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, cujo chefe era o então General Ernesto Geisel (1964-67), o qual lhe nomeou Interventor no Estado de Goiás, de novembro de 1964 a janeiro de 1965. Após regressar para as suas funções no Gabinete Militar, surgiu a questão da República Dominicana, para onde foi enviado como comandante do destacamento brasileiro na Força Interamericana organizada pela OEA para estabilizar a situação, naquele país caribenho. Durante o ano 1967, cursou a ESG, como coronel, tendo sido promovido ao posto de General de Brigada, em março de 1968 (MATTOS, 2015).

verdadeira potência que o país já detinha, a época, quais sejam: sua dimensão geográfica, sua população, a capacidade tecnológica e sua coesão interna (FRANÇA, 2020).

Mattos acreditava que a posição continental brasileira lhe conferia estratégias de dois grandes domínios: o Continente Americano e o Oceano Atlântico Sul. Também entendia após a análise do perfil territorial brasileiro, que o país seria o possuidor do espaço “necessário e vital” para a segurança ocidental, bem como o responsável por salvaguardar a defesa do continente Americano e garantir a segurança do Atlântico. Para assumir o posicionamento estratégico descrito o país dependeria de sua capacidade de atuar na política, na economia e socialmente; além de possuir força dissuasória capaz de assegurar os seus interesses (FRANÇA, 2020).

Já, em “A geopolítica e as projeções de poder”, Meira Mattos discute a questão do “poder nacional” e, baseado nos fundamentos da ESG, traz ao estudo as suas manifestações, por meio dos aspectos político, militar, econômico, psicossocial e técnico-científico. Com isso, retoma o seu trabalho anterior com relação ao Atlântico Sul e que, para defendê-lo, os meios navais brasileiros eram insuficientes, no caso de uma intervenção das grandes potências, à época. Defendeu com o mesmo entusiasmo a necessidade de o Brasil ir à Antártica, a fim de realizar pesquisas científicas ou ocupar espaço na região. No mesmo diapasão, apoiava o Tratado da Antártica, bem como que este diploma legal internacional possibilitava a exploração do Continente Austral com base nos critérios estabelecidos por *Pascal Poirier*, em 1907, o qual tomou por base a “projeção territorial de cada país” (FRANÇA, 2020).

Além disso, é importante mencionar a linearidade de pensamento geopolítico brasileiro, desde *Backheuser* e Mario Travassos até os últimos trabalhos de Therezinha e Meira Mattos, em que há quase sempre um direcionamento para que o Brasil se torne um País grande, potente e protagonista no cenário internacional.

3.2 O Pensamento Geopolítico Brasileiro e a Antártica

3.2.1 Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980)

Um Centre Économique au Brésil – l'Etat de Minas foi primeiro livro de Carlos Delgado de Carvalho²⁵, o qual foi elaborado a partir de um de seus trabalhos escritos para o seu doutorado, na *l'École des Sciences Politiques*, tendo sido publicado na França, em 1908. *Le Brésil Meridional*, seu segundo livro (sua tese na mesma Escola), foi traduzido e publicado no Brasil, em 1910. Em 1913, escreveu “*Geographia do Brasil*”, o qual em conjunto com “*Introdução à Geografia Política*”, de 1929, conforme avaliação de Miyamoto (1995), marcam a primeira fase do pensamento geopolítico brasileiro. Delgado de Carvalho “alterou radicalmente a forma de abordar a Geografia - até então preocupada apenas com o simples arrolamento de dados - [...] por muitos chamado de pai da Geografia moderna no Brasil” (MIYAMOTO, 1995, p. 57).

Delgado de Carvalho tomou parte na fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficando lá cedido pelo Ministério da Educação, a partir de 23 de março de 1937. José Carlos de Macedo Soares, primeiro presidente do IBGE, também veio a ser o primeiro Chanceler do Governo Juscelino, de 1956 a 1958; e, de acordo com o relato do Deputado Eurípides Cardoso teria convocado Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, entre outros, para reuniões no Itamaraty, em 1956 e 1957, para tomar conhecimento mais amíúde do tema “Antártica” (MATTOS, 2015).

Golbery do Couto e Silva lhe homenageou em seu livro publicado em 1967, com a seguinte dedicatória: “Ao ilustre Mestre Professor Delgado de Carvalho, homenagem sincera de quem se orgulha de intitular-se discípulo seu”. Segundo Miyamoto (1995, p. 57): “Há mesmo fortes indícios de que a maior obra de Golbery do Couto e Silva é, em muitas partes, baseada nas ideias expostas por Delgado de Carvalho em seus inúmeros trabalhos.”

A partir de sua obra, pode-se afirmar que Delgado de Carvalho teve duas fases bem distintas. A primeira, até a década de 1950, quando deu mais ênfase aos estudos da Geografia pura. Já, na segunda fase, apresenta algumas ideias geopolíticas, como foi o caso de três trabalhos desenvolvidos em conjunto com a sua ex-aluna, Therezinha de Castro: “A

²⁵ Carlos Delgado de Carvalho nasceu em 10 de abril de 1884, em Paris, local onde seu pai era o representante diplomático brasileiro. Delgado de Carvalho teve uma robusta formação acadêmica em Ciências Humanas. Iniciou seus estudos em Letras, na Universidade de Lyon; e Direito, na Universidade de Lausanne. Sua pós-graduação em Ciências Sociais foi na *École Libre des Sciences Politiques de Paris* e na *London School of Economics*. Em 1906, se mudou para o Brasil, onde veio a escrever uma coluna sobre Política Internacional no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* (MATTOS, 2015).

Questão Antártica”, publicado na revista do Clube Militar, em 1956; o artigo “Geografia Política e Geopolítica”, publicado no Boletim Geográfico nº 133, também de 1956; e no “Atlas de Relações Internacionais” do IBGE, de 1960 (MATTOS, 2015).

Delgado de Carvalho, em 1959, no seu livro “História Diplomática do Brasil”, já afirmava no preâmbulo: “Estamos em vésperas de nos tornar uma Grande Potência e, nestas condições, de ocupar no mundo uma posição que acarreta pesadas responsabilidades”. Apesar do livro não apresentar concepções geopolíticas propriamente ditas, o trecho anteriormente mencionado já denota a preocupação de Delgado com o Brasil, a fim de que este viesse assumir um novo posicionamento no cenário internacional (MATTOS, 2015).

No que concerne ao Continente Antártico propriamente dito, Delgado de Carvalho dedica somente um parágrafo de seu livro. Aborda a celebração do Tratado, em 1959, bem como sobre alguns de seus artigos. É importante mencionar que escreveu o prefácio, também, do primeiro livro brasileiro de Geopolítica Antártica, o “Rumo à Antártica”, da Professora Therezinha de Castro, lançado em 1976. Porém, na ocasião, Delgado de Carvalho se coloca mais na posição de historiador do que de geopolítico, uma vez que não assume claramente a coautoria da “Teoria da Defrontação”, junto com Therezinha de Castro, ou seja, foi muito mais um incentivador dela do que, propriamente, autor de uma concepção geopolítica em relação ao Sexto Continente (MATTOS, 2015).

Verifica-se, portanto, que Delgado de Carvalho teve grande importância para o ensino da Geografia no Brasil e, porque não falar, dos fundamentos para os escritos geopolíticos produzidos em um momento inicial, pensando a integração territorial e, posteriormente, em um protagonismo do país no cenário internacional. A presença brasileira na Antártica se baseia nesse segundo momento e Delgado, mesmo que indiretamente, teve importância na formação do pensamento daqueles que estavam na posição de influenciar na decisão pela adesão ao Tratado da Antártica (MATTOS, 2015).

3.2.2 Therezinha de Castro (1930-2000)

A Professora Therezinha de Castro²⁶ fez parte do Corpo Permanente da ESG como Assistente da Divisão de Assuntos Internacionais (DAE). Também foi palestrante e docente em Cursos de Altos Estudos Militares da Escola de Guerra Naval (EGN) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Destacou-se como uma das maiores geopolíticas brasileiras ao analisar o Brasil, sob o foco de sua projeção marítima no contexto internacional, procurando expor o conjunto de possibilidades que se descortinavam para o Brasil diante da imensidão do Atlântico Sul, sua realidade estratégica para o País, bem como as características do ambiente e seus efeitos (FRANÇA, 2020).

Dentre as obras de Therezinha, as questões relacionadas ao Continente Antártico tiveram um enfoque especial. “Atlântico Sul”, de 1995; e “Geopolítica: princípios, meios e fins”, de 1999 são seus principais títulos. O IBGE afirmou que os elementos mais importantes do pensamento da professora foram publicados por meio de artigos, em momentos diferentes de sua jornada profissional (FRANÇA, 2020).

Em “Antártica, questão do momento”, de 1958, Therezinha descreve o Continente Austral, com as características apresentadas no capítulo anterior deste trabalho, bem como enfatiza que a Antártica era um assunto em que o Brasil pouco havia avançado, principalmente se comparando com outras Nações da América do Sul. Therezinha também apresenta uma suposição existente que a Antártica seria um prolongamento dos Andes. A aludida forma de pensamento estaria alicerçada por uma linha imaginária a qual conecta o extremo sul do continente americano a algumas ilhas do Atlântico Sul e à fatia da Antártica intitulada “Graham Earth”. Uma sequência de ilhas, na maioria inglesas, está ligada ao Continente Austral, o que tornaria justa a reivindicação de parcela do território continental, por meio do Princípio da Projeção. Esse arco alongado exposto por Therezinha de Castro seria composto pela Ilha do Estado, Ilhas Malvinas, Ilhas *Sandwich* do Sul, Ilhas *Órcades* do Sul e Arquipélago de *Shetland* do Sul. Seguindo tal raciocínio, a Professora já antecipava a posição inglesa para justificar a posse das Ilhas Malvinas, por ocasião do Conflito com a Argentina, em

²⁶ A Professora Therezinha de Castro nasceu em 22 de dezembro de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como pai, o General Fabio de Castro. Formou-se em História e Geografia (na época ainda eram feitas como graduação única), em 1954, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atualmente conhecida como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (MATTOS, 2015).

1982. Além disso, os britânicos sabiam do valor estratégico das ilhas em relação ao Continente Branco (FRANÇA, 2020).

Na ocasião, Therezinha já lamentava a inércia brasileira para realizar pesquisas científicas, na Antártica, observando o movimento das demais nações, inclusive Sul-Americanas, instalando bases e/ou estações na localidade. Seu lamento é manifestado ao final de seu texto:

“Nós nos juntamos aos países da América do Sul, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai em torno do direito de projeção continental (defrontação) ou dos setores polares cunhados pelo senador canadense *Pascal Poirer*, 1907, quando se tratava da divisão do Polo Norte” (CASTRO, 1958, p.142).

A FIGURA 6 mostra o pensamento de Therezinha de Castro sobre o tema. A professora defendia que, da mesma forma como fora feito em relação ao Ártico, o território Antártico poderia ser dividido a partir dos países cujos litorais estivessem voltados para aquele continente. Dessa forma, seriam formados diversos triângulos (desenhados pela geógrafa), conforme a FIGURA 5, cuja jurisdição caberia a países específicos, dando o direito de reivindicação apenas a países do Hemisfério Sul (SIMÕES, 2017).

Em “Antártica”, Therezinha de Castro passa a analisar quais foram as iniciativas tomadas pelo Brasil, diante da corrida rumo ao Polo Sul, abordando os aspectos positivos e negativos, enfatizando que o País havia negligenciado o seu “fator marítimo”, diante de sua dimensão continental, principalmente, quando o foco fora a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Posteriormente, a Professora menciona o Tratado da Antártica, de 1959, o qual em seu bojo tinha como foco regulamentar a exploração do Sexto Continente, a fim de tentar evitar conflitos e disputas. Quando o Brasil adere ao Tratado, a Diplomacia Brasileira afirmou que o Brasil possui o maior litoral do Atlântico Sul, bem como apoiava a Teoria da Defrontação supramencionada, como forma de legitimar a propriedade territorial do continente (FRANÇA, 2020).

Mesmo após a adesão brasileira, Therezinha de Castro enfatizava a necessidade de instalação de um centro Pesquisa na Antártica. Mesmo com atraso, a Estação brasileira foi ativada, em 1983, materializando a política brasileira para a Antártica, bem como garantindo a nossa presença, nos moldes do Tratado, de forma legítima e pacífica (FRANÇA, 2020).

Therezinha de Castro dedicou algumas páginas de sua obra ao papel do Deputado Eurípides Menezes na luta pela presença brasileira na Antártica, tanto em pronunciamentos formais no Congresso, como em inúmeras palestras e artigos para periódicos nacionais, incluindo em seu livro a íntegra do último pronunciamento do Deputado, em 28 de novembro de 1974, sua despedida do parlamento brasileiro, após não ter sido reeleito pelo Estado da Guanabara. Eurípides Menezes lançou seu próprio livro, em 1982, “A Antártica e os Desafios do Futuro”, e o dedicou à “Therezinha de Castro, que no nº 142 da Revista do Clube Militar, de abril de 1956, desfraldou a bandeira dos direitos do Brasil na Antártica” (MATTOS, 2015).

3.3 Os fatos que permearam e influenciaram o Processo Decisório até a Adesão

Guerra Fria (1947-1989) entre as duas grandes potências, EUA e URSS, em latência; ascensão da República Popular da China à posição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em outubro de 1971, no lugar de Formosa; a derrota norte-americana no Vietnã, com a retirada dos últimos soldados em março de 1973; o conflito entre árabes e israelenses, em outubro de 1973; a Revolução dos Cravos, em Portugal, em abril de 1974, com o início da descolonização portuguesa na África; e a renúncia do Presidente norte-americano *Richard Nixon*, em agosto de 1974; será neste turbilhão de fatos históricos em que se dará o processo decisório brasileiro pela adesão ao Tratado da Antártica, conforme se elucidará nas próximas laudas desta lavra científica.

3.3.1 A Influência das relações com a Argentina

Dentre os fatos históricos de influenciadores é válido mencionar as tensões geradas entre Brasil e Argentina pela hegemonia regional, dentro do Continente Sul-Americano, chamado “O Fator Argentino”, que ganharia mais peso, a partir de setembro de 1955, quando ocorreu o golpe militar na Argentina. A década de 1960 foi marcada por tentativas de aproximação entre os dois países, a fim de distensionar as relações.

Nesse sentido, uma importante iniciativa no processo de aproximação entre os dois países foram os chamados “Acordos de Uruguiana”. Os aludidos acordos foram celebrados na cidade fronteiriça brasileira, em 21 de abril de 1961. Os principais pontos

pactuados foram os seguintes: coordenação política em organismos multilaterais; afirmação da condição sul-americana e ocidental; retirada das tropas das fronteiras; cooperação na área industrial; apoio mútuo à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); intercâmbio cultural e científico; e livre trânsito de pessoas na fronteira entre os dois países. Tal evento, a posteriori, recebeu por diversos autores a alcunha de “espírito de Uruguaiana”. Em março de 1962, o bom relacionamento foi interrompido também por um golpe de Estado na Argentina (CERVO, 2013; SARAIVA, 2012).

Porém, em junho de 1966, foi assinada a Ata das Cataratas entre o Brasil e o Paraguai, que versava sobre a possibilidade aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná entre os dois países. O documento gerou um protesto formal argentino, cuja preocupação não era apenas com os seus projetos de aproveitamento hidrelétrico, mas talvez, ainda mais importante, com o possível aumento da influência do Brasil nos países menores da Bacia do Prata. Nesse sentido, em junho de 1969, em Brasília, foi assinado o Tratado da Bacia do Prata²⁷, o que, de certa forma, era uma reação argentina à Ata das Cataratas. As tratativas entre os dois países prosseguiram e, em maio de 1971, foi assinada a Declaração de Assunção²⁸, por ocasião da IV Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata. Em julho do mesmo ano, os Presidentes Médici e *Stroessner* ratificaram os entendimentos de maio, em encontro ocorrido nas respectivas cidades fronteiriças de Bela Vista e Bela Vista Norte, quando inauguraram a ponte internacional sobre o rio Apa (SARAIVA, 2012).

Argentina e Brasil, em setembro de 1972, chegaram ao Acordo de Nova York, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, mesmo após intensas negociações sobre a questão da obrigatoriedade da consulta prévia, que os argentinos queriam impor ao Brasil. O aludido Acordo Internacional regulava o tema da construção das hidrelétricas, nos rios sucessivos. Porém, os ânimos voltariam a se acirrar, entre Brasília e Buenos Aires, principalmente pela ação da mídia argentina, diante da assinatura do Tratado de Itaipu, em

²⁷ O Tratado da Bacia do Prata foi antecedido por dois instrumentos jurídicos de relevo: a Declaração Conjunta de Buenos Aires, de fevereiro de 1967, a qual se traduziu no primeiro encontro entre os chanceleres dos países da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai); e a Ata de *Santa Cruz de La Sierra*, assinada em maio de 1968 (MATTOS, 2015).

²⁸ A Declaração de Assunção possuía dois parágrafos fulcrais para as negociações entre Brasil e Paraguai no tocante do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Um mencionava que para os rios contíguos a soberania seria compartilhada entre os estados ribeirinhos; e a outra, mais importante para a questão com a Argentina, mencionava que, no caso dos rios internacionais de curso sucessivo, cada Estado poderia aproveitar as águas conforme suas necessidades, desde que não causasse prejuízo sensível a outro estado da Bacia (VILLELA, 1984).

abril de 1973, na capital brasileira, pelos chanceleres do Brasil e do Paraguai, com a presença dos Presidentes Emílio Médici e Alfredo Stroessner, o qual versava sobre o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná (SARAIVA, 2012).

Em 12 de outubro de 1973, Juan Domingo Perón assumiu pela terceira vez a Presidência da Argentina, tendo sua esposa Maria Estela Martinez de Perón (Isabelita) como sua Vice-Presidente (CERVO, 2013). O regresso de Perón à Presidência não veio a acirrar as rivalidades com o Brasil no tocante ao aproveitamento dos rios, conforme se esperava. Pelo contrário, trouxe uma perspectiva positiva nas relações entre os dois países. Perón optou por abandonar o que ele chamava de “guerra dos papéis” para assumir uma postura desenvolvimentista de “ganhar o tempo perdido”. Porém, a sua morte, em 1º de julho de 1974, junto com o novo governo de Isabelita acirraram ainda mais as disputas entre os grupos de direita e de esquerda, vindo a aprofundar a instabilidade política no país (MATTOS, 2015).

Com a chegada do General Ernesto Geisel à Presidência da República do Brasil, uma mudança nas relações com a Argentina estava para ocorrer, a qual foi personificada por Azeredo da Silveira que, após ter sido Embaixador na Argentina de 1969 a 1974, assumiu a chancelaria do governo. Silveira demonstrava não estar muito preocupado em “acomodar as divergências com a Argentina, uma vez que, em seu entendimento, a Argentina havia perdido a capacidade de pressionar o Brasil e influenciar os desdobramentos da política externa brasileira para a região” (SARAIVA, 2012, p. 53).

A preocupação argentina com o Brasil também possuía fortes raízes geopolíticas. Os escritos do General Golbery do Couto e Silva eram bem conhecidos por intelectuais e militares argentinos, que temiam pela implementação por parte do Brasil do conceito de “fronteira viva”, mencionado pelo Geopolítico em sua obra. O apoio brasileiro aos golpes militares na Bolívia, em agosto de 1971; no Uruguai, em junho de 1973; e no Chile, em setembro de 1973 aumentou ainda mais a influência do país na região. Tais fatos envolviam e isolavam politicamente a Argentina, no continente sul-americano. Adicionalmente, a Argentina avaliava que a rarefação populacional da região de *Corrientes* e *Misiones* era uma vulnerabilidade que poderia ser aproveitada para o Brasil aumentar a sua influência naquelas províncias. Nesse sentido, a construção da hidrelétrica de Itaipu, com todo o desenvolvimento econômico que arrastaria para o seu entorno, representava uma ameaça, na medida que reforçava as preocupações portenhas (MATTOS, 2015).

Ademais, o fato de Golbery do Couto e Silva ter assumido função de tamanho prestígio e peso político junto ao Presidente Geisel, como seu Chefe do Gabinete Civil, preocupava fortemente parte da intelligentsia argentina. A percepção argentina sobre as alegadas ambições brasileiras na região da Bacia do Prata, levaram também por arrastamento as preocupações com as ideias de Therezinha de Castro e Eurípides Menezes sobre a presença brasileira na Antártica (MATTOS, 2015).

Apesar do posicionamento do Chanceler Azeredo da Silveira em relação a Argentina, Geisel não parecia comungar dos mesmos pensamentos, nesta questão. Tal fato é evidenciado pela decisão do Presidente Geisel, de 8 de setembro de 1974, que adiou a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, contrariamente ao proposto por Silveira, uma vez que além das tensões mencionadas devido a construção de Itaipu, somar-se-iam aquelas advindas da aplicação da Teoria da Defrontação, o que impactaria diretamente nos territórios reivindicados pela Argentina e pelo Reino Unido (FERREIRA, 2009).

Deste fato se depreende o grau de preocupação e importância que Geisel tinha em relação à manutenção de um bom relacionamento com o país vizinho, uma vez que entendia as questões estratégicas que estavam em jogo.

3.3.2 A Crise do Petróleo de 1973

No início dos anos 1970, o Brasil era um grande importador de petróleo, cujo consumo diário estava em franco crescimento. Naquele momento histórico, o mundo vivia uma fase de crescimento econômico acelerada, tendo o consumo de petróleo acompanhado esse ritmo. O baixo preço desse insumo não motivava medidas de contenção, como por exemplo, a fabricação de meios de transporte do modal rodoviário mais econômicos (YERGIN, 2012).

O início das atividades de movimentos ambientalistas, contribuiu para a substituição das plantas de geração de energia a carvão por outras a óleo diesel, o que aumentou o interesse pela *commodity* no mundo. Outro fator de pressão no valor do petróleo no mercado internacional, foi a grande demanda dos Estados Unidos, o maior consumidor mundial, que havia chegado na sua capacidade máxima de produção diária, em 1970, a fim de abastecer o seu mercado interno (YERGIN, 2012).

Além dos fatores apresentados anteriormente, vale mencionar que o maior controle por parte dos governos dos países exportadores sobre as empresas produtoras, por estatização ou aumento na participação dos lucros, também contribuiu para o aumento dos preços internacionais do barril de petróleo. Os países exportadores, organizados em cartel, observaram uma ótima oportunidade de enriquecimento a partir do aumento da demanda mundial pela *commodity*. Os países que mais sofreram no período com as variações do preço do barril foram aqueles grandes importadores, dentre eles o Brasil. Nesse caminho, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP)²⁹, no final de 1973, fruto da guerra entre árabes e israelenses, veio a aumentar o valor dos barris de petróleo, pressionando negativamente, ainda mais, a balança comercial brasileira (MATTOS, 2015).

O Brasil havia priorizado seus investimentos no refino no lugar da prospecção, uma vez que os valores de óleo cru eram relativamente baixos. Porém, diante do abrupto aumento dos preços, já não havia mais tempo para inverter essa estratégia de investimentos, a fim de tornar possível o aumento da produção, mesmo a médio prazo. Embora, em novembro de 1974, ocorressem as primeiras descobertas de óleo na Bacia de Campos, o País somente passou a ter significativo incremento em sua produção, a partir dos anos 1980 (MATTOS, 2015).

Diante desses fatos, o Brasil iniciou um movimento de aproximação diplomática com os países árabes. Tal fenômeno se iniciou ainda no governo do Presidente Médici, com a abertura em 1973 de embaixadas brasileiras na Arábia Saudita e no Iraque. Adicionalmente, houve a designação de encarregados de negócios, na Líbia e no Kuwait. A mencionada movimentação continuou no governo do Presidente Geisel, contando com a abertura de embaixadas em 10 outros países da região. Em 1972, apesar de todos os esforços, a balança comercial com os países árabes se tornou ainda mais desfavorável para o Brasil. No mesmo ano, as importações brasileiras de petróleo correspondiam a 15% das exportações do país. Em 1974, essa relação saltou para 40% (SANTANA, 2006).

Em 1975, o Brasil modificou o seu posicionamento político internacional diante dos conflitos no Oriente Médio, especialmente no que se refere à questão da Palestina. Na

²⁹ A OPEP foi criada em 14 de setembro de 1960. A cidade de Genebra, na Suíça, foi escolhida como sua primeira sede, nos 5 anos iniciais de sua existência. Em 1º de setembro de 1965, sua sede foi transferida para cidade de Viena, na Áustria. Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela foram os seus cinco fundadores. Histórico da organização. Disponível em: http://www.pec.org/pec_web/en/about_us/24.htm. Acesso em: 11 ago. 2022.

XXX Sessão da ONU, realizada em 10 de novembro de 1975, o País votou em favor do direito à autodeterminação e soberania do povo palestino, bem como da retirada de todas as forças israelenses dos territórios ocupados por meio da força (CERVO; BUENO, 2012).

É importante enfatizar que, em tempos antes do disparo anormal dos preços do barril de petróleo, os países membros do Tratado da Antártica já debatiam formalmente o tema da prospecção no Continente Austral. O tema foi incluído pela primeira vez para discussão, por ocasião da reunião de *Wellington* (NZ), na ATCM VII, de 30 de outubro a 10 de novembro de 1972³⁰.

No que concerne à prospecção, no Continente Gelado, alguns acontecimentos merecem destaque como a descoberta de fortes indícios de petróleo, no Mar de Ross (local da Estação Científica norte-americana de *McMurdo*), por meio do projeto *Deep Sea Drilling*, conduzido pela *National Science Foundation* dos EUA, no verão antártico de dezembro de 1972 a fevereiro de 1973. O navio “*Glomar Challenger*”, por meio de suas pesquisas, estimou a existência de um campo de 45 bilhões de barris de petróleo (BERKMAN, 2002). Assim, a descoberta do “*Glomar Challenger*” era realmente importante, principalmente em um contexto de forte demanda e de preços elevados no cenário internacional (ABADIE, 2014).

A relação da crise do petróleo vivida pelo Brasil com os seus interesses na Antártica aparece na Exposição de Motivos (EM) DAM-I/124/210 (B29), SECRETA, de 2 de maio de 1975, do Itamaraty, que sugeria a adesão ao Tratado da Antártica. O documento aventava a possibilidade da autorização para extração de minerais no Sexto Continente, uma vez que entendia que alguns aspectos do tema não ficaram muito claros no texto do Tratado celebrado em 1959. Menos de um mês após a adesão brasileira, entre 9 e 20 de junho de 1975, durante a Oitava Reunião do Tratado, em Oslo, na Noruega, o tema sobre a exploração de recursos minerais na Antártica voltou a ser abordado (MATTOS, 2015).

Verifica-se, por meio dos elementos trazidos, como a questão da *commodity* petróleo veio a pressionar a economia brasileira, gerando repercussões na esfera da política externa do País, bem como qual foi o tratamento dado pelos membros do Tratado da Antártica em relação à sua descoberta, no Continente Austral, com a tentativa de autorização de sua exploração, a fim de minimizar os efeitos da crise de 1973.

³⁰ Resolução ATCM VII-6, cujo título era “Estudo e discussão sobre a exploração de recursos minerais na Antártica”

3.3.3 A participação do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes

Em 28 de novembro de 1970, Eurípides Cardoso de Menezes³¹, Deputado Federal pelo estado da Guanabara, fez um pronunciamento no Congresso Nacional em que defendeu a presença brasileira no continente antártico. Em seu livro de 1982, explicou como surgiu o seu interesse³². Eurípides pleiteava que o Brasil fizesse o seu “Decreto da Antártica” com as pretensões do país naquele continente, “assinando posteriormente o Tratado de *Washington* ou levando o assunto às Nações Unidas” (MENEZES, 1971, p. 7). Seguidamente, foi contra a internacionalização da Antártica, como explicitou em vários pronunciamentos e no seu livro: “O internacionalismo científico da Antártica não redundará jamais em condomínio pacífico, mas na partilha política” (MENEZES, 1982, p. 115). Cópia do aludido pronunciamento foi enviada para o Presidente Médici pelo Coronel, a época, Ênio Pinheiro, primeiro diretor da Escola Nacional de Informações, que o recebeu das mãos do próprio Deputado, a fim de ter o aval do Presidente para a divulgação do tema (MENEZES, 1982, p. 23).

Em 23 de abril de 1971, Eurípides realiza um segundo discurso, na Câmara Federal, sob o título “Pela Declaração da Antártica”, no qual tratou da necessidade da presença brasileira naquela região. Em sua fala, defende que a tese do Direito de Defrontação seja apresentada à ONU. Nos anos de 1971 e 1972, principalmente, realizou inúmeras palestras, entrevistas em emissoras de rádio, bem como escreveu artigos para diversas mídias impressas, defendendo a presença brasileira na Antártica³³. Como resultado de sua militância

³¹ Eurípides Cardoso de Menezes nasceu em 1909, na cidade de Campinas, SP. Realizou os cursos de Ciências e Letras, Teologia e Filosofia. Foi professor em diversas instituições de ensino, inclusive, na Escola de Engenharia da PUC, RJ. Foi Deputado Federal pelo Estado da Guanabara, entre 1955 e 1974. Na Câmara dos Deputados foi Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, nos anos de 1967, 1968 e 1969, tendo sido Presidente da mesma comissão, em 1970 e 1971 (MATTOS, 2015).

³² Regressa Therezinha de Castro de uma Bolsa de Estudos em Portugal [...] Conhecendo-nos nessa época, presenteou-me em meados de novembro de 1970 com um exemplar do Atlas Histórico Escolar do MEC [Ministério da Educação e Cultura] (5ª edição), que [...] ainda não tinha sido entregue ao público [...] Antecipando-me, porém, ao lançamento oficial do Atlas, a 28 de novembro de 1970, em sessão conjunta do Congresso Nacional, presentes 45 senadores e 210 Deputados Federais, e esposando a tese da defrontação e dos direitos do Brasil na Antártica, proferi sobre o assunto meu primeiro discurso (MENEZES, 1982, p. 22).

³³ Revista Cultura Militar, do Estado-Maior do Exército, nº 217, 1º semestre de 1971; Revista do Clube Militar, maio de 1971; Revista MAR, do Clube Naval, nº 209, março/abril de 1971; Revista Manchete, de 5 de junho de 1971; Boletim Semanal do Rotary Clube nº 38, de 1972; e Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, maio de 1972 (MATTOS, 2015).

em favor do tema, recebeu diversas cartas e mensagens de incentivo para prosseguir em sua “campanha” (MATTOS, 2015).

É importante mencionar que as ações do Deputado Eurípides não passavam despercebidas pelo governo federal. O General João Figueiredo, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, enviou a Exposição de Motivos nº 023/71 para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em 22 de março de 1971, por meio da qual solicitava um parecer daquele órgão quanto aos aspectos “estratégico-militares brasileiros em relação ao continente Antártico”.

Em 16 de abril de 1971, o Almirante de Esquadra Murillo Vasco do Valle Silva, Chefe do EMFA, exarou sua resposta, por meio do Aviso nº 14 FA-2-145, deixando clara a importância do continente antártico para o Brasil, principalmente pela possibilidade de instalação de bases inimigas em território antártico; pela importância do Estreito de Drake para a navegação comercial; pela relação da Antártica com o clima do Brasil; e pelo potencial econômico da Antártica, em especial por seus recursos minerais, como o petróleo, o carvão e o urânio. O aludido parecer chegou a considerar que “é, portanto, capital para o Brasil a sua inclusão entre os países que se julgam com direitos na Antártica” (MATTOS, 2015).

O Deputado Eurípides cursou a ESG. Na ocasião, em 16 de maio de 1972, apresentou o trabalho “Antártica, Interesses Internacionais”. Cópias do seu trabalho foram enviadas para diversas autoridades, o que resultou em dezenas de telegramas e cartas pessoais de agradecimento, as quais, a princípio, corroboravam com a importância do tema para o Brasil. Além disso, uma das cópias do mesmo trabalho foi enviada em 17 de abril de 1974 ao Ministro-Chefe da Casa Civil, à época, o General Golbery do Couto e Silva³⁴. No decorrer de seu texto, o Deputado menciona sua amizade comum com o Professor Delgado de Carvalho, bem como o fato de já haver enviado outros documentos, no governo anterior, ao Chefe da Casa Civil daquele governo, Ministro Leitão de Abreu, ao Chanceler Gibson Barbosa³⁵ e ao Secretário do CSN, General João Figueiredo (MATTOS, 2015).

³⁴ Arquivo pessoal do Deputado cedido pela família (MATTOS, 2015).

³⁵ No arquivo pessoal do Deputado existem alguns telegramas do Chanceler Gibson agradecendo pelo envio de cópias de palestras sobre a Antártica proferidas por Eurípides em diversas ocasiões (MATTOS, 2015).

Não existem dados históricos com relação às reações de Golbery ao aludido trabalho, porém somente o fato de este ter chegado às suas mãos demonstra o grau de influência e acesso do Deputado ao círculo mais próximo do Presidente Ernesto Geisel.

Eurípedes manteve seus ideais em relação ao Continente Austral, mesmo após a adesão do Brasil ao Tratado, tendo realizado inúmeras palestras nas escolas de Altos Estudos das Forças Armadas e nos eventos promovidos pelo Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA), vindo a falecer em 2008, aos 99 anos (MATTOS, 2015).

Observou-se que não há como afirmar que Eurípedes tenha influenciado diretamente na decisão do Presidente Ernesto Geisel pela adesão, a despeito de todas as suas ações e mobilização neste sentido. Porém, não há como negar que, ao alcançar a alta cúpula do governo, principalmente aqueles assessores mais próximos do Presidente com seus trabalhos, ele não tenha influenciado, mesmo que indiretamente.

3.3.4 O Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos

Em 7 de setembro de 1972, o IBEA foi formalmente criado no Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia, sob a presidência do engenheiro João Aristides Wiltgen³⁶, o qual em 23 de fevereiro de 1972, enviou carta ao presidente do Clube de Engenharia, engenheiro Hélio Mello de Almeida, sugerindo a ideia de uma expedição à Antártica.

Wiltgen faz menção a ter estabelecido diversos contatos com o Deputado Eurípedes, “que achou a ideia altamente patriótica, auspiciosa e oportuna”. Na carta em tela também é mencionado que o Deputado considerava que “a expedição, como está sendo projetada, terá, sem dúvida, a anuência do Presidente da República, do Congresso e demais órgãos governamentais”. Encerra com uma solicitação de autorização para que o Deputado fizesse uma palestra no Clube de Engenharia, “dentro do menor prazo possível”. A mesma foi realizada no dia 7 de março de 1972, com o título “Atual Interesse nos Estudos e Pesquisas Científicas na Antártica”. Ato contínuo, foi enviada uma nota à imprensa, por meio da qual o Clube de Engenharia anunciava a expedição (MATTOS, 2015).

³⁶ Wiltgen foi Ministro interino das Comunicações no Governo do Presidente Costa e Silva. Coursou a ESG, em 1970 (MATTOS, 2015).

Em 24 de março de 1972, foram definidos o nome da Comissão Organizadora do Programa Antártida (COPRAN), bem como quais seriam as propostas para sensibilizar pesquisadores e instituições científicas do país, a fim de virem a participar do programa. Em agosto do mesmo ano, em uma reunião na residência do Dr. Antônio Salem, surgiu a ideia da criação do IBEA.

De 12 de setembro a 24 de outubro de 1972, o IBEA realizou o “I Ciclo Brasileiro sobre a Antártida e as Águas Territoriais Sul-Americanas”. Neste evento, no primeiro dia, o engenheiro Wiltgen proferiu sua apresentação, cujo título era: “Metas do Programa da I Expedição Científica Brasileira à Antártica”. Seguiu-se o Professor Pinto Coelho, com o título de: “Análise do Setor Científico da I Expedição Científica Brasileira à Antártida”. Sucederam-se diversas apresentações, incluindo a do Professor Rubens Junqueira Villela, com o título: “Relação entre o clima do Brasil e os Gelos Antárticos”. O evento teve o seu ponto alto, no dia 24 de outubro de 1972, com a apresentação da Professora Therezinha de Castro, com o título: “Considerações Gerais: Antártida” (MATTOS, 2015).

O IBEA necessitava se tornar reconhecido como uma instituição de interesse público federal, a fim de que os doadores pudessem deduzir as contribuições no imposto de renda, ou seja, somente esta seria a forma de obter os recursos necessários para a expedição ao Sexto Continente. Mesmo assim, o Instituto não deixou de se articular, apesar de não possuir os recursos necessários. Exemplo disso foi sua participação no Seminário sobre o Programa Antártico dos EUA, em setembro de 1973, bem como a do Professor Aristides Pinto Coelho, chefe do seu departamento científico, em uma expedição norte-americana para a Antártica, embarcado no navio de pesquisa R/V “Hero”, da Marinha dos EUA, em *Ushuaia*, no dia 23 de dezembro do mesmo ano. Dessa expedição, o Professor Aristides trouxe as primeiras amostras de material antártico (peixes, krill, rochas e fósseis) a serem incorporadas ao acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro (COELHO, 1983).

A inclusão dos Professores Aristides Coelho e o engenheiro João Aristides Wiltgen, na primeira delegação oficial do Brasil a um simpósio internacional sobre a Antártica, em 1977, no Chile, como representantes do IBEA foi mais uma conquista do Instituto. Porém, somente em 7 de outubro de 1981, o reconhecimento como “instituição de interesse público” veio a ser obtido por meio do Decreto nº 86.439, ou seja, mais de 9 anos depois da criação do Instituto, quando o governo brasileiro já se articulava para a realização da primeira expedição,

que viria a ocorrer em dezembro do ano seguinte. Todas as participações e atividades desenvolvidas pelo Instituto tiveram grande repercussão na mídia, especialmente nos anos de 1972 e 1973, os quais sugerem a sua grande contribuição no processo de adesão ao Tratado da Antártica³⁷ (MATTOS, 2015).

3.4 Considerações Parciais

Ao longo do Estudo da Escola Geopolítica Brasileira, verifica-se o alinhamento do pensamento, ao longo do século XX, desde os primeiros escritos de Everardo *Backheuser* e Mario Travassos aos últimos de Theresinha de Castro e Meira Mattos. Todos de uma maneira geral trazem em seus trabalhos a vertente de um país grande, potente e protagonista no cenário internacional, com desenvolvimento econômico.

Everardo *Backheuser* e Mario Travassos, os nossos fundadores, tinham como foco o expansionismo dentro do território brasileiro, ou seja, preocupavam-se com a manutenção da conquista do que já era nosso, tais como a Amazônia, as fronteiras terrestres, porém não existia ainda uma preocupação maior com o vasto oceano que banha o Brasil.

Com Golbery do Couto e Silva é incorporado o termo “Brasil Potência”, expansionista, com foco em novos espaços fora dos limites territoriais. Nesse viés, foi a Professora Theresinha de Castro junto com seu mentor, Delgado de Carvalho, que vislumbrou na Antártica um novo espaço a ser explorado pelo Brasil. São eles, Golbery e Meira Mattos que iriam sugerir que o Brasil foque nos países da África Atlântica, mas sem considerar que na Antártica, também, haveria um espaço a exercer influência.

Um dos objetivos deste capítulo foi apresentar algumas das principais ideias dos pensadores de renome da Escola Geopolítica Brasileira do século XX, a fim de possibilitar a

³⁷ As ideias veiculadas pelo IBEA, da importância maior da cooperação científica internacional, em detrimento de reivindicação territorial, abriam novas perspectivas para o Brasil, que via um caminho para a sua chegada, atrasada, à Antártida, sem os atritos da reivindicação territorial. Possivelmente tenham influenciado na decisão do governo brasileiro, à frente o eminente General Ernesto Geisel, para, em atitude antípoda a dos anteriores, reconhecer o Tratado Antártico, assinando o documento de adesão, a 16 de maio de 1975 (COELHO, 1983, p. 243).

compreensão da influência conjuntural que estes brasileiros podem ter exercido no período da decisão pela adesão ao Tratado da Antártica.

Porém, durante algum tempo, o pensamento de nossos governantes não se voltaria para o Continente Austral. Existiam outros tipos de preocupação, principalmente o desenvolvimento do País. A interiorização da Capital Federal, com a construção de Brasília, veio ao encontro do que mencionavam os primeiros geopolíticos até chegar em Golbery, que tinha como prioridade a ocupação do espaço brasileiro. Dessa forma, estudos e concepções geopolíticas não foram suficientes para convencer os governos a se voltar para Antártica. Outros fatores, internos e externos, impulsionaram essa decisão.

Um fator exógeno importante para decisão pela adesão ao Tratado foi o intitulado “Fator Argentina”. Mesmo diante do agravamento da crise política interna argentina, após a morte do Presidente Perón; e do posicionamento de seu Chanceler e grande influenciador nas questões relacionadas ao Sexto Continente, Azeredo da Silveira, que já havia revelado seu pensamento em relação aquele país de que ele havia perdido a capacidade de pressionar o Brasil e influenciar os desdobramentos da política externa brasileira para a região; Geisel vem a adiar a sua decisão sobre a adesão, em setembro de 1974, uma vez que além das tensões, consequência da construção de Itaipu, somar-se-iam aquelas advindas da aplicação da Teoria da Defrontação, o que impactaria diretamente nos territórios reivindicados tanto pela Argentina como pelo Reino Unido. Acrescente-se a esses fatos que todos os documentos do Governo Geisel relativos ao tema “Antártica” eram classificados como secretos e ficará claro o grau de importância que o Presidente atribuía à manutenção de um bom relacionamento com os argentinos, não comungando das ideias de Azeredo da Silveira, naquele momento.

A crise do petróleo de 1973 foi um outro fator na agenda internacional importante no processo decisório pela adesão ao Tratado, uma vez que, à época, o País importava 80% do petróleo que consumia, cujo valor do barril teve um aumento exponencial, em um curto espaço temporal. Tal situação veio impactar o Brasil de forma significativa, principalmente, no governo do General Geisel. Diante da crise do petróleo, os países-membros do Tratado aventaram como uma solução a possível liberação da exploração de minerais na Antártica, o que não estava previsto no texto do Tratado. Porém, foi somente, em 1991, que se chegou a uma decisão sobre o assunto, por meio do Protocolo de Madri ou Protocolo do Meio Ambiente que postergou em 50 anos a possibilidade de exploração mineral, na Antártica. É importante

mencionar que, nas duas exposições de motivos encaminhadas pelo Itamaraty ao Presidente Geisel, em maio de 1974 e em maio de 1975, respectivamente, para adesão ao Tratado, surge o tema da possível liberação da exploração mineral como uma das justificativas. A partir desses fatos, é possível estabelecer que a Crise do Petróleo de 1973 contribuiu expressivamente, se não diretamente, na decisão pela adesão ao Tratado da Antártica.

A partir do final do ano de 1970, os fatores endógenos como as ações do Deputado Federal Eurípides Menezes e dos membros do IBEA fizeram com que o tema Antártica se torna-se conhecido pela mídia brasileira. Observou-se que não há como afirmar que tais iniciativas tenham afetado diretamente a construção do pensamento do Presidente Geisel sobre o assunto. Porém, os documentos demonstram que, ao alcançar a alta cúpula do governo, principalmente aqueles assessores mais próximos do Presidente como Golbery do Couto e Silva e Azeredo da Silveira, influenciaram mesmo que indiretamente, na decisão pela adesão.

Observa-se, portanto, que a decisão brasileira por aderir ao Tratado da Antártica, em maio de 1975, foi fruto de fatores sistêmicos (endógenos e exógenos), bem como que os aspectos ideacionais de nossos geopolíticos tiveram um papel igualmente importante no processo decisório, porém não há como inferir o percentual exato da contribuição de cada um. Dando continuidade ao trabalho científico, o próximo capítulo apresentará os fatos mais marcantes atinentes ao PROANTAR, nos seus 40 anos de existência, bem como seus principais aspectos.

4 ENTENDENDO O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO (PROANTAR)

No capítulo em tela, será feita uma abordagem dissertativa sobre o PROANTAR, com o fito de descrever os fatos mais marcantes, nos seus 40 anos de existência, bem como seus principais aspectos, tais como estrutura, metas, objetivos e atribuições, a fim de posicionar a lavra científica no contexto do aludido Programa.

4.1 Da Primeira Expedição aos 40 anos do Brasil na Antártica (1982-2022)

Em 12 de janeiro de 1982, era criado o PROANTAR, por meio do Decreto nº 86.830/2012, porém a Marinha precisava resolver o seu problema logístico para garantir a execução de atividades científicas no Continente Gelado, uma vez que não possuía um meio adequado para navegar em águas Antárticas. Dessa forma, em 28 de setembro de 1982, o navio dinamarquês, “Thala Dan”, que já havia operado no Ártico por vasto tempo, classificado como navio de apoio oceanográfico foi incorporado a Armada, vindo a receber o nome de “Barão de Teffé” (MATTOS, 2015).

Em 20 de dezembro de 1982, se iniciou a primeira expedição exploratória científica à Antártica, composta pelos navios NApOc “Barão de Teffe”, da Marinha do Brasil, e o NP “Professor W. Besnard”, da Universidade de São Paulo (USP)³⁸, os quais desatracaram, respectivamente, dos portos do Rio de Janeiro e de Santos (SOUZA, 2008).

A presença do Presidente da República João Figueiredo, no dia da saída do Rio, ratificou o apoio do mais alto nível político ao Programa Antártico Brasileiro. Os dois navios chegaram em Rio Grande-RS, em 23 de dezembro, bem como suspenderam dessa localidade, em 26 de dezembro. O NApOc “Barão de Teffé” navegou diretamente para a Antártica, tendo chegado à estação científica polonesa *Arctowski*, em 5 de janeiro de 1983. A data mencionada foi considerada como o marco da chegada da primeira expedição oficial brasileira, no Continente Austral (MATTOS, 2015).

³⁸ O Instituto de Oceanografia da USP (IOUSP) foi criado em 1946, ainda como Instituto Paulista de Oceanografia, tendo sido incorporado por aquela universidade, em 1951, para contribuir com os estudos relacionados à pesca. O professor russo *Wladimir Besnard* (1890-1960) foi seu diretor, de 1946 até seu falecimento. O Navio de Pesquisas “Professor W. Besnard” foi construído na Noruega, de onde rumou para o Brasil, em 1967. Participou das operações à Antártica, em coordenação com os navios da Marinha, até 1988, totalizando 6 expedições. Disponível em: <<http://www.io.usp.br/index.php/institucional/historico>>. Acesso em: 4 jul.2022.

A primeira expedição, além da grande expectativa gerada por um grande acontecimento, ficou marcada pelo seu foco principal que era adquirir os conhecimentos necessários, por meio de uma inspeção na região, a fim de selecionar a localidade onde seria construída a Estação Científica brasileira (SOUZA, 2008). Com foco nessa missão, o “Barão de Teffé” visitou um total de oito estações científicas e o “Prof. W. Besnard”, quatro. O “Prof. W. Besnard” chegou ao porto de Santos, em 23 de fevereiro de 1983, e o “Barão de Teffé” ao Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro (MATTOS, 2015).

Em 23 de agosto de 1983, a Força Aérea Brasileira (FAB) efetivou sua participação no Sexto Continente, pela primeira vez, por meio do pouso da aeronave Hércules C-130, um quadrimotor, prefixo 2463, pertencente ao 1º/1º Grupo de Transporte³⁹ ou Esquadrão Gordo, como é conhecido na FAB, no aeródromo chileno Tenente *Marsh*, o qual faz parte do complexo da Base “Presidente Eduardo Frei Montalva”. Tal fato, se tornaria rotina para essa Unidade Aérea, nos anos subsequentes (SOUZA, 2008).

Em 27 de setembro do mesmo ano, o Brasil, junto com a Índia, foi aceito como membro consultivo do TA, durante a V Assembleia Consultiva Especial ocorrida na capital da Austrália, Camberra. A partir daquele momento, o País ganhava o direito de participar de participar e opinar no que concerne as decisões sobre o futuro da Antártica. Mais do que nunca, se fazia necessário o estabelecimento de uma Estação Científica brasileira permanente, na localidade (SOUZA, 2008).

Em 2 de dezembro de 1983, foi inaugurada a Estação de Apoio Antártico (ESANTAR), no interior do terreno da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no Rio Grande do Sul, com o fito de apoiar, distribuir e manter o material científico, tecnológico e logístico do PROANTAR (SOUZA, 2008). Com o passar do tempo, a ESANTAR se

³⁹ O 1º/1º Esquadrão de Transporte, também conhecido como “Gordo”, está sediado no Rio de Janeiro, bem como realiza em média 10 voos por ano para o apoio logístico ao PROANTAR. Após a decolagem do Rio de Janeiro a aeronave faz uma escala em Pelotas-RS, para o recebimento de material da ESANTAR. Em seguida, decola para *Punta Arenas* (cerca de seis horas de voo), no Chile, onde aguarda a janela da meteorologia, a fim de se deslocar para o aeródromo *Teniente Marsh* (pista de 1.292 m) na base chilena “Presidente Eduardo Frei Montalva” (cerca de 2,5 horas de voo), na ilha Rei George, onde também se localiza a EACF. Da base chilena para a estação brasileira são 20 minutos de helicóptero ou 4 horas de navegação de navio. No inverno, não é possível o deslocamento dos navios da Base Eduardo Frei para a EACF, o que leva às aeronaves da FAB a lançar os suprimentos necessários, em voo, para os componentes do GB da EACF que lá permanecem no inverno. Os mencionados lançamentos passaram a ocorrer, somente, a partir de 1992, na OPERANTAR X. (PESSINI, 2013).

tornou parada obrigatória para as expedições brasileiras ao continente, tanto dos navios como das aeronaves da FAB (MATTOS, 2015).

Em 3 de janeiro de 1984, o NApOc “Barão de Teffé” desatracou do Rio de Janeiro, a fim de realizar a segunda expedição brasileira à Antártica. Porém, sua missão era de grande importância, uma vez que lhe foi incumbida a tarefa de construir a estação científica brasileira. No período entre 21 e 25 de janeiro de 1984, todos os possíveis locais levantados na primeira expedição foram novamente visitados, objetivando a escolha do local definitivo. Foi selecionada uma área onde já existira uma estação baleeira e, posteriormente, meteorológica inglesa, dentro da Baía do Almirantado, na ilha Rei George. No período de 25 janeiro a 5 fevereiro de 1984, se deu a montagem da estação (FERREIRA, 2009).

A Península Keller foi escolhida, principalmente, por possuir uma orla pouco acidentada, o que facilitaria o apoio logístico a partir do mar, bem como por situar-se, geograficamente, em frente a uma baía de águas calmas, cercada por elevações, proporcionando uma área marítima relativamente abrigada para fundeio. Além disso, o terreno possuía pequena declividade, o que permitia a conexão dos contêineres que comporiam as instalações, com maior facilidade (SOUZA, 2008).

Em 6 de fevereiro de 1984, o Brasil finalmente ativou sua estação científica na Antártica, na ilha Rei George, nas Ilhas *Shetlands* do Sul. A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) recebeu este nome, em homenagem póstuma ao Capitão de Fragata Luiz Antônio de Carvalho Ferraz⁴⁰ (FERREIRA, 2009).

A Cerimônia de Ativação foi presidida pelo Comandante do NApOc “Barão de Teffé”, o então Capitão de Mar e Guerra Paulo Cesar Adrião, o qual empossou o primeiro chefe da estação, Capitão de Corveta (FN) Edison Nascimento Martins⁴¹. Estavam presentes à cerimônia representantes da Polônia (estação *Arctowski*), Chile (estações *Marsh*, *Alcazar* e *Piloto Pardo*), Argentina (estação *Jubani*) e URSS (estação *Bellingshausen*), além das tripulações e pesquisadores do NApOc “Barão de Teffé” e NP “Prof. W. Besnard”. Dadas as características ainda incipientes da EACF, naquele momento, para enfrentar o inverno polar,

⁴⁰ O Capitão de Fragata Luiz Antônio de Carvalho Ferraz faleceu em 11 de agosto de 1982, de um mal súbito, quando representava a MB, na V Assembleia Oceanográfica, em Halifax, Canadá (MATTOS, 2015),

⁴¹ A Primeira Tripulação da EACF era constituída por 12 pessoas: 2 oficiais (sendo um médico), 3 sargentos e um cabo, todos da MB; e 2 alpinistas; 2 engenheiros e 2 técnicos, todos civis (MATTOS, 2015).

ela foi desativada em 9 de março de 1984 e, somente, reativada em 13 de dezembro do mesmo ano, por ocasião da Operação Antártica III (MATTOS, 2015).

Em 28 de setembro de 1984, foi publicada a primeira carta náutica brasileira da região antártica, elaborada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), com o título de “Antártica, Ilhas *Shetland* do Sul, Baía do Almirantado (Ilha do Rei George)”, outro marco para a presença brasileira na Antártica. Também no mesmo ano de 1984, em 1º de outubro, o Brasil tornou-se membro consultivo do SCAR, Comitê Científico de Pesquisas Antárticas (NUNES, 2005).

Desde Operação Antártica (OPERANTAR) IV, em 1986, o Brasil mantém uma equipe na Estação Ferraz durante todo o ano. Naquela primeira “invernada”, o grupo-base (GB) que guarneceu a estação era composto por 11 pessoas. Foram oito meses de isolamento, até a chegada do NApOc “Barão de Teffé”, para o reabastecimento da EACF (SOUZA, 2008).

Em 8 de setembro de 1986, o Brasil foi admitido como membro pleno da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR). A partir de então, os pesquisadores brasileiros puderam participar das decisões no que se refere aos assuntos relativos à proteção da vida antártica (SOUZA, 2008).

Nas OPERANTAR V (1986-1987) e VI (1987-1988), a MB também enviou o NOc “Almirante Câmara”, a fim de realizar diversos levantamentos geofísicos no estreito de *Drake*, no de *Bransfield* e no Mar de *Bellinghausen*, com a presença de técnicos da Petrobras a bordo (NUNES, 2005).

Em 3 de junho de 1987, o Presidente José Sarney promulgou o Decreto nº 94.401, que aprovou a primeira Política Nacional para Assuntos Antárticos, a qual visava “à consecução dos objetivos do Brasil na Antártida, levando em consideração os compromissos assumidos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida” (BRASIL, 1987, p.1).

De 5 a 16 de outubro de 1987, no Rio de Janeiro, o Brasil sediou a XIV ATCM (Reunião Consultiva do Tratado da Antártica), mesmo contando com apenas 4 anos como membro consultivo. Na ocasião, fizeram-se presentes 33 países, sendo 20 membros consultivos e 13 aderentes não consultivos. O Ministro das Relações Exteriores Roberto de Abreu Sodré fez a abertura do evento (MATTOS, 2015).

O NOC “Almirante Álvaro Alberto”, Ex “Grant Marine” foi construído nos EUA, em 1973, como apoio de plataformas, com capacidade para operar em condições de gelo

moderado. Foi incorporado à Marina do Brasil, em 1988, vindo a participar das OPERANTAR VII e VIII (MATTOS, 2015). Durante a OPERANTAR VII, o navio participou do apoio logístico à EACF, bem como realizou pesquisas, na Baía de Fildes (SOUZA, 2008). Em 1982, sofreu extensa reforma para operar em pesquisa sísmica, tendo naufragado na Lagoa dos Patos-RS, 16 de dezembro de 1992, causado por um grande incêndio ocorrido a bordo (MATTOS, 2015).

Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro Presidente da República a estar na Antártica, tendo visitado a EACF, em fevereiro de 1991, quando, da própria EACF, enviou uma mensagem aos demais Presidentes dos países-membros consultivos, elogiando o caráter preservacionista do Tratado que conseguiu “repudiar a atividade predatória, afastar a exploração mineral e consolidar a preservação do meio ambiente”. Tal circunstância pode ser relacionada com o aumento das ações a favor do meio ambiente no seu governo e no mesmo ano em que seria assinado o Protocolo de Madri, o Protocolo sobre Proteção Ambiental do Tratado da Antártica (MATTOS, 2015). Na ocasião, além da esposa e filhos do presidente, estavam presentes o Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Mario Cesar Flores e grande comitiva. Além disso, fora lançado um selo comemorativo alusivo à primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à EACF (SOUZA, 2008).

Antônio Carlos Rocha Campos, geólogo da Universidade de São Paulo, após exercer o cargo de Secretário do SCAR, entre 1986 e 1992, foi eleito presidente daquela instituição em setembro de 1994, permanecendo até 1998. Tal fato foi de relevo, uma vez que o Brasil tinha apenas 10 anos como membro consultivo do Tratado.

A Marinha necessitava substituir o NApOc “Barão de Teffé”, o que fez com que adquirisse, em 1994, um outro navio com capacidade para operar em campo de gelo fragmentado, sendo classificado como de apoio oceanográfico. Tal navio recebeu o nome de “Ary Rongel”, ex “Polar Queen”; foi construído em 1981, na Noruega, vindo a participar de imediato da OPERANTAR XIII (1994-1995) (MATTOS, 2015).

Em 30 de novembro de 2004, Jefferson Cárdua Simões, glaciologista brasileiro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), chegou ao Polo Sul geográfico, junto com uma expedição chilena, após percorrer 1.140 km, em 16 dias, a partir da estação chilena de *Patriot Hills*. O Professor Jefferson Simões transformou-se no primeiro brasileiro a chegar em tal destino, por terra, o que fez com que a sua experiência fosse significativa para o projeto Criosfera I. No verão austral de 2011/2012, Simões liderou uma expedição científica brasileira

que chegou a 670 km do Polo Sul geográfico. Em 12 de janeiro de 2012, estabeleceu um módulo de pesquisas científicas, construído na Suécia, chamado Criosfera I, totalmente automatizado e autônomo, a 2.500 km da EACF (GANDRA, 2013; NUNES, 2005).

Em 17 de fevereiro de 2008, ocorreu a segunda visita de um Presidente brasileiro à EACF, como parte das comemorações pelos 25 anos da primeira expedição brasileira ao Continente Austral. O Presidente Luiz Inácio da Silva estava acompanhado por diversas autoridades, dentre elas pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Resende; pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim; e pelo Comandante da Marinha, Almirante Júlio Soares de Moura Neto. No aludido evento foi apresentada ao Presidente a necessidade da aquisição de outro navio para operar na Antártica, a qual contou com a sua aquiescência. Dessa forma, em 3 de fevereiro de 2009, foi incorporado à Marinha, o Navio Polar “Almirante Maximiano”, ex-“American Empress”, construído nos EUA, em 1974, como navio de apoio. Tal navio foi transformado em navio pesqueiro, quando passou por grandes modificações estruturais na Noruega, em 1988. Posteriormente, na Alemanha, foi convertido em navio de pesquisa, tendo recebido laboratórios e grande rol de equipamentos. O NPo “Almirante Maximiano” juntou-se ao NApOc “Ary Rongel” a partir da Operação Antártica XXVIII, no verão austral de 2009 - 2010 (ROCHA, 2011).

Durante a OPERANTAR XXX (2011-2012), rigorosamente, na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012, a EACF sofreu um grave incêndio que atingiu 70% de suas instalações. Dentre as instalações que permaneceram intactas, cita-se: os tanques de combustíveis; os laboratórios de meteorologia, de química e de estudo da alta atmosfera; os refúgios (módulos isolados para casos de emergência); dois módulos de captação de água doce; e as estruturas isoladas do prédio principal (Estação Rádio de Emergência e o heliponto) (SECIRM, 2022d).

Na ocasião, dois militares do Grupo-Base também morreram combatendo o incêndio. Após o incêndio ter sido totalmente debelado, a ação subsequente foi vedar completamente as instalações, a fim de evitar a entrada de gelo, o que dificultaria muito a remoção dos escombros. Após a evacuação de todos os militares e civis que estavam na estação, quatro militares da MB permaneceram na base chilena “Presidente Eduardo Frei Montalva”, localizada na Enseada *Ardley*, também na Ilha Rei George, nas Ilhas *Shetland* do Sul, com o fito de manter a presença regular na área da Estação brasileira, durante o inverno antártico (MATTOS, 2015).

A OPERANTAR XXXI (2012-2013) iniciou-se em 6 de outubro de 2012, sendo julgada a operação mais multifacetada já realizada pelo país, na localidade. Tal fato se deveu aos aspectos logísticos e operacionais, uma vez que envolveram um grande número de recursos humanos e materiais (500 pessoas envolvidas, cinco navios em uso concomitante, cerca de 900 toneladas de ruínas e resquícios retirados da área ocupada pela EACF, no período de outubro e dezembro de 2012) (SECIRM, 2022d).

Ainda no mesmo verão antártico, em março de 2013, foram instalados os Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), os quais já possibilitaram a permanência do Grupo-Base durante o inverno naquela estrutura, bem como a continuidade das pesquisas de campo na Baía do Almirantado; e o apoio as atividades de reconstrução da Estação. Os MAE foram instalados sobre o heliponto, nas proximidades da antiga EACF, os quais foram concebidos para compor um sistema íntegro e autônomo. Além disso, nada mais eram do que contêineres especiais com 100% do material recuperável e transferível para outros locais, no todo ou em parte, dependendo das especificidades da nova missão, que passaram a funcionar como dormitórios, banheiros, cozinha, enfermaria, refeitório, escritório e um laboratório (SECIRM, 2022d).

As pesquisas também continuaram nos refúgios e a bordo dos navios NPo “Almirante Maximiano” e NApOc “Ary Rongel”, com diversos pesquisadores embarcados. No inverno de 2013, 15 militares permaneceram nos MAE, mantendo a presença constante do Brasil, na Antártica (MATTOS, 2015).

De 28 de abril a 7 de maio de 2014, em Brasília, o Brasil sediou, pela segunda vez, uma Reunião dos Membros do Tratado da Antártica, a ATCM XXXVII. A abertura da reunião, ocorrida no dia 28 de abril, contou com as presenças da Ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira; do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado; do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim; e do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto. No seu discurso de abertura, o Chanceler Figueiredo reiterou o compromisso do Brasil com o Tratado, bem como enfatizou a importância estratégica da Antártica para o Brasil (MATTOS, 2015).

O PROANTAR, em 11 de março de 2019, ativou uma nova infraestrutura de telecomunicações, na EACF. Tal fato representou um novo marco para pesquisa, no Sexto Continente, facilitando as comunicações entre pessoas e instituições, bem como o tráfego das

informações coletadas com agilidade e em tempo real. Pesquisadores e militares passaram a contar com *internet* fixa de alta velocidade; rede móvel com conexão 4G; acesso *wi-fi* distribuído por todas as instalações EACF; e sistema de recepção de sinal de TV. A infraestrutura em tela foi fruto de um acordo de cooperação celebrado entre a MB, a empresa Oi, com participação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (SECIRM, 2022d).

Em 20 de janeiro de 2021, por meio da publicação do Decreto nº 10.603/2021, foi restituído o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA).

No período de 13 a 15 de dezembro de 2021, foi realizado o 3º voo de apoio logístico à OPERANTAR XL, que se utilizou, pela 1ª vez, da nova aeronave cargueiro da FAB, o KC-390. O mencionado voo de apoio tinha como missão a movimentação de material e pessoal entre o Brasil e a cidade de *Punta Arenas* (Chile). Na ocasião, ainda não fora possível a certificação da aeronave para pouso na pista chilena, na Antártica, em virtude das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, porém primeiro passo do desafio, o pouso em *Punta Arenas*, fora dado. Tal fato representa um marco importante para substituição gradativa das aeronaves C-130 pelas KC-390. (SECIRM, 2022d).

Em 12 de janeiro de 2022, o PROANTAR completou 40 anos de existência. Desde aquele momento histórico foi atribuída a Marinha a missão de conduzir e levar a bom termo o Programa, junto com os demais Ministérios que compunham a CIRM, tendo à frente, como Ministro da Marinha e Coordenador da aludida Comissão o Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (SECIRM, 2022d).

Em 15 de junho de 2022, foi assinado o Decreto nº 11.096/2022, pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, por meio do qual a POLANTAR sofreu sua primeira atualização, uma vez que o texto original como visto anteriormente remonta o ano de 1987. Na ocasião, estavam presentes o Ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos e o Secretário da CIRM, Contra-Almirante Marco Antônio Linhares Soares. O novo texto traz atualizações importantes as quais serão melhor exploradas no próximo capítulo desta lavra científica (SECIRM, 2022d).

4.1.1 Uma nova EACF para o PROANTAR

A Reconstrução da EACF foi extremamente instigante para a MB, uma vez que envolvia soluções de engenharia no estado da arte, a fim de garantir a segurança das instalações e do pessoal, bem como possuir as características adequadas para o enfrentamento das características geofísicas locais (as baixas temperaturas, os fortes ventos, a atmosfera agressiva e os abalos sísmicos). Tudo isso com o intento de tornar possível o desenvolvimento das pesquisas no ambiente antártico. Além disso, outra restrição foi a preservação ambiental, com o fito de garantir o menor impacto possível na região. Nesse viés, buscou-se no projeto de construção a inclusão de sistemas para geração de energia limpa, tais como eólica e solar, além do emprego do calor proveniente dos diesel-geradores, objetivando, também, a redução do consumo de combustíveis fósseis (óleo diesel) (SECIRM, 2022d).

Em dezembro de 2016, foi iniciada a reconstrução da EACF. A primeira fase começou no verão antártico do mesmo ano, prolongando-se até março de 2017, traduzindo-se pelo estabelecimento do canteiro de obras; a confecção das fundações, com blocos de concreto e aço; e a construção de três módulos externos à EACF. Toda logística da construção, bem como do transporte do material por meio de navios ficou a cargo da empresa CEIEC. Já, na segunda fase, foram montados os módulos da estação, na sede da empresa CEIEC, em Pequim (China), a fim de permitir a aquiescência pela equipe de fiscais brasileiros. Após este fato, todos os módulos foram desmontados e embalados, a fim de que pudessem ser transportados até a Antártica, por meio de navios fretados. Em outubro de 2017, se iniciou a terceira fase da reconstrução com a montagem dos módulos no Continente Austral. Resultado de interferências de ordem logística e meteorológica, a conclusão da reconstrução prevista para março de 2018, sofreu alguns atrasos (LEITE, 2019).

Finalmente, em 15 de janeiro de 2020, foram ativadas as novas instalações da EACF (FIGURA 8) com uma área de aproximadamente 4.500 m², dividida em 6 setores distintos: privativo, social, serviços, operação/manutenção, laboratórios e módulos isolados (SECIRM, 2022d).

4.1.2 A aquisição de um novo meio operativo para o PROANTAR

Conforme mencionado anteriormente, a MB adquiriu o NApOc "Ary Rongel", em 1994. O navio possui origem norueguesa, tendo sido construído em 1981. O "Ary Rongel" está a cada OPERANTAR, mais próximo do fim de seu ciclo operativo, mesmo diante dos esforços de manutenção da tripulação do navio e do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), a cada período de manutenção. Dessa forma, o meio precisa ser substituído, a fim de evitar prejuízo as atividades logísticas e de apoio à pesquisa, o que comprometeria as responsabilidades assumidas pelo Brasil, no contexto do TA. Diante disso, a MB decidiu pela aquisição de um novo meio operativo, um Navio de Apoio Antártico (NApAnt) (FIGURA 9), o qual permitirá a manutenção e o incrementos das atividades logísticas, por meio de um navio especificamente projetado para tal fim, com ciclo de vida definido, moderno, com maior capacidade e grande confiabilidade (LEITE, 2019).

Em 22 de fevereiro de 2019, a Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM) publicou, no Diário Oficial da União nº 38, a intenção de obter, por construção, um Navio de Apoio Antártico (NApAnt), tendo sido estabelecido que a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) será responsável pela condução do processo de construção do meio. O novo navio terá um maior deslocamento (tonelagem) e resistência, bem como será dotado de equipamentos para movimentação, manobra e transporte de cargas, o que vai aprimorar as atividades do PROANTAR e das pesquisas científicas, a bordo da EACF. O estaleiro *Jurong Aracruz* foi o vencedor da licitação e será o responsável pela construção do NApAnt (SECIRM-2022d).

4.2 O PROANTAR e suas Atribuições

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) foi criado em 12 de janeiro de 1982, tendo como fim a realização de pesquisa científica diversificada e de alta qualidade na Antártica, a fim de compreender os fenômenos que lá ocorrem, que tenham reverberação global e, em particular, sobre o território brasileiro; bem como garantir ao Brasil a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica (SECIRM, 2022b).

Ademais, vale mencionar que o país alcançou a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, em 1983, o que assegura a plena participação do mesmo nos processos decisórios relativos ao futuro do Continente Austral (SECIRM, 2022b).

O PROANTAR possui os seguintes objetivos:

- Contribuir para a consecução dos objetivos brasileiros estabelecidos na Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR);
- Promover pesquisa diversificada, de alta qualidade, com referência a temas antárticos relevantes;
- Contribuir para a plena participação do Brasil em todos os atos internacionais e em instituições do Sistema do Tratado da Antártica (STA), bem como em outros organismos e reuniões internacionais que tratem de temas antárticos;
- Promover a presença brasileira na Antártica, demonstrando o firme interesse do Brasil naquela região;
- Contribuir para a busca de cooperação internacional, visando alcançar os objetivos de interesse nacional na Antártica, por meio da participação em programas internacionais de pesquisa e de entendimentos bilaterais ou multilaterais;
- Contribuir com a promoção da proteção do meio ambiente antártico e da preservação de seus ecossistemas dependentes e associados, em todas as atividades brasileiras na Antártica, cooperando ativamente com o esforço internacional para este fim;
- Desenvolver tecnologias, visando à minimização do impacto da presença humana no ambiente antártico, bem como das condições de habitabilidade e segurança para os usuários das instalações permanentes e temporárias brasileiras na Antártica;
- Incentivar a formação de recursos humanos com capacidade em assuntos antárticos e de grupos de pesquisa capazes de conduzir investigação científica de elevada qualidade no ambiente antártico; e
- Priorizar, sobre todas as atividades, a segurança e as boas condições de trabalho, visando àqueles que, sob o planejamento do Programa, venham a atuar na Antártica. (SECIRM, 2022b).

Além dos objetivos supramencionados, o PROANTAR possui as seguintes metas:

- Desenvolver pesquisa diversificada, de alta qualidade, com referência a temas antárticos relevantes, especialmente, os que tenham repercussão global e aqueles que afetam ou possam vir a afetar a população e o território brasileiros;
- Obter e produzir dados tecnológicos e científicos, sobretudo de fenômenos cuja influência alcance o território brasileiro, ou que sejam relevantes para o ser humano, ou que tenham aplicações práticas ao País;
- Apoiar a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pesquisadores brasileiros em assuntos antárticos, bem como apoiar a complementação da formação de cientistas e técnicos em temas e áreas de conhecimento de interesse para o Brasil;
- Incentivar e prover os meios para dar ênfase à representatividade brasileira, no que tange à ciência antártica, em eventos e reuniões científicas internacionais;
- Capacitar o País na ampliação dos meios que permitam a expansão das pesquisas científicas e tecnológicas nas regiões antárticas marítimas e continentais;
- Desenvolver soluções tecnológicas e especificar procedimentos que contribuam para a minimização do impacto ambiental de quaisquer atividades brasileiras na Antártica, inclusive as científicas, logísticas ou de turismo;
- Promover um sistema central de informações científicas, ambientais e logísticas adequado ao planejamento e à execução das medidas de proteção ao meio ambiente antártico;
- Desenvolver programas de monitoramento ambiental nas áreas de atividade do Brasil na Antártica; e
- Apoiar atividades educacionais em todos os níveis, inclusive com intercâmbio acadêmico internacional. (SECIRM, 2022b).

Neste caminho, vale ressaltar que o PROANTAR é um programa de Estado, com execução descentralizada e multi-institucional, cuja missão é garantir a presença estratégica do Brasil no Continente Austral. Para tal, cumprirá os ditames do arcabouço legal do STA, inclusive, no que diz respeito aos cuidados para preservação do meio ambiente local, a fim de assegurar ao País a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica (SECIRM, 2022b).

4.3 A Estrutura do PROANTAR

Todas as atividades brasileiras a serem conduzidas no Continente Branco, incluindo as de pesquisa, turismo, pesca, educação, divulgação e artísticas, dentre outras, devem estar adequadas nas normas estabelecidas pelo Programa. No mesmo viés, as propostas para tais atividades serão sujeitadas à Subcomissão para o PROANTAR, a fim de serem examinadas dentro das respectivas áreas de competências dos Grupos que a compõem, e de acordo com as orientações no âmbito do STA. Posteriormente, uma vez aprovado pela CIRM, a Subcomissão deverá inserir os aludidos projetos no planejamento das OPERANTAR, disseminar aos interessados a cinemática dos eventos e constituir, quando for o caso, o apoio logístico necessário à implantação, ao acompanhamento e à segurança para a execução de tais atividades.

O PROANTAR possui os seguintes fatores condicionantes, para atingir o seu propósito: os princípios e os objetivos estabelecidos na Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR); as regras, no que diz respeito a assuntos científicos e tecnológicos, estabelecidas pelo Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA); as resoluções adotadas pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) para o PROANTAR; e as linhas-mestras e os objetivos da política externa brasileira (SECIRM, 2022c).

O Programa possui quatro “vertentes” a grosso modo, sendo elas a científica, a ambiental, a logística e a de política externa. A primeira vertente está sob a coordenação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Todas as pesquisas científicas a serem conduzidas pelo Brasil, na Antártica, devem estar de acordo com as solicitações dos pesquisadores nacionais e levar em conta as regras do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (SCAR). As áreas que serão definidas como

preferenciais para investigação farão parte de um “Plano de Ação para Ciência Antártica”, o qual apresentará os programas temáticos de pesquisa que examinarão os liames entre o ambiente antártico e sul-americano, com realce nos processos que afetam particularmente o Brasil (SECIRM, 2022c).

Já a segunda vertente está relacionada à preservação do meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados, encontrando-se sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA). As ações brasileiras na Antártica, governamentais ou não, devem cumprir as regras internacionais, a fim de minimizar o impacto da presença humana em solo antártico, de acordo com o estabelecido pelo Protocolo de Madri. Neste mesmo diapasão, dentre outras iniciativas, inclui a apreciação de todas as atividades do Programa na Antártica e o acompanhamento de seus possíveis impactos, a divulgação dos cuidados ambientais devidos e o estímulo à conduta consciente no ambiente antártico (SECIRM, 2022c).

A terceira vertente está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa (MD), estando as tarefas logísticas sob a coordenação e execução da Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da CIRM. As tarefas em tela envolvem a preparação e o deslocamento dos navios antárticos e seus helicópteros de apoio; a operação e manutenção das instalações brasileiras na Antártica, ou seja, EACF, refúgios permanentes e acampamentos temporários; e a organização, em conjunto com a FAB, dos voos para transporte de pessoal e material, até o Continente Austral (SECIRM, 2022c).

A quarta e última vertente está a cargo do Ministério das Relações Exteriores (MRE), responsável pela representação internacional do Brasil junto ao STA, e leva em consideração a particular disposição que lá existe em função do Tratado da Antártica, sem direitos de soberania e com o concurso dos Estados Membros, uma grande cooperação internacional e diversos interesses singulares sendo, portanto, um continente com grande importância tanto estratégica quanto científica para o País.

Em 1982, foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão colegiado de caráter permanente, coordenado pelo Comandante da Marinha, a qual lhe competiu criar e implementar o PROANTAR. O Gerente do Programa é o Secretário da CIRM, SECIRM, cujas atribuições são: coordenar os Grupos que o compõem; planejar as OPERANTAR;

e executar o apoio logístico necessário à realização das atividades científicas e tecnológicas brasileiras, no Continente Austral.

A partir do organograma simplificado do PROANTAR (FIGURA 7), observa-se que o Programa é conduzido pela “Subcomissão para o PROANTAR”, que se caracteriza por um trabalho conjunto de distintos Ministérios e órgãos governamentais.

O Programa também conta com ativa participação de instituições de ensino e pesquisa de todo o País, bem como com a parceria de empresas e entidades públicas e privadas (SECIRM, 2022c).

Os Grupos de Assessoramento, de Operações e Avaliação Ambiental do PROANTAR são grupos de caráter permanente que, sob a supervisão da Subcomissão para o PROANTAR, têm como propósito realizar o planejamento básico das atividades do Programa, cabendo a cada qual, as seguintes ações:

a) Ao Grupo de Operações do PROANTAR (GO) – coordenado pela MB, examina a exequibilidade dos projetos de pesquisa que serão realizados Continente Austral; e conceber a operação dos navios e dos voos de apoio, a instalação de acampamentos temporários e as necessidades de abastecimento e manutenção da EACF, conciliando os interesses científicos com as demandas e disponibilidades logísticas existentes (SECIRM, 2022c);

b) Grupo de Assessoramento do PROANTAR (GA) – coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), escolhe os projetos de pesquisa que serão desenvolvidos nas OPERANTAR, cujo início se materializa pela elaboração do edital público para a sua chamada, a avaliação do mérito científico, bem como do seu financiamento. O CNPq responde adicionalmente pela subvenção de bolsas de formação de recursos humanos e apreciação da produtividade científica brasileira (SECIRM, 2022c); e

c) Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR (GAAm) – coordenado pelo MMA, afere os impactos ambientais das atividades de pesquisa brasileiras na Antártica, tanto científicas como operacionais, logísticas e turísticas, públicas ou privadas. Adicionalmente, é o encarregado pelas expedições de autorizações para coleta de amostras na região austral, bem como das permissões para entrada em Áreas Antárticas Especialmente Protegidas (ASPA), o que contribui para a observância dos preceitos estabelecidos pelo Protocolo de Madri (SECIRM, 2022c).

4.4 Considerações Parciais

O PEM-2040 dentro de seu conteúdo possui diversos Objetivos Navais (OBNAV), dentre eles o OBNAV 4 – COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL. Uma de suas Ações Estratégicas Navais (AEN) é a AEN – DESENVOLVIMENTO-4, “apoiar a presença brasileira na Antártica”; cuja descrição é “Desenvolver o PROANTAR: Implantar a infraestrutura e a capacidade logística de apoio a pesquisa; restabelecer a operacionalidade da EACF; e divulgar as atividades aos públicos interno e externo, especialmente as lideranças políticas”. A partir dos fatos mencionados no item 4.1, com a inauguração das novas instalações da EACF e seu, conseqüente, retorno à operacionalidade, sugere-se a atualização da descrição da AEN – DESENVOLVIMENTO-4 ou, inclusive, a sua alteração, a fim de incluir novos itens pertinentes ao horizonte 2040.

Além disso, ficou claro que o PROANTAR é um programa de Estado, com execução descentralizada e multi-institucional, responsável por colocar em prática a POLANTAR do País, bem como por garantir a presença estratégica do Brasil no Continente Austral. Para atender tal fim, o Programa deve cumprir os ditames do arcabouço legal do STA, inclusive, no que diz respeito aos cuidados para preservação do meio ambiente local, a fim de assegurar ao País a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica e, conseqüentemente, poder tomar parte dos processos decisórios relativos ao futuro do Continente Austral.

No próximo capítulo, far-se-á uma comparação entre a primeira POLANTAR e a atual, a fim de se verificar as alterações efetuadas e suas conseqüências para o PROANTAR, bem como, a partir dos depoimentos dos entrevistados e da experiência do próprio autor, uma análise das perspectivas do Programa, após completar 40 anos de existência e, conseqüentemente, para Geopolítica Brasileira na Antártica.

5 PERSPECTIVAS PARA O PROANTAR

Neste capítulo, será feita uma comparação entre a primeira POLANTAR e a atual, a fim de se verificar as alterações efetuadas e suas consequências para o PROANTAR, bem como, a partir dos depoimentos dos entrevistados e da experiência do próprio autor, uma análise das perspectivas do Programa, após completar 40 anos de existência e, conseqüentemente, para a Geopolítica Brasileira na Antártica.

5.1 Análise da nova POLANTAR

A nova Política Nacional para Assuntos Antárticos, Decreto nº11.096/2022, trouxe algumas alterações, conforme as considerações a seguir:

a) atualizou os “elementos” que compõem o STA, os quais passaram a ser denominados por “instrumentos e/ou organizações”, passando a incluir o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madri), bem como o Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais;

b) dentro dos Objetivos Nacionais Antárticos foi acrescentado o inciso I (“manter a condição de parte consultiva do Tratado da Antártica, por meio da promoção de substancial atividade de pesquisa científica”) e o inciso V (“ampliar a presença brasileira no continente antártico”) (BRASIL, 2022, p.2);

c) no que concerne ao fortalecimento do PROANTAR com vistas ao maior conhecimento científico sobre a região, foi ampliada possibilidade da participação de Projetos de Pesquisa coordenados e realizados por instituições internacionais;

d) o termo “recursos econômicos vivos e não-vivos” a serem identificados pelo PROANTAR foi substituído por “recursos naturais na área de atuação do STA”;

e) no que concerne as diretrizes para implementação da POLANTAR, substituiu-se a palavra “fatores” por “diretrizes”, incluindo da mesma maneira no inciso II, além do TA, o Protocolo de Madri; atualizou-se a forma de atuação do país, acrescentando que, além de estar em conformidade com a política externa, deverá, também, observar a PND; modificou-se a forma de compatibilização da execução da Política, a qual deverá observar as “demais políticas nacionais relacionadas à ciência e tecnologia e ao meio ambiente”; e acrescentou-se

o inciso VII (“promover a difusão do conhecimento sobre a Antártica e as atividades do País na região, com vistas a ressaltar a importância da presença brasileira no continente e a fomentar a mentalidade antártica na sociedade”) (BRASIL, 2022, p.2);

f) foi retirado um capítulo que versava sobre “Mecanismos de Aplicação” e inserido um outro destinado a “Governança”, identificando as competências da CIRM para realização da POLANTAR. Neste viés, a CIRM deverá assessorar o Presidente da República na implementação e realização da POLANTAR, bem como medir os resultados obtidos, objetivando correções de rumo a serem sugeridas. Além disso, coube a CIRM, seguindo a POLANTAR elaborar, aprovar, manter atualizado e implementar o PROANTAR, formulando, aprovando, coordenando e acompanhando o seu Planejamento Estratégico (BRASIL, 2022).

Após essa análise, observa-se que o conteúdo da nova versão da POLANTAR trouxe atualizações e pequenas inovações em relação à anterior, de 1987, apesar da Política não ter passado por qualquer tipo de revisão por, pelo menos, 35 anos. A POLANTAR atual incluiu diplomas legais internacionais que não existiam naquele momento histórico, principalmente, aqueles ligados ao meio ambiente, bem como atualizações resultantes de modificações feitas na estrutura da administração pública, fazendo com que os capítulos da antiga versão sofressem uma atualização no que diz respeito a esses temas. Vale ressaltar o aspecto positivo da chancela no que diz respeito a grafia da palavra “Antártica” e, não, “Antártida”, ou seja, padronizando a grafia da palavra nos documentos oficiais do governo brasileiro. Outro item de relevo foi a “inclusão do fomento da mentalidade antártica na sociedade”, o que vai ao encontro de um dos questionamentos das entrevistas realizadas nesta pesquisa científica, cuja resposta foi unânime quanto à importância do tema.

Porém, a nova POLANTAR poderia ter sido mais clara e objetiva no sentido de apontar o que o País realmente deseja de sua presença na Antártica, a partir de sua posição estabelecida no contexto do STA. Neste mesmo diapasão, o Professor Doutor Jefferson Cardia Simões, Chefe do Projeto CRIOSFERA, mencionou em sua entrevista para este trabalho científico que a revisão da POLANTAR se demonstrou pouco articulada com o avanço científico e do conhecimento geográfico da região Austral.

Como já mencionado nos capítulos 2 e 3, todos que se envolveram com a presença brasileira na Antártica criaram os alicerces do pensamento nacional sobre o Sexto Continente, porém este mesmo pensamento objetivava levar o País à Antártica e à adesão ao Tratado.

Após a adesão, em 1975, e o posterior ingresso como Membro Consultivo do TA, em 1983, as discussões estabelecidas em torno do tema perderam o seu objeto, embora as teorias trazidas pelos geopolíticos, aqui estudados continuassem a justificar as atitudes do País perante o Continente Gelado (CARDONE, 2022).

No mesmo diapasão, a revisão da POLANTAR além de comprovar o tangenciamento da política externa brasileira em relação ao tema, demonstra como a pesquisa brasileira tem se desenvolvido, no âmbito do PROANTAR, ou seja, a mesma é um mecanismo para nos fazer presentes no Continente Austral, bem como para participar das discussões sobre o Continente Austral e os seus recursos naturais, objetivando uma futura, porém indeterminada, partição territorial (CARDONE, 2022). Nesse sentido, bem menciona Rogério Gandra, afirmando que a ciência, dentro de um processo histórico de luta territorial, no Continente Austral foi mais do que uma coadjuvante, mas, sim, “vital instrumento a serviço da geopolítica antártica mundial” (GANDRA, 2009, p.2). Além disso, aduz que “a ciência brasileira nunca foi uma prioridade nas políticas de governo, muito menos a definição de uma ciência antártica” (GANDRA, 2009, p.11).

Verifica-se, portanto, que a geopolítica antártica brasileira ainda permanece com viés ultrapassado, bem como não pensando de forma pragmática em relação às pesquisas a serem desenvolvidas e seu peso político em um futuro bem próximo. Urge rever os pensamentos geopolíticos no tema a partir das pretensões brasileiras, na Antártica (GANDRA, 2009).

Também urge comentar que, à exceção do trabalho desenvolvido pela Marinha do Brasil, como administrador do PROANTAR, bem como da sua preocupação em manter um acervo sobre a memória do Brasil na Antártica, ao longo destes 40 anos, outras iniciativas são escassas e descentralizadas (CARDONE, 2022).

Faz-se necessário dar uma maior atenção à Gestão do Conhecimento sobre o tema, a fim de que a memória viva não venha a se perder com o passar do tempo. As futuras gerações de administradores e pesquisadores não podem ser alijadas daquele patrimônio imaterial. Faz-se mister lembrar que não há como consolidar a posição brasileira em quaisquer debates sobre a Antártica, sem conhecer o que fora vivenciado até o momento atual (CARDONE, 2022).

Todo esse arcabouço servirá para edificação de um pensamento autorreflexivo e crítico sobre o passado, revisionista quanto aos motivos e fins da participação brasileira, que seja maior que o instrumentalismo da ciência e que venha a preparar de modo eficiente aqueles que atuarão no marco de negociações do regime do TA (CARDONE, 2022).

5.2 Novos Horizontes para o PROANTAR

Com o fito de apresentar a relevância do tema desta lavra científica, foram entrevistadas personalidades de relevo no contexto do PROANTAR, pesquisadores da comunidade científica antártica e estudiosos sobre tema “Antártica”, que incluiu: o Contra-Almirante Antonio Cesar da Rocha Martins, Secretário da CIRM, até 7 de dezembro de 2021; o Contra-Almirante Marco Antônio Linhares Soares, atual Secretário da CIRM; o pesquisador Jefferson Cardia Simões, um dos líderes científicos do PROANTAR, Professor Doutor em Geografia Polar e Glaciologia, pioneiro neste tema no Brasil, Coordenador do Projeto CRIOSFERA, sendo atualmente, o Vice-Presidente do *Scientific Committee on Antarctic Research/Conselho Internacional de Ciências (SCAR/ISC)*; o pesquisador Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara, Professor Doutor em Botânica, Coordenador de Projetos de biologia no âmbito de diversos editais como REFLORA, PROTRINDADE, PROTAX e PROANTAR, sendo, na atualidade, Professor Associado e co-orientador no Departamento de Botânica da Universidade de Brasília (UnB); e o professor, pesquisador e consultor internacional Israel de Oliveira Andrade, exercendo, atualmente, o cargo público de técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com foco em assuntos como soberania e defesa nacional, defesa e segurança internacionais, economia internacional, dentre outros.

O primeiro aspecto questionado foi atinente à viabilidade e importância da construção de uma segunda estação científica brasileira, no Sexto Continente, a qual poderia ser do interesse não só dos cientistas brasileiros, mas, também, por caracterizar um viés geopolítico no que tange a assegurar uma maior presença, naquela localidade. Neste sentido houve descenso em torno do tema, opinando-se de forma majoritária pela desnecessidade, fruto dos altos custos envolvidos, bem como pela tendência corrente, exceto por parte da China, da diminuição do número de bases e/ou estações científicas. Opta-se pela ampliação e

recuperação da infraestrutura das instalações existentes, além do investimento maior nos programas científicos. Houve consenso quanto ao principal aspecto a ser observado na atualidade que é o incremento no volume de pesquisas na nova EACF, a fim de explorar todas as suas potencialidades; agregando projetos a serem realizados, inclusive, no período inverno; bem como aumentar a presença de pesquisadores brasileiros, principalmente, e estrangeiros associados. Dessa maneira, a visibilidade da EACF aumentará e, conseqüentemente, novas e possíveis demandas e interações poderão surgir, o que possibilitará o intercâmbio e o crescimento da atividade científica brasileira, no Continente Austral. Outro item importante a ser observado nesta questão, apontado pela maioria dos entrevistados, se traduz, no âmbito do STA, pela “diplomacia científica⁴²” a qual possui um peso maior ou igual que a simples ocupação espacial. Nesse sentido, torna-se factível e menos oneroso para o Programa diversificar a pesquisa científica, tanto no tocante à localidade quanto aos temas de estudo, por meio de parcerias institucionais com outros Programas Antárticos Nacionais, objetivando a participação dos pesquisadores brasileiros em instalações de pesquisa e expedições, além da área de atuação dos navios da MB. Nesse sentido, faz-se mister as palavras do Professor Jefferson Simões:

Não podemos negar a parte política na ação científica do Brasil na Antártica. É uma maneira de mostrar a envergadura do país dentro desse sistema e garantir o direito de decidir o futuro de 7% da superfície da Terra. Em suma, é a qualidade da ciência realizada que determina o status de um país no Sistema do Tratado Antártico, e não a presença física per si. (Trecho da Entrevista com Chefe do Projeto CRIOSFERA, Professor Doutor Jefferson Simões).

O segundo questionamento buscou a opinião do entrevistado quanto a importância do fomento de uma “Mentalidade Antártica” brasileira na sociedade, a fim de minimizar qualquer possível fragilidade do PROANTAR. Ressalta-se que o questionamento fora feito muito antes da publicação da nova POLANTAR. Nesse aspecto, todos foram

⁴² *Pierre-Bruno Ruffini*, Professor de Economia Internacional da Faculdade de Assuntos Internacionais, Universidade de Le Havre, assim definiu: “Na interseção da ciência e da política externa, a diplomacia científica do país refere-se a todas as práticas nas quais as ações das comunidades de pesquisa e diplomacia interagem. Essas práticas podem estar diretamente relacionadas aos interesses dos governos: é o caso quando os diplomatas promovem a cooperação entre cientistas de diferentes países, enquanto, ao contrário, as relações científicas internacionais facilitam o exercício da diplomacia ou desempenham um papel de vanguarda para isso e, finalmente, quando a experiência científica ajuda os governos e seus diplomatas a preparar e conduzir negociações internacionais.” Disponível em: <<https://diplomaciainternacional.org/que-es-la-diplomacia-cientifica/>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

unânicos quanto a ser fundamental e de grande importância a criaçã e disseminaçã de uma Mentalidade Antártica, no seio da populaçã, em todos os seus segmentos (governamentais, nos nívéis executivo, legislativo e judiciário; acadêmico; e sociedade civil organizada em geral), a fim de que haja o devido suporte às pretensõs brasileiras no Continente Austral.

Alguns entendem que isto já ocorre, porém de forma muito tímida. Segundo o Professor Paulo Câmara, a importância dessa mentalidade já fora sugerida, há mais de 60 anos, mas com pouco efeito prático. Foi comum o comentário sobre a necessidade de se incluir o tema, minimamente, nos currículos escolares do Ensino Médio, por meio da alteraçã da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴³, a fim de que ele seja aferido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares. Outras iniciativas seriam a criaçã de grupos de interesse, grêmios ou organizaçõs correlatas para tratar de temas antárticos em ambientes escolares; ampliaçã da divulgaçã dos assuntos antárticos em meios de comunicaçã de massa, dentre outros, conforme mencionou o Almirante Rocha Martins.

Existem diversas informaçõs falsas e mitos, pela *Internet* em relaçã a Antártica e ao Ártico, conforme salientou o Professor Jefferson Simões. Ainda, segundo ele, o tema “Antártica” é visto como algo muito distante, muitas vezes, até mesmo no ambiente acadêmico. Nesse sentido, conforme os esclarecimentos do Almirante Linhares, existem diversas iniciativas conjuntas da SECIRM com o MCTI, no âmbito do PROANTAR, em andamento, no que se refere à difusã da matéria, tais como a realizaçã de eventos específicos dos Projetos de Pesquisa em vigor, a divulgaçã de trabalhos científicos em mídias sociais e a distribuiçã de material em formato virtual.

Baseado no questionamento anterior, o terceiro aspecto perguntado aos entrevistados versou sobre quais atividades os membros do Poder Legislativo (Senadores e Deputados Federais), bem como do Executivo (Ministros de Estado) poderiam desenvolver para incrementar a Mentalidade Antártica brasileira. Houve consenso quanto à necessidade de um trabalho em parceria entre o Ministério da Educaçã e Cultura (MEC) e o Poder Legislativo, a fim de incluir a temática, na BNCC. Foi observado pelo Professor Paulo Câmara

⁴³ Trata-se de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educaçã Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educaçã (PNE). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 ago. 2022.

que a maioria dos parlamentares brasileiros desconhece totalmente a matéria “Antártica”. Muitos dos membros tomam conhecimento do PROANTAR, após serem eleitos, por meio do trabalho da Assessoria Parlamentar da Marinha. O Professor enfatizou a desmotivação dos parlamentares em relação ao assunto, uma vez que o tema possui pouco apelo eleitoral. Na verdade, segundo o Professor, o importante é esclarecer e educar os parlamentares e os membros dos Poder Executivo sobre a importância e relevância do conteúdo. Dessa forma, os membros dos dois poderes, bem esclarecidos, poderiam fazer muito mais. Além dos itens mencionados, o Almirante Rocha Martins acrescentou outros aspectos em que os membros do Poder Legislativo podem contribuir, tais como o incremento das atividades da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao PROANTAR; alocação de mais recursos financeiros, por meio de emendas parlamentares, objetivando o financiamento das atividades de logística e pesquisa científica do Programa; e a realização de sessões plenárias, no Congresso, alusivas às datas de importância para o Programa. A Adesão ao TA, a aceitação como Membro Consultivo do TA, a criação do PROANTAR e a inauguração da EACF são alguns desses exemplos.

O quarto questionamento foi endereçado aos entrevistados, a fim de obter as suas opiniões quanto a que outros meios flutuantes poderiam ser construídos ou adquiridos, após a conclusão da construção e incorporação do NApAnt à Marinha do Brasil, a fim de permitir a execução das atividades logísticas e de pesquisa, no Sexto Continente. Nesse aspecto, houve descenso. Porém, vale mencionar o comentário trazido por um dos entrevistados acerca da necessidade substituição das chatas com propulsão própria destinadas as tarefas logísticas de transporte de carga e óleo para a EACF, o qual corrobora com a experiência deste autor, no Continente Gelado. Outro fator importante, trata-se da aquisição de uma nova embarcação miúda destinada à Estação, a fim de apoiar à pesquisa no seu entorno, dotada de distintos sensores e equipamentos científicos, no estado da arte. Faz-se mister enfatizar que tanto as chatas como a embarcação de pesquisa possam ser transportadas pelo novo NApAnt, em seu porão, a fim de passarem por manutenção, quando necessário e planejado, no Brasil. Isso é feito pelo NApOc “Ary Rongel”, na atualidade. Também foi mencionado que, em um horizonte de longo prazo e caso existam os recursos orçamentários para aquisição, operação, manutenção e desfazimento do meio, será importante dispor de outro navio tipo quebra gelo, para viabilizar a navegação mesmo em campos de gelo fechados, o qual estaria apto a operar praticamente durante todo o ano em regiões polares (Antártica e Ártico), exceto em seu

período de manutenção planejado. O autor coaduna com o pensamento anteriormente mencionado, lembrando que não se pode olvidar do que se passa no Continente Ártico, ou seja, a experiência, a vivência e os conhecimentos obtidos e acumulados naquela região poderão ser aproveitados *mutatis mutandis*, no Continente Austral.

A quinta pergunta aos entrevistados buscou obter o entendimento deles acerca da existência de algum estudo brasileiro originado do PROANTAR para construção de uma Base Aérea ou pista de pouso de aeronave de asa fixa tipo cargueiro, no Continente Antártico. Neste sentido, os entrevistados afirmaram desconhecer estudo sobre o tema. Adicionalmente, o Almirante Linhares esclareceu que, por meio do Acordo de Cooperação Antártica firmado entre Brasil e Chile, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, tal questão logística foi resolvida, uma vez que, segundo ele, o mesmo prevê a “facilitação, na medida de suas capacidades, do transporte, do alojamento, da expedição e de outras atividades logísticas relacionadas a atividades nacionais na Antártica, incluindo o desenvolvimento de expedições conjuntas e a utilização compartilhada de meios”. Ademais, segundo ele, o emprego dos Navios Antárticos brasileiros, a partir das cidades de *Punta Arenas* (no Chile), *Ushuaia* (na Argentina) ou Rio Grande (no Brasil), e de aeronaves, pousando na Base Chilena Presidente Eduardo Frei Montalva, é suficiente para a demanda logística atual do PROANTAR.

Porém, vale registrar que, caso a Argentina resolva manter o seu planejamento de reativação da Base Petrel⁴⁴, no Continente Austral, cuja ideia inicial é pela construção de duas pistas de pouso e decolagem de aeronaves de asa fixa, sendo uma de 1.300 metros de extensão e outra com 1.800, poder-se-ia celebrar um acordo de cooperação entre os dois países, mediante o aporte proporcional de recursos financeiros e de pessoal, passando ambos a operar de forma conjunta, naquela área. Com isso, o PROANTAR teria uma alternativa logística, eliminando qualquer possível vulnerabilidade, tanto em termos de apoio à EACF e à pesquisa, quanto para atendimento em casos de emergência médica, na Antártica, que não são incomuns.

Foi mencionado na sexta indagação que a CIRM decidiu criar, em 26 de agosto de 2010, por meio da Resolução nº 2/2010, o Grupo de Trabalho (GT) para a proposição de um

⁴⁴ Disponível em: <<https://aeroin.net/argentina-planeja-construir-duas-novas-pistas-de-pouso-na-antartica>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

planejamento estratégico para o PROANTAR, com a finalidade de indicar rumos e ações, de curto, médio e longo prazos, a serem tomados para preparar o Programa para enfrentar os desafios futuros, em todos seus campos de atuação. Desta decisão, resultou o Relatório do Grupo de Trabalho para a proposição de um Planejamento Estratégico PROANTAR 2012-2022⁴⁵, que continha as seguintes Recomendações Finais: a) Estudo do texto vigente da POLANTAR, e sua atualização, se necessário; b) Revisão do texto do PROANTAR, em consonância com o STA, com o arcabouço legal vigente e com as atribuições institucionais dos gestores do Programa, à luz das estratégias oriundas do Planejamento em vigor; e c) Revisão e adequação da minuta da Política Nacional para Ciência e Tecnologia Antártica (PNCTA) para aprovação. Com isso, se indagou se tais Recomendações foram atendidas e se não, quais seriam os motivos. Além disso, também foi perguntado sobre a previsão de Elaboração de um Planejamento Estratégico PROANTAR 2022-2032.

Os entrevistados mencionaram em uníssono a atualização da POLANTAR como um passo importante e ora concretizado. Foi mencionado que o texto atinente ao PROANTAR, cuja última versão remonta ao ano 2006, está em processo de revisão e atualização, por meio da Subcomissão para o PROANTAR, sob a coordenação da SECIRM. Quanto à PNCTA, foi informado que a mesma não fora aprovada. Adicionalmente, foi salientado que o Plano de Ação para a Ciência Antártica 2013-2022, documento responsável por fornecer as diretrizes para o desenvolvimento da pesquisa brasileira no Continente Austral, está em fase de revisão, pelo CONAPA, a fim de estabelecer as diretrizes para o próximo decênio. Nesse sentido, os Chefes de Projeto demonstraram expectativas positivas de que as discussões que versam sobre a revisão do mencionado Plano de Ação venham a contribuir para a melhor integração da política internacional com a logística e a ciência antártica brasileira.

A última indagação versou sobre quais seriam as perspectivas para o PROANTAR, principal instrumento da execução da Política Antártica Nacional e da presença continuada do Brasil naquele Continente, após completar 40 anos. As opiniões dos entrevistados caminharam na direção de que, após a publicação da nova POLANTAR, espera-se, nas palavras de um dos entrevistados, uma “alavancagem” da Mentalidade Antártica, no País. Tal incremento, viria por meio da ampliação da visibilidade do Programa junto à sociedade civil,

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/resolucao-7-2011-anexo.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

com estratégias de educação e divulgação, principalmente, junto ao público não especializado. Espera-se, também, ampliação dos projetos de pesquisa nacionais, no Continente Gelado, incluindo a volta da presença de pesquisadores no inverno, porém para tal torna-se imprescindível a atualização do Plano Estratégico do Programa Antártico, a fim de que metas sejam traçadas e os esforços sejam direcionados para tal fim.

Espera-se também um novo momento para logística do Programa, com a utilização das novas aeronaves cargueiro KC-390 da FAB em apoio às operações antárticas, tanto para o transporte e lançamento de carga, quanto para o transporte de pessoal. Além disso, com o advento do novo NApAnt novas possibilidades se abrirão para a pesquisa do Programa.

Foi mencionado que o PROANTAR é um caso raro de Programa bem-sucedido, uma vez que possui 40 anos de atividade ininterrupta, mesmo que com altos e baixos, nunca sofreu descontinuidade. Porém, foi enfatizado que para o Programa continuar a cumprir o seu papel, há que enfrentar alguns desafios, que vinham sendo adiados.

Neste sentido, o Professor Paulo Câmara comentou:

Ao longo desses quarenta anos eu penso que o PROANTAR perdeu um pouco do seu entusiasmo inicial e entrou em uma fase mais letárgica onde o objetivo tem sido mais o de continuar fazendo as mesmas coisas, se aprimorando, mas não se expandindo. É mister que se discuta onde queremos estar em 2048, o que estamos de fato fazendo na Antártica, acompanhar o novo cenário geopolítico (PROANTAR é filho da guerra fria). O Brasil precisa decidir se deseja ser um “major player” nesse cenário ou se deseja apenas manter o metabolismo basal (Trecho da Entrevista com Chefe do Projeto, Professor Doutor Paulo Câmara).

No mesmo diapasão, outra atualização que se faz necessária se refere ao Plano de Ação “Ciência Antártica para o Brasil”, que se encontra em andamento, capitaneado pelo MCTI. Aduziu-se que o sucesso do Programa, em um horizonte de 20 anos, passa pelo aumento da sinergia entre os diversos atores que o compõem, destacando-se o MD, o MRE, o MMA e o MCTI, bem como pelo aprimoramento dos editais de pesquisa publicados pelo MCTI/CNPq, de modo a contemplar não somente demandas científicas espontâneas, mas também chamadas públicas de projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação na modalidade de demanda induzida, de forma a atender, as necessidades dos gestores do PROANTAR. Ainda no tocante à pesquisa, espera-se um maior nível de intercâmbio

estrangeiro, seja na EACF ou em outra Estação Científica, bem como a bordo dos Navios Antárticos brasileiros.

Por fim, foi abordado ser importante, fruto das semelhanças de ambiente operacional, conectividade sistêmica, projeção geopolítica do Brasil, oportunidades de novas atividades de pesquisa e ampliação do conhecimento científico, dentre outras razões, uma natural expansão de atuação brasileira na Região Ártica, ainda que em ritmo menor do que fora o avanço na direção sul, conformando uma nova disciplina de ciência polar, no País.

5.3 Considerações Parciais

Após a comparação entre a primeira e a atual POLANTAR, conclui-se que, apesar do conteúdo da nova versão ter trazido atualizações e pequenas inovações como a importante inclusão do tema do fomento da Mentalidade Antártica no seio da sociedade, a mesma poderia ter sido mais clara e objetiva no sentido de apontar o que o País realmente deseja de sua presença na Antártica, a partir de sua posição estabelecida no contexto do STA. Além disso, se demonstrou pouco articulada com o avanço científico e do conhecimento geográfico da região Austral. Também é importante mencionar que ainda ocorre o tangenciamento da política externa brasileira em relação ao tema Antártica. A POLANTAR demonstra, também, como a pesquisa brasileira tem se desenvolvido, no âmbito do PROANTAR, ou seja, como um mecanismo para nos fazer presentes no Continente Austral, bem como para participar das discussões sobre o Continente Austral e os seus recursos naturais, objetivando sua futura, porém indeterminada, partição territorial. Assim, a Geopolítica Antártica Brasileira ainda permanece com viés ultrapassado, bem como não pensando de forma pragmática em relação as pesquisas a serem desenvolvidas e seu peso político em um futuro bem próximo. Urge rever os pensamentos geopolíticos no tema a partir das pretensões brasileiras, na Antártica. Faz-se necessário a edificação de um pensamento autorreflexivo e crítico sobre o passado, revisionista quanto aos motivos e fins da participação brasileira, que seja maior que o instrumentalismo da ciência e que venha a preparar de modo eficiente aqueles que atuarão no marco de negociações do regime do TA.

Em um cenário prospectivo, verificou-se que no lugar da construção de outra Estação Científica, no Sexto Continente, melhor seria incrementar o volume de pesquisas na

nova EACF, a fim de explorar todas as suas potencialidades; agregando projetos a serem realizados, inclusive, no período de inverno; bem como aumentar a presença de pesquisadores brasileiros, principalmente, e de estrangeiros associados. Além disso, constatou-se que, atualmente, a “diplomacia científica” possui um peso maior ou igual que a simples ocupação espacial e que, neste sentido, torna-se factível e menos oneroso para o PROANTAR diversificar a pesquisa científica, tanto no tocante à localidade quanto aos temas de estudo, por meio de parcerias institucionais com outros Programas Antárticos Nacionais, objetivando a participação dos pesquisadores brasileiros em instalações de pesquisa e expedições, além da área de atuação dos navios da MB.

Verificou-se que para o fomento da Mentalidade Antártica no seio da sociedade, em todos os seus segmentos, se faz necessária a inclusão do tema, minimamente, nos currículos escolares do Ensino Médio, alterando-se a BNCC, por meio de um trabalho em parceria entre o MEC e o Poder Legislativo, a fim de que o assunto seja aferido no ENEM e nos vestibulares. Outras iniciativas seriam a criação de grupos de interesse, grêmios ou organizações correlatas para tratar de temas antárticos em ambientes escolares; e a ampliação da divulgação dos assuntos antárticos em meios de comunicação de massa.

Além de contribuir para o mencionado, os membros do Poder Legislativo podem apoiar o PROANTAR com o incremento das atividades da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa; alocação de mais recursos financeiros, por meio de emendas parlamentares, objetivando o financiamento das atividades de logística e pesquisa científica; e a realização de sessões plenárias, no Congresso, alusivas a datas de importância para o Programa.

O PEM-2040 dentro de seu conteúdo possui diversos Objetivos Navais (OBNAV), dentre eles o OBNAV 4 – COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL. Uma de suas Ações Estratégicas Navais (AEN) é a AEN – DESENVOLVIMENTO-4, “apoiar a presença brasileira na Antártica”; cuja descrição é “Desenvolver o PROANTAR: Implantar a infraestrutura e a capacidade logística de apoio a pesquisa; restabelecer a operacionalidade da EACF; e divulgar as atividades aos públicos interno e externo, especialmente as lideranças políticas”. A partir dos fatos mencionados, sugere-se a atualização da descrição da AEN – DESENVOLVIMENTO-4 ou, inclusive, a sua alteração, a fim de incluir o tema “fomento da Mentalidade Antártica na sociedade”.

No mesmo cenário prospectivo, foi observado que, após a conclusão da construção e incorporação do NApAnt à MB, existem outros meios flutuantes que poderiam ser construídos ou adquiridos, a fim de permitir a execução das atividades logísticas e de pesquisa, no Sexto Continente. Em um horizonte de médio prazo, se faz necessária a substituição das chatas existentes com propulsão própria destinadas as tarefas logísticas de transporte de carga e óleo para a EACF, bem como a aquisição de uma nova embarcação miúda destinada à EACF, a fim de apoiar à pesquisa no seu entorno, dotada de distintos sensores e equipamentos científicos no estado da arte. A mesma AEN – DESENVOLVIMENTO-4, no que concerne a “implantar a infraestrutura e a capacidade logística de apoio a pesquisa”, poderá abarcar tal necessidade. Já, em um horizonte de longo prazo, mediante os recursos orçamentários pertinentes para aquisição, operação, manutenção e desfazimento do meio, faz-se importante dispor de outro navio tipo quebra gelo, a fim de viabilizar a navegação, mesmo em campos de gelo fechados, nas regiões polares da Antártica e do Ártico, o qual estaria apto a operar praticamente durante todo o ano, exceto em seu período de manutenção planejada.

Verificou-se que não existe estudo brasileiro originado no PROANTAR para construção de uma Base Aérea ou pista de pouso de aeronave de asa fixa tipo cargueiro, no Continente Antártico, bem como que, por meio do Acordo de Cooperação Antártica firmado entre Brasil e Chile, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, tal questão logística estará resolvida. Além disso, o emprego de Navios Antárticos brasileiros, a partir das cidades de *Punta Arenas* (no Chile), *Ushuaia* (na Argentina) ou Rio Grande (no Brasil), e de aeronaves, pousando na Base Chilena Presidente Eduardo Frei Montalva, é suficiente para a demanda logística atual do PROANTAR.

Porém, foi importante o levantamento de uma segunda solução, a fim de eliminar qualquer possível vulnerabilidade, tanto em termos de apoio à EACF e à pesquisa, quanto para atendimento em casos de emergência médica, na Antártica. Assim, caso a Argentina decida por reativar a Base Petrel, no Continente Austral, com pista para pouso e decolagem de aeronave de asa fixa, a solução seria materializada por meio de acordo de cooperação entre os dois países, mediante o aporte proporcional de recursos financeiros e de pessoal, passando ambos a operar de forma conjunta.

Foi verificado que o texto atinente ao PROANTAR, cuja última versão remonta ao ano 2006, encontra-se em processo de revisão e atualização, por meio da Subcomissão para o PROANTAR, sob a coordenação da SECIRM; que a PNCTA não fora aprovada; e que o Plano de Ação para a Ciência Antártica 2013-2022 está em fase de revisão, pelo CONAPA, a fim de estabelecer as diretrizes para o próximo decênio.

Por fim, prospectou-se os próximos passos do PROANTAR, concluindo que, após a publicação da nova POLANTAR, espera-se uma “alavancagem” da Mentalidade Antártica, no País, por meio da ampliação da visibilidade do Programa junto à sociedade civil, bem como a ampliação dos projetos de pesquisa nacionais, na Antártica, incluindo a volta da presença de pesquisadores no inverno. Tudo acompanhado da imprescindível atualização do Plano Estratégico do Programa Antártico e do Plano de Ação “Ciência Antártica para o Brasil”, a fim de que metas sejam traçadas e os esforços sejam direcionados para tal fim.

Vislumbra-se um novo momento para a logística do Programa com a utilização das novas aeronaves cargueiro KC-390 da FAB em apoio às operações antárticas, bem como novas possibilidades se abrirão para a pesquisa com o advento do novo NApAnt.

Concluiu-se que para o PROANTAR continuar a cumprir o seu papel, há que enfrentar alguns desafios, que vinham sendo adiados. Faz-se necessário, no âmbito do Programa, estabelecer o debate e o estudo sobre qual o objetivo a ser alcançado pelo Brasil, até 2048, bem como o que, atualmente faz o País se fazer presente, na Antártica, diante do novo cenário geopolítico. O Brasil precisará decidir qual será o seu posicionamento, ou seja, o de um “major player” nesse cenário ou apenas manterá um “metabolismo basal”.

Verificou-se uma natural expansão da atuação brasileira na Região Ártica, ainda que em ritmo menor do que fora o avanço na direção sul, conformando uma nova disciplina de ciência polar, no País, resultado das semelhanças do ambiente operacional, conectividade sistêmica, projeção geopolítica do Brasil, oportunidades de novas atividades de pesquisa e ampliação do conhecimento científico.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve o propósito de identificar as perspectivas para o PROANTAR, ao completar 40 anos, no corrente ano; e, a partir deste ponto, sugerir, caso viável, possíveis alterações no Plano Estratégico da Marinha 2020-2040.

Para tal, buscou-se identificar os pressupostos teóricos pertinentes ao trabalho científico, os quais se baseiam no estudo científico pautado na Geografia Política Moderna ou Geopolítica. Neste diapasão, foi feita uma breve apresentação sobre a origem da Geopolítica como ciência e seus fundamentos, bem como a visão das suas principais correntes consagradas. Logo a seguir, foi apresentada a origem Escola Geopolítica Brasileira, seus fundadores, bem como o entendimento dos principais geopolíticos brasileiros acerca do Brasil e o seu futuro, destacando-se a professora Therezinha de Castro como a estudiosa que primeiro vislumbrou na Antártica um espaço para o Brasil também exercer sua influência.

Em sequência, foram apresentadas as principais características geofísicas da Antártica, que justificam a mesma ser vista como um ambiente de superlativos; repositório de riquezas de interesse mundial ainda não exploradas; alvo de vários países com vieses territorialistas e expansionistas; a qual envolve questões de soberania e internacionalização; que possui uma posição estratégica em relação ao cabo da Boa Esperança, o estreito de Magalhães e a Passagem do Drake, locais por onde circula parte substancial do petróleo consumido mundialmente; e que, recentemente, possui influência em potenciais desequilíbrios ecológicos globais, trazendo para a região atores não estatais e intergovernamentais ambientalistas como as ONGS, capazes de influenciar o STA, principalmente, no que concerne ao seu arcabouço legal.

A apresentação das principais ideias dos pensadores de renome da Escola Geopolítica Brasileira do século XX, se fez importante, a fim de possibilitar a compreensão da influência conjuntural que estes brasileiros possam ter exercido no período da decisão pela adesão ao Tratado da Antártica. Porém, foi igualmente importante trazer ao contêiner teórico outros fatores sistêmicos não menos importantes para o aludido processo decisório.

Um fator exógeno importante para decisão pela adesão ao Tratado foi o intitulado “Fator Argentina”, o qual fez com que o Presidente Geisel viesse a adiar a sua decisão sobre a adesão, em setembro de 1974, uma vez que, além das tensões causadas pela construção de Itaipu, somar-se-iam aquelas advindas da aplicação da Teoria da Defrontação, o que impactaria diretamente os territórios reivindicados tanto pela Argentina como pelo Reino Unido. Geisel presava por manter um bom relacionamento com os argentinos, não comungando das ideias de seu Chanceler, naquele momento.

A crise do petróleo de 1973 foi um outro fator na agenda internacional importante no mesmo processo decisório, uma vez que, à época, o País importava 80% do petróleo que consumia. O valor do barril teve um aumento exponencial, em um curto espaço temporal, o que veio impactar o Brasil de forma significativa, principalmente, no governo do General Geisel. Diante da crise do petróleo, os países-membros do Tratado aventaram como uma solução a possível liberação da exploração de minerais na Antártica, o que não estava previsto no texto do Tratado. Porém, foi somente, em 1991, que se chegou a uma decisão sobre o assunto, por meio do Protocolo de Madri que postergou em 50 anos a possibilidade de exploração mineral, na Antártica. Pelos fatos elucidados, foi possível estabelecer que a Crise do Petróleo de 1973 contribuiu expressivamente, se não diretamente, na decisão pela adesão.

A partir do final do ano de 1970, os fatores endógenos, como as ações do Deputado Federal Eurípides Menezes e dos membros do IBEA fizeram com que o tema “Antártica” se tornasse conhecido pela mídia brasileira. Observou-se que não há como afirmar que estas iniciativas tenham afetado diretamente a construção do pensamento do Presidente Geisel sobre o assunto. Porém, restou demonstrado de forma documental que, ao alcançar a alta cúpula do governo, principalmente aqueles assessores mais próximos do Presidente, como Golbery do Couto e Silva e Azeredo da Silveira, influenciaram mesmo que indiretamente na decisão pela adesão. Dessa maneira, restou comprovado que a decisão brasileira por aderir ao TA foi fruto de fatores sistêmicos (endógenos e exógenos), bem como dos aspectos ideacionais de nossos geopolíticos, porém não há como inferir o percentual exato da contribuição de cada um.

Como eixo estruturante do estudo, foi feita a análise do PROANTAR, descrevendo os fatos mais marcantes, nos seus 40 anos de existência, bem como seus principais aspectos (estrutura, metas, objetivos e atribuições), a fim de posicionar o contêiner teórico no contexto

do aludido Programa, concluindo-se que se trata de um programa de Estado, com execução descentralizada e multi-institucional, responsável por colocar em prática a POLANTAR, bem como por garantir a presença estratégica do Brasil, no Continente Austral. Para tal, o Programa cumpre os ditames do arcabouço legal do STA, inclusive, no que diz respeito aos cuidados para preservação do meio ambiente local, a fim de assegurar ao País a condição de Membro Consultivo do TA e, conseqüentemente, poder tomar parte dos processos decisórios relativos ao futuro do Sexto Continente.

Em seguida, foi feita a comparação entre a primeira e a atual POLANTAR, concluiu-se que, apesar do conteúdo da nova versão ter trazido atualizações e pequenas inovações como a importante inclusão do tema do fomento da Mentalidade Antártica no seio da sociedade, ela poderia ter sido mais clara e objetiva no sentido de apontar o que o País realmente deseja de sua presença na Antártica, a partir de sua posição estabelecida no contexto do STA. Além disso, se demonstrou pouco articulada com o avanço científico e do conhecimento geográfico da região Austral. Verificou-se, também, que ainda ocorre o tangenciamento da política externa brasileira em relação ao tema “Antártica”. Percebeu-se que a Geopolítica Antártica Brasileira ainda permanece com um viés ultrapassado, bem como não pensando de forma pragmática em relação as pesquisas a serem desenvolvidas e seu peso político em um futuro bem próximo. Urge repensar geopoliticamente o tema fruto das pretensões brasileiras, na região Antártica. Com esse fim, chegou-se à necessidade da edificação de um pensamento autorreflexivo e crítico sobre o passado, revisionista quanto aos motivos e fins da participação brasileira, que seja maior que o instrumentalismo da ciência e que venha a preparar de modo eficiente aqueles que atuarão no marco de negociações do regime do TA.

Para apresentar a relevância do tema desta lavra científica, foram entrevistadas personalidades de relevo no contexto do PROANTAR, pesquisadores da comunidade científica antártica e estudiosos sobre tema “Antártica”.

Em um cenário prospectivo, verificou-se que ao invés de se construir outra Estação Científica, no Continente Austral, melhor seria incrementar o volume de pesquisas na nova EACF, a fim de explorar todas as suas potencialidades; agregando outros projetos a serem realizados, inclusive, no período inverno; bem como aumentar a presença de pesquisadores brasileiros, principalmente, e de estrangeiros associados. Além disso, constatou-se que,

atualmente, a “diplomacia científica” possui um peso maior ou igual que a simples ocupação espacial. No mesmo diapasão, torna-se factível e menos oneroso para o PROANTAR diversificar a pesquisa científica, tanto no tocante a localidade quanto aos temas de estudo, por meio de parcerias institucionais com outros Programas Antárticos Nacionais, objetivando a participação dos pesquisadores brasileiros em instalações de pesquisa e expedições, além da área de atuação dos navios da MB.

Durante as entrevistas, foi ressaltado que para o fomento da Mentalidade Antártica na sociedade brasileira, em todos os seus segmentos, faz-se necessária a inclusão do tema, minimamente, nos currículos escolares do Ensino Médio, alterando-se a BNCC, por meio de um trabalho em parceria entre o MEC e o Poder Legislativo, a fim de que ele seja aferido no ENEM e nos vestibulares. Outras resoluções seriam a criação de grupos de interesse, grêmios ou organizações correlatas para tratar de temas antárticos em ambientes escolares; e a ampliação da divulgação dos assuntos antárticos em meios de comunicação de massa.

Adicionalmente, foi enfatizado pelos entrevistados que, além de contribuir para isso, os membros do Poder Legislativo podem apoiar o PROANTAR com o incremento das atividades da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa; alocação de mais recursos financeiros, por meio de emendas parlamentares, objetivando o financiamento das atividades de logística e pesquisa científica; e a realização de sessões plenárias, no Congresso, alusivas a datas de importância para o Programa.

Na sequência, foi destacado que, após a conclusão da construção e incorporação do NApAnt à MB, existem novas embarcações que poderiam ser construídas ou adquiridas, a fim de permitir a execução das atividades logísticas e de pesquisa, na Antártica. Em um horizonte de médio prazo, faz-se necessária a substituição das chatas com propulsão própria destinadas as tarefas logísticas de transporte de carga e óleo para a EACF, bem como a aquisição de uma embarcação pesquisa destinada à EACF, dotada de distintos sensores e equipamentos científicos no estado da arte. Foi levantada a importância, mesmo que em um horizonte de longo prazo, mediante os recursos orçamentários pertinentes, de se dispor de outro navio tipo quebra gelo, a fim de viabilizar a navegação, em campos de gelo fechados, o qual estaria apto a operar praticamente, durante todo o ano, nas regiões polares da Antártica e do Ártico, exceto em seu período de manutenção planejado.

Outro fato importante verificado foi a inexistência de estudo brasileiro originado no PROANTAR para construção de uma Base Aérea ou pista de pouso de aeronave de asa fixa tipo cargueiro, no Continente Antártico, bem como que, por meio do Acordo de Cooperação Antártica firmado entre Brasil e Chile, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, espera-se que tal questão logística esteja resolvida. Além disso, viu-se que o emprego dos Navios Antárticos brasileiros, a partir das cidades de *Punta Arenas* (no Chile), *Ushuaia* (na Argentina) ou Rio Grande (no Brasil), e de aeronaves, pousando na Base Chilena Presidente Eduardo Frei Montalva, tem sido suficiente para atender a demanda logística atual do Programa.

Não obstante o mencionado anteriormente, foi aventada uma segunda solução, a fim de eliminar qualquer possível vulnerabilidade, tanto em termos de apoio à EACF e à pesquisa, quanto para atendimento em casos de emergência médica, na Antártica. Nesse viés, caso a Argentina decida por reativar a Base Petrel, no Continente Austral, com pista para pouso e decolagem de aeronave de asa fixa, a solução seria materializada por meio de acordo de cooperação entre os dois países, mediante o aporte proporcional de recursos financeiros e de pessoal, passando ambos a operar de forma conjunta.

Por fim, foram feitas prospecções em relação ao Programa, concluindo que, após a publicação da nova POLANTAR, espera-se uma “alavancagem” da Mentalidade Antártica, no País, por meio da ampliação da visibilidade do Programa junto à sociedade civil, bem como a ampliação dos projetos de pesquisa nacionais, na Antártica, incluindo a volta da presença de pesquisadores no inverno. Tudo acompanhado da imprescindível atualização do Plano Estratégico do Programa Antártico e do Plano de Ação “Ciência Antártica para o Brasil”, a fim de que metas sejam traçadas e os esforços sejam direcionados para tal fim. Nesse sentido, sugere-se a atualização do Planejamento Estratégico do PROANTAR, por meio de Grupo de Trabalho Interdisciplinar e Interministerial.

Também se descortina um novo momento para o Programa, em termos logísticos, com a utilização das novas aeronaves cargueiro KC-390 da FAB em apoio às operações antárticas, bem como novas possibilidades se abrirão para a pesquisa com o advento do novo NApAnt.

Chegou-se à conclusão que para o PROANTAR continuar a cumprir o seu papel, se faz necessário o enfrentamento de alguns desafios, que vinham sendo adiados. É de suma

importância que, no âmbito do Programa, seja estabelecido o debate e o estudo sobre qual o objetivo a ser alcançado pelo Brasil, até 2048, bem como o que, atualmente, faz o País se fazer presente, na Antártica, diante do novo cenário geopolítico. Para tal, o País precisará decidir qual será o seu posicionamento, ou seja, o de um “major player” nesse cenário ou apenas manterá um “metabolismo basal”. Nesse sentido, diante da realidade do PROANTAR e suas perspectivas, bem como do posicionamento da política externa brasileira em relação ao tema “Antártica”, sugere-se que novos trabalhos abordem qual deverá ser posicionamento brasileiro, no cenário geopolítico antártico, no horizonte 2023-2048.

O PEM-2040 dentro de seu conteúdo possui diversos Objetivos Navais (OBNAV), dentre eles o OBNAV 4 – COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL. Uma de suas Ações Estratégicas Navais (AEN) é a AEN – DESENVOLVIMENTO-4, “apoiar a presença brasileira na Antártica”; cuja descrição é “Desenvolver o PROANTAR: Implantar a infraestrutura e a capacidade logística de apoio a pesquisa; restabelecer a operacionalidade da EACF; e divulgar as atividades aos públicos interno e externo, especialmente as lideranças políticas”. A partir dos fatos mencionados no item 4.1, com a inauguração das novas instalações da EACF e o seu, conseqüente, retorno à operacionalidade; as inovações trazidas pela POLANTAR; e a necessidade de novas embarcações pela EACF, sugere-se a atualização da descrição da AEN – DESENVOLVIMENTO-4 ou, inclusive, a sua alteração, excluindo o restabelecimento da operacionalidade da EACF e a inclusão do tema “fomento a Mentalidade Antártica na sociedade”, bem como a aquisição de meios logísticos para a Estação.

Dessa forma, o trabalho em questão atingiu o seu propósito de identificar as perspectivas para o PROANTAR, ao completar 40 anos, no corrente ano, bem como sugerir, possíveis alterações no Plano Estratégico da Marinha 2020-2040.

Concluiu-se, por fim, por uma natural expansão da atuação brasileira na Região Ártica, ainda que em ritmo menor do que fora o avanço na direção sul, conformando uma nova disciplina de ciência polar, no País, fruto das semelhanças do ambiente operacional, conectividade sistêmica, projeção geopolítica do Brasil, oportunidades de novas atividades de pesquisa e ampliação do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ABADIE, Elie. *Petróleo no Mundo e no Brasil*. In: IV Seminário de Geopolítica do Petróleo da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, RJ, em 18/3/2014. Rio de Janeiro: EGN, Anais..., 2014. CD-ROM.

AGUIAR, Mônica Heinzemann Portella de. *Tratado da Antártica: cooperação na Política Internacional?* Belo Horizonte: 2013.

ANDRADE, Israel de Oliveira; MATTOS, Leonardo Faria de; CRUZ-KALED, Andrea; Cancela da; HILLEBRAND, Giovanni Roriz Lyra. *Texto para discussão. O Brasil na Antártica: a importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018.

BERKMAN, Paul Arthur. *Science into policy: global lessons from Antarctica*. San Diego, CA: Academic Press, 2002.

BRASIL. Decreto nº 94.401, de 3 de julho de 1987. Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). Brasília, 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94401.htm>. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.096, de 15 de junho de 2022. Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11096.htm#art8>. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada (EMA). *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. Brasília: EMA, 2020. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/pem2040>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. Brasília: SECIRM, 2022a. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/tratado-antartica>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. Brasília: SECIRM, 2022b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/sobre>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. Brasília: SECIRM, 2022c. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/estrutura>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. Brasília: SECIRM, 2022d. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/noticias>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). *Livro Branco de Defesa Nacional (2012)*. Brasília: BRASIL, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versao2012dolivroLBDNportuguescompactado.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). *Livro Branco de Defesa Nacional (2020)*. Brasília: BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroemportugues2020.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa (2012)*. Brasília: BRASIL, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa (2016)*. Brasília: BRASIL, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (ME). *Antártica: ensino fundamental e ensino médio. Coleção Explorando o Ensino. Volume 9 (2006)*. Brasília: BRASIL, 2006. Disponível em: <https://http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EnsMed/vol09_meioambientantart.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

CARDONE, Ignacio J. *Repensando a política antártica do Brasil 40 anos após a chegada do país ao continente*. Rio de Janeiro: Interesse Nacional, 2022. Disponível em: <<https://interessenacional.com.br/edicoes-posts/repensando-a-politica-antartica-do-brasil-40-anos-apos-a-chegada-do-pais-ao-continente/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CARVALHO, Carlos Delgado; CASTRO, Therezinha de. *A questão da Antártica*. Revista do Clube Militar, n.142, 1956.

CARVALHO, Carlos Delgado; CASTRO, Therezinha de. *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CARVALHO, Carlos Delgado. *História Diplomática do Brasil*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2004. Publicado pela primeira vez em 1959.

CARVALHO, Carlos Delgado. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

CASTRO, Therezinha de. *A Antártica: a questão do momento*. Boletim Geográfico, 1958.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed., Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2013

COELHO, Aristides Pinto. *Nos confins dos três mares... a Antártida*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1983.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. *O Sistema do Tratado Antártico: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

FRANÇA, Maurício Aparecido. *Para conhecer melhor a geopolítica brasileira*. Curitiba: Appris Editora, 2020.

GANDRA, Rogério Madruga. *O Brasil e a Antártica: ciência e geopolítica*. Artigo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13271>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

GANDRA, Rogério Madruga. *Geopolítica antártica no limiar do século XXI: a definição de um projeto estratégico-científico para o Brasil na Antártida*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

LEITE, Nelson de Oliveira. *A importância dos principais atores do programa antártico para permanência brasileira como membro consultivo do Tratado Antártico*. 2019. Tese (Doutorado em Política e Estratégia Marítimas). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2019.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e modernidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MATTOS, Leonardo Faria de. *A Inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Revista da Escola de Guerra Naval, V.20, n.1, 2014.

MATTOS, Leonardo Faria de. *O Brasil e a adesão ao tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2015.

MENEZES, Eurípides Cardoso de. *Os direitos do Brasil na Antártica*. Pronunciamento proferido no Congresso Nacional, em 28 de novembro de 1970. Brasília, DF: Serviço Gráfico do Senado Federal, 1971.

MENEZES, Eurípides Cardoso de. *A Antártica e os desafios do futuro*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

NUNES, Marcomede Rangel. *O Brasil na Antártica: mais de vinte anos no mundo gelado*. Rio de Janeiro: Régis Aló, 2005.

PESSINI, Jussara. *Ninguém está aqui por acaso*. Revista Aerovisão, Força Aérea Brasileira, Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, ano 40, jul/ago/set, p. 38-47, 2013.

ROCHA, Flavio Augusto Viana. *Sistema do Tratado Antártico: aspectos geopolíticos e econômicos decorrentes de uma crescente internacionalização do Continente Antártico e seus reflexos para o Brasil e para a MB*. 2011. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítima. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

SANTANA, Carlos Ribeiro. *O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 49, n. 2, p. 157-177, 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SILVA, Alexandra de Mello. *Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, n. 2, Brasília-DF, p. 139-158, jul/dez. 1998.

SILVA, Golbery do Couto e. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica del Brasil*. Tradução de R. Schilling. México: Ed. Cid, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. Neste livro consta, integralmente, o livro "Geopolítica do Brasil", lançado em 1967, pelo autor.

SIMÕES, Stefany Lucchesi. *A questão territorial antártica. Uma análise das teorias da ocupação*. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SOUZA, José Eduardo Borges de. *Brasil na Antártica – 25 Anos de História*. São Carlos-SP: Vento Verde Editora, 2008.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; Era uma vez um Complexo Regional de Segurança: Entorno Estratégico Brasileiro ou Vazio de Poder Sul-Americano. In: WINAND, Érica C. A.; RODRIGUES, Thiago; AGUILAR, Sérgio (Org.). Defesa e segurança do Atlântico Sul: VIII ENABED. São Cristóvão: Editora UFS, 2016. p. 224-242.

VESENTINI, José W. *Novas Geopolíticas. As Representações do Século XXI*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VIEIRA, Friederick Brum. *O Tratado da Antártica: Perspectivas territorialista e internacionalista*. Cadernos Prolam/USP, São Paulo, p.49-82, 2006.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. *A Antártica no Sistema Internacional: análises das relações entre atores estatais e não-estatais com base na perspectiva ambiental*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

VILLELA, Anna Marla. O Tratado da Bacia do Prata. *Revista Informação Legislativa*, ano 21, n. 81, Brasília, p. 147-176, jan./mar. 1984. Disponível em:<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/186298/000406291.pdf?sequence=5>>. Acesso em: 11 JUL. 2022.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

ANEXO

ILUSTRAÇÕES



FIGURA 1 – O Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)

Fonte: PEM 2040 (BRASIL, 2020).

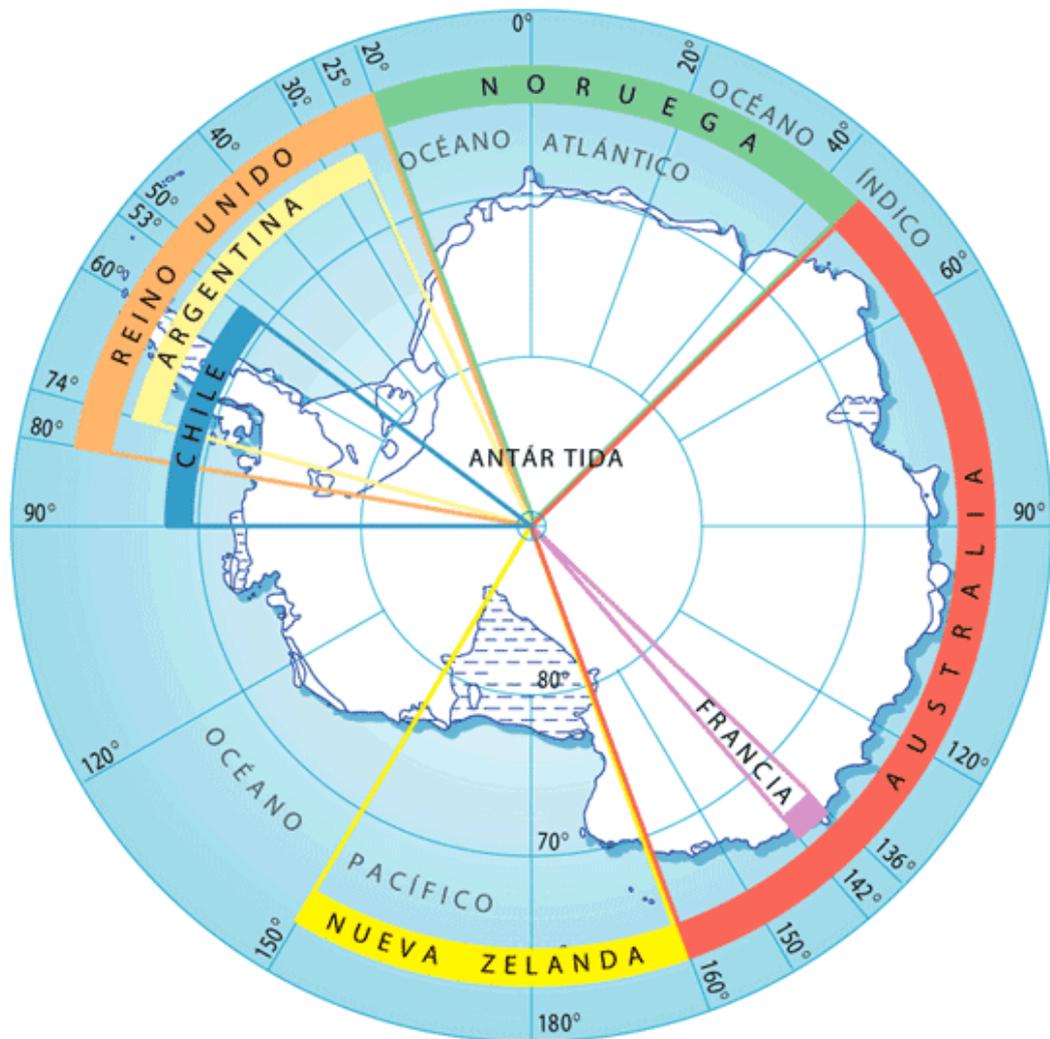


FIGURA 2 – Os sete países que reivindicam território no Continente Antártico

Fonte: <http://www.taringa.net/posts/info/15263292/La-Antartida-y-sus-recursos-naturales.html>

Acesso em: 26 jul. 2022

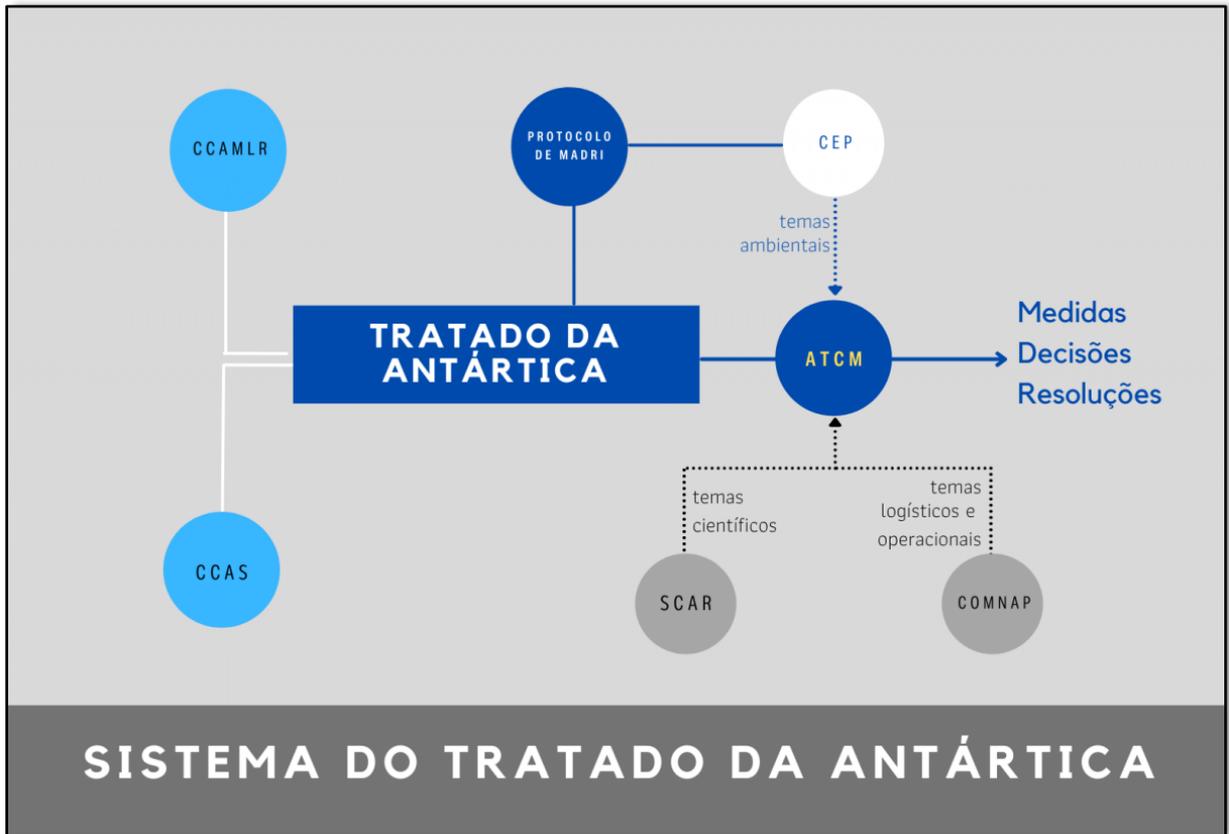


FIGURA 3 – O sistema do Tratado da Antártica Esquematizado

Fonte: Página do PROANTAR na Internet. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/tratado-antartica>>. Acesso em: 3 ago. 2022



FIGURA 5 – Mapa referente à Teoria da Defrontação

Fonte: CARVALHO, Carlos Delgado de; CASTRO, Therezinha de. *A questão da Antártica*. Revista do Clube Militar, abril/junho de 1956.

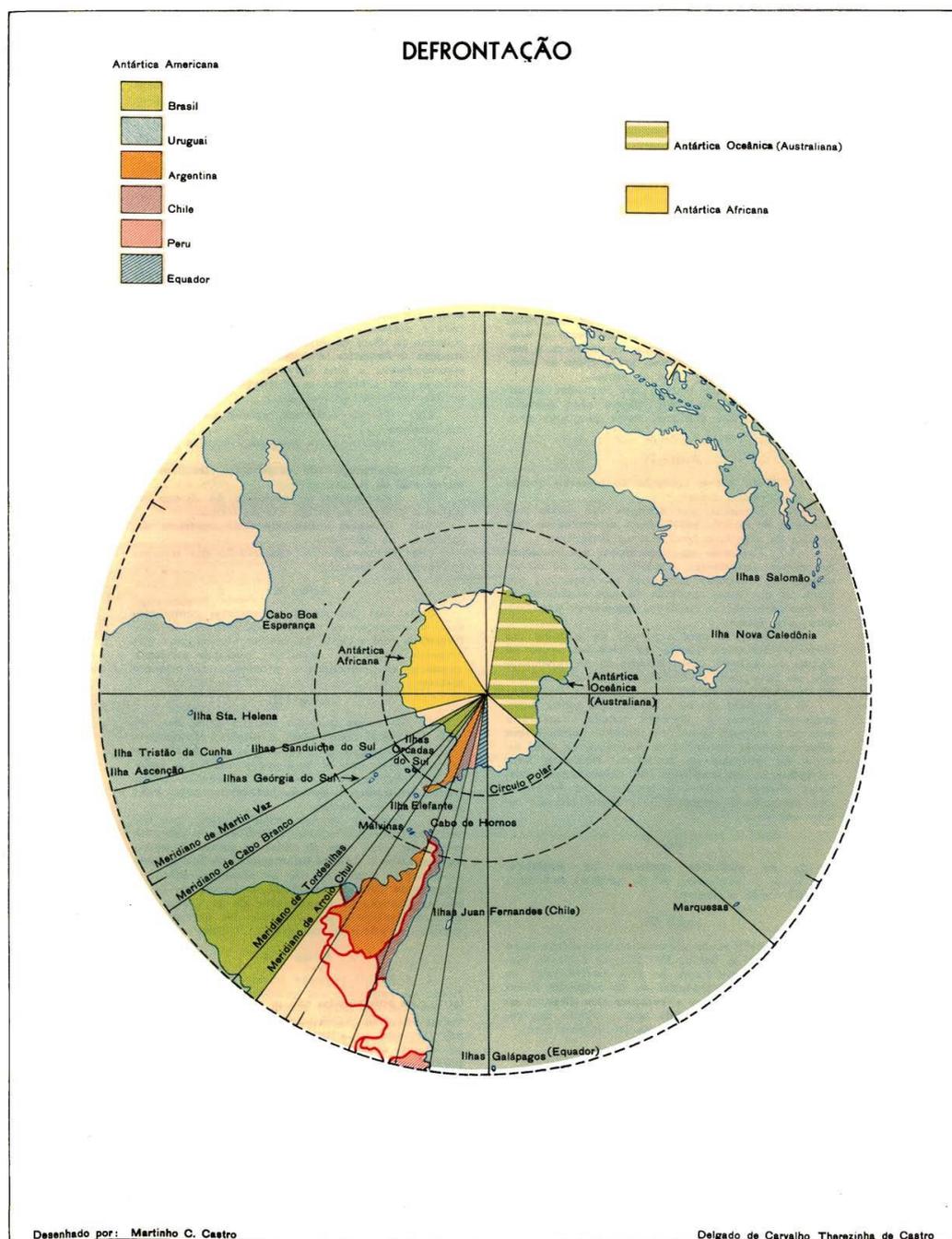


FIGURA 6 – Mapa da Antártica brasileira

Fonte: Atlas de relações internacionais. IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv87309.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022

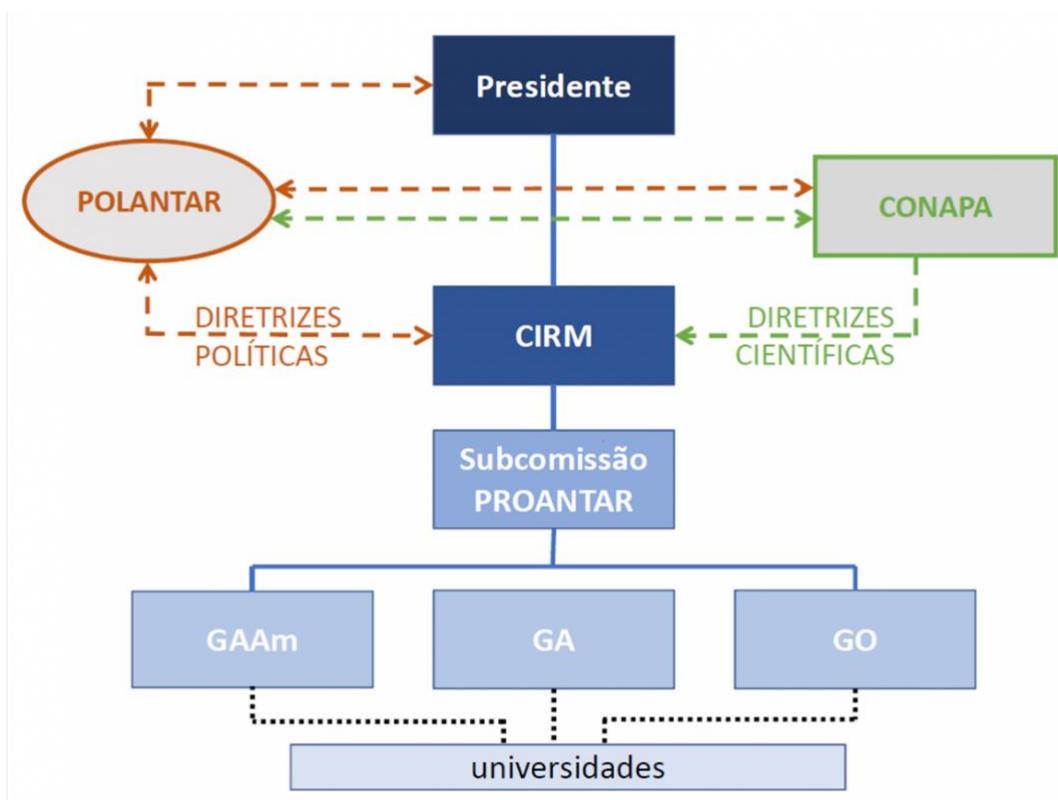


FIGURA 7 – Organograma do PROANTAR

Fonte: Página do PROANTAR na Internet. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/estrutura>. Acesso em: 29 jun. 2022

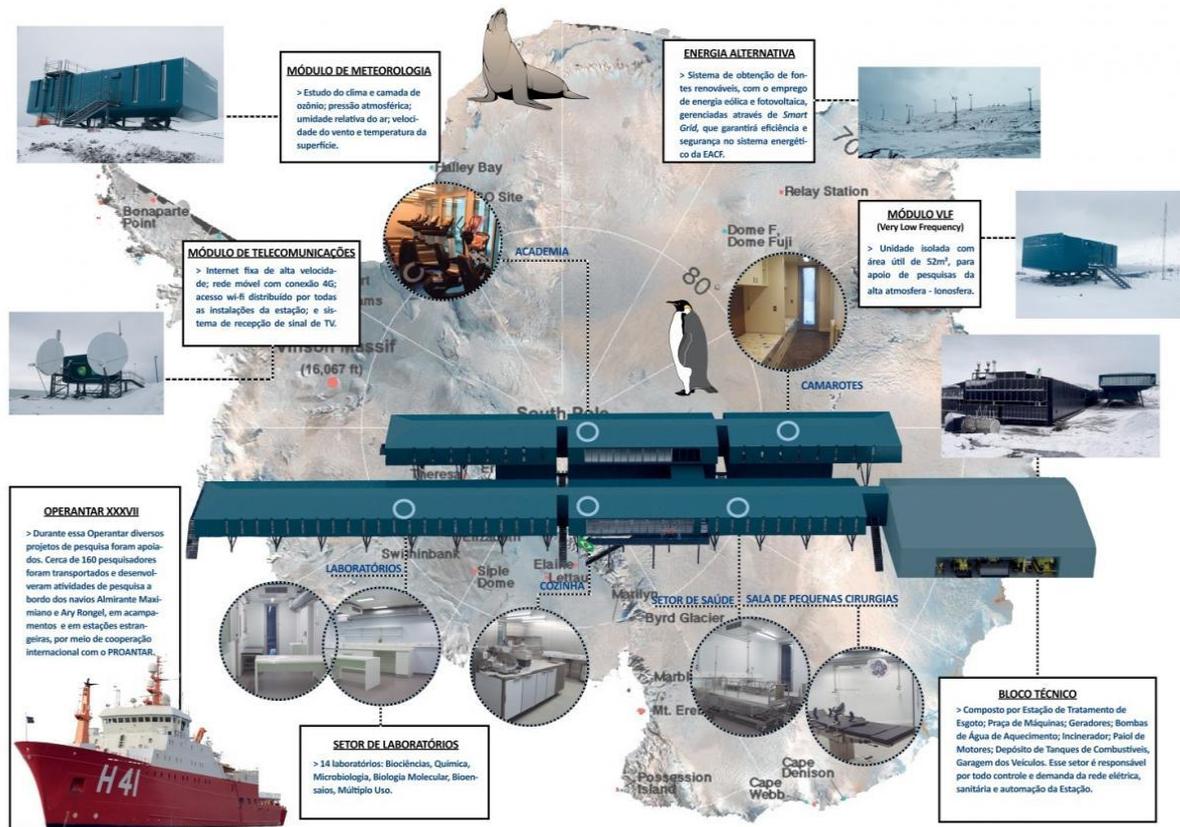


FIGURA 8 – Infográfico da nova EACF

Fonte: Página do PROANTAR na Internet. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/nova-estacao>>. Acesso em: 2 ago. 2022



FIGURA 9 – Projeto do NApAnt

Fonte: Página do PROANTAR na Internet. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/noticias/assinado-contrato-navio-apoio-antartico>>. Acesso em: 2 ago. 2022

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CHEFE DE PROJETO DE PESQUISA**

Data: ___/___/___

Posto:

Nome:

Cargo/Função atual:

- 1) Em sua opinião, seria viável e importante a construção de uma segunda estação científica, em área de interesse não só para nossos cientistas, mas também com um viés geopolítico de assegurar uma maior presença brasileira na Antártica, o que poderia ser inserido em um Plano Estratégico Governamental?
- 2) Como o PROANTAR deve se preparar caso haja algum tipo de Mudança no conteúdo do Tratado Antártico?
- 3) Em sua opinião, é importante a criação e disseminação de uma a Mentalidade Antártica Brasileira, a fim de minimizar as fragilidades do PROANTAR?
- 4) Quais atividades os membros do Poder Legislativo (Senadores de Deputados Federais), bem como do Executivo (Ministros de Estado) podem desenvolver para aumentar a Mentalidade Antártica Brasileira?
- 5) A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) decidiu criar, em 26 de agosto de 2010, pela Resolução nº 2/2010, o Grupo de Trabalho (GT) para a proposição de um planejamento estratégico para o PROANTAR, com a finalidade de indicar rumos e ações, de curto, médio e longo prazos, a serem tomados para preparar o Programa para enfrentar os desafios futuros, em todos seus campos de atuação. Desta decisão, resultou o Relatório do Grupo de Trabalho para a proposição de um Planejamento Estratégico PROANTAR 2012-2022, que continha as seguintes Recomendações Finais: a) Estudo do texto vigente da POLANTAR, e sua atualização se necessário; b) Revisão do texto do PROANTAR, em consonância com o Sistema do Tratado Antártico (STA), com o arcabouço legal vigente e com as atribuições institucionais dos gestores do Programa, à luz das estratégias oriundas do presente Planejamento; e c) Revisão e adequação da minuta da Política Nacional para Ciência e Tecnologia Antártica (PNCTA) para aprovação. Neste diapasão, tais Recomendações foram atendidas? Se não, quais seriam os motivos ao seu ver?
- 6) A partir dos objetivos alcançados em 40 anos de existência, quais são as perspectivas para o PROANTAR, principal instrumento da execução da Política Antártica Nacional e da presença continuada do Brasil naquele Continente?

APÊNDICE B**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO IPEA**

Data: ____/____/____

Posto:

Nome:

Cargo/Função atual:

- 1) Após a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), principalmente, bem como da execução das demais atividades descritas na Ação Estratégica Naval (AEN) “DESENVOLVIMENTO-4” do PEM 2040, quais outras ações poderiam ser desenvolvidas para apoiar a presença brasileira no Continente Antártico?
- 2) Quais são as principais carências logísticas do PROANTAR? (ex: dependência da Base Chilena “Presidente Eduardo Frei Montalva”? Navios Antárticos? Apoio de Aeronaves da FAB?)
- 3) Existem alternativas para a solução ou minimização da dependência chilena?
- 4) Em sua opinião, seria viável e importante a construção de uma segunda estação científica, em área de interesse não só para nossos cientistas, mas também com um viés geopolítico de assegurar uma maior presença brasileira na Antártica, o que seria inserido em um Plano Estratégico Governamental?
- 5) Em sua opinião, é importante a criação e disseminação de uma a Mentalidade Antártica Brasileira, a fim de minimizar as fragilidades do PROANTAR? Como SECIRM pode contribuir para este intento?
- 6) Quais são os resultados palpáveis e úteis das atividades de pesquisa do PROANTAR para a sociedade, nos últimos 20 anos?
- 7) Quais atividades os membros do Poder Legislativo (Senadores de Deputados Federais), bem como do Executivo (Ministros de Estado) podem desenvolver para aumentar a Mentalidade Antártica Brasileira?
- 8) A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) decidiu criar, em 26 de agosto de 2010, pela Resolução nº 2/2010, o Grupo de Trabalho (GT) para a proposição de um planejamento estratégico para o PROANTAR, com a finalidade de indicar rumos e ações, de curto, médio e longo prazos, a serem tomados para preparar o Programa para enfrentar os desafios futuros, em todos seus campos de atuação. Desta decisão, resultou o Relatório do Grupo de Trabalho para a proposição de um Planejamento Estratégico PROANTAR 2012-2022, que continha as seguintes Recomendações Finais: a) Estudo do texto vigente da POLANTAR, e sua atualização se necessário; b) Revisão do texto do PROANTAR, em consonância com o Sistema do Tratado Antártico (STA), com o arcabouço legal vigente e com as atribuições institucionais dos gestores do Programa, à luz das estratégias oriundas do presente Planejamento; e c) Revisão e adequação da minuta da Política Nacional para Ciência e

Tecnologia Antártica (PNCTA) para aprovação. Neste diapasão, tais Recomendações foram atendidas? Se não, quais seriam os motivos? Existe a Previsão para Elaboração de um Planejamento Estratégico PROANTAR 2022-2032?

9) A partir dos objetivos alcançados em 40 anos de existência, quais são as perspectivas para o PROANTAR, principal instrumento da execução da Política Antártica Nacional e da presença continuada do Brasil naquele Continente?

APÊNDICE C**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SECIRM**

Data: ___/___/___

Posto:

Nome:

Cargo/Função atual:

- 1) Qual é o orçamento atual do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), bem como dos últimos 10 anos?
- 2) Qual é a origem dos recursos para o aludido Programa? (Orçamento da Defesa, Emendas Parlamentares, outros)
- 3) Após a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), principalmente, bem como da execução das demais atividades descritas na Ação Estratégica Naval (AEN) “DESENVOLVIMENTO-4” do PEM 2040, quais outras ações poderiam ser desenvolvidas para apoiar a presença brasileira no Continente Antártico?
- 4) Quais são as principais carências logísticas do PROANTAR? (ex: dependência da Base Chilena “Presidente Eduardo Frei Montalva”? Navios Antárticos? Apoio de Aeronaves da FAB?)
- 5) Existem alternativas para a solução ou minimização da dependência chilena?
- 6) Existe algum estudo brasileiro originado do PROANTAR para construção de uma Base Aérea ou pista de pouso de aeronave de asa fixa tipo cargueiro, no continente antártico?
- 7) Após construção e incorporação de 01 (um) Navio de Apoio Antártico (NApAnt), em substituição ao NApOc “Ary Rongel”, constante na AEN “FORÇA NAVAL-5” do PEM 2040, quais outros meios flutuantes devem ser construídos ou adquiridos, a fim de permitir a execução das atividades logísticas e de pesquisa naquele ambiente?
- 8) A MB intenciona operar com a Aeronave KC-390 da FAB, nos mesmos moldes como se utiliza(ou) o Hércules C-130? Existem tratativas neste sentido entre as Forças?
- 9) Em sua opinião, seria viável e importante a construção de uma segunda estação científica, em área de interesse não só para nossos cientistas, mas também com um viés geopolítico de assegurar uma maior presença brasileira na Antártica, o que poderia ser inserido em um Plano Estratégico Governamental?
- 10) Em sua opinião, é importante a criação e disseminação de uma a Mentalidade Antártica Brasileira, a fim de minimizar as fragilidades do PROANTAR? Como a SECIRM pode contribuir para este intento?
- 11) Quais são os resultados palpáveis e úteis das atividades de pesquisa do PROANTAR para a sociedade, nos últimos 20 anos?
- 12) Quais Parlamentares destinaram emendas para o PROANTAR? (especificar na atual legislatura, bem como os que foram reeleitos)

- 13) Quais atividades os membros do Poder Legislativo (Senadores e Deputados Federais), bem como do Executivo (Ministros de Estado) podem desenvolver para aumentar a Mentalidade Antártica Brasileira?
- 14) Como são empregados os recursos orçamentários para as componentes de logística e de pesquisa do PROANTAR?
- 15) A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) decidiu criar, em 26 de agosto de 2010, pela Resolução nº 2/2010, o Grupo de Trabalho (GT) para a proposição de um planejamento estratégico para o PROANTAR, com a finalidade de indicar rumos e ações, de curto, médio e longo prazos, a serem tomados para preparar o Programa para enfrentar os desafios futuros, em todos seus campos de atuação. Desta decisão, resultou o Relatório do Grupo de Trabalho para a proposição de um Planejamento Estratégico PROANTAR 2012-2022, que continha as seguintes Recomendações Finais: a) Estudo do texto vigente da POLANTAR, e sua atualização se necessário; b) Revisão do texto do PROANTAR, em consonância com o Sistema do Tratado Antártico (STA), com o arcabouço legal vigente e com as atribuições institucionais dos gestores do Programa, à luz das estratégias oriundas do presente Planejamento; e c) Revisão e adequação da minuta da Política Nacional para Ciência e Tecnologia Antártica (PNCTA) para aprovação. Neste diapasão, tais Recomendações foram atendidas? Se não, quais seriam os motivos? Existe a Previsão para Elaboração de um Planejamento Estratégico PROANTAR 2022-2032?
- 16) A partir dos objetivos alcançados em 40 anos de existência, quais são as perspectivas para o PROANTAR, principal instrumento da execução da Política Antártica Nacional e da presença continuada do Brasil naquele Continente?

APÊNDICE D**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O EX-SECIRM**

Data: ___/___/___

Posto:

Nome:

Cargo/Função atual:

- 1) Após a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), principalmente, quais outras ações poderiam ser desenvolvidas para apoiar a presença brasileira no Continente Antártico?
- 2) Quais são as principais carências logísticas do PROANTAR? (ex: dependência da Base Chilena “Presidente Eduardo Frei Montalva”? Navios Antárticos? Apoio de Aeronaves da FAB?)
- 3) Existem alternativas para a solução ou minimização da dependência chilena?
- 4) Após construção e incorporação de 01 (um) Navio de Apoio Antártico (NAPAnt), quais outros meios flutuantes devem ser construídos ou adquiridos, a fim de permitir a execução das atividades logísticas e de pesquisa naquele ambiente?
- 5) Em sua opinião, seria viável e importante a construção de uma segunda estação científica, em área de interesse não só para nossos cientistas, mas também com um viés geopolítico de assegurar uma maior presença brasileira na Antártica, o que seria inserido em um Plano Estratégico Governamental?
- 6) Em sua opinião, é importante a criação e disseminação de uma a Mentalidade Antártica Brasileira, a fim de minimizar as fragilidades do PROANTAR? Como SECIRM pode contribuir para este intento?
- 7) Quais atividades os membros do Poder Legislativo (Senadores e Deputados Federais), bem como do Executivo (Ministros de Estado) podem desenvolver para aumentar a Mentalidade Antártica Brasileira?
- 8) A partir dos objetivos alcançados em 40 anos de existência, quais são as perspectivas para o PROANTAR, principal instrumento da execução da Política Antártica Nacional e da presença continuada do Brasil naquele Continente?